

Célia Cavalcanti Braga

**O BEM VIVER EM RECIFE:**  
Uma abordagem do cotidiano de moradores do Casarão  
do Cordeiro

Tese apresentada ao Programa de  
Doutorado Interdisciplinar em  
Ciências Humanas, com área de  
concentração em Sociedade e  
Meio Ambiente, pela Universidade  
Federal de Santa Catarina, como  
requisito à obtenção do título de  
Doutor em Ciências Humanas,  
Sociedade e Meio Ambiente.

Orientador:

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire  
Montysuma

Coorientador:

Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe

Florianópolis  
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Braga, Célia

O BEM VIVER EM RECIFE : Uma abordagem do cotidiano de moradores do Casarão do Cordeiro / Célia Braga ; orientador, Marcos Fábio Montysuma ; coorientador, Luiz Fernando Scheibe. - Florianópolis, SC, 2014. 241 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 2. bem viver. 3. cotidiano. 4. identidade. 5. conjunto habitacional. I. Montysuma, Marcos Fábio. II. Scheibe, Luiz Fernando. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO (FRENTE)

FOLHA DE APROVAÇÃO (VERSO)

Dedico este trabalho ao Senhor Deus, que é minha eterna fonte de inspiração e motivação, do mesmo modo, às pessoas que considero muito especiais, por estarem sempre ao meu lado e acreditarem em mim: Meu pai Jaime, *in memoriam*, e minha mãe Lúcia; Meu companheiro de todas as horas, Paulo Osório; Meus filhos, Patrícia, Jaime e Priscila.



## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos sinceros a pessoas especiais que tornaram viável a realização desta pesquisa:

Ao querido professor Marcos Fábio Freire Montysuma, orientador e amigo, pelas suas valiosas sugestões, pela experiência, carinho, atenção, incentivo, e, especialmente, por não ter me dado um peixe para me alimentar por um dia, mas pelo fato de ter-me ensinado a pescar e me alimentar para o resto da vida. Igualmente, ao professor e coorientador Luiz Fernando Scheibe, por seu apoio e contribuições na confecção deste trabalho.

A Tácio Marcos Alves, Assistente Social da Secretaria de Habitação da Prefeitura da Cidade do Recife, por ter disponibilizado os relatórios sobre o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, por abrir as portas desse lugar para eu conhecer a realidade dos moradores, e por apresentar-me à liderança comunitária, na pessoa de Manoel Dias, que me fez conhecer um pouco mais do cotidiano do Conjunto. Igualmente, a Ricardo Rego Barros, Gerente de Demandas da Secretaria de Habitação da Prefeitura da Cidade do Recife, pela atenção e competência em suas explicações.

Aos moradores entrevistados do Conjunto, que disponibilizaram seu tempo e me deixaram compartilhar suas experiências e histórias de vida.

Ao professor Sergio Guimarães, pela sua forma carinhosa, amiga, e competente de lidar com as pessoas, por ter me dado a oportunidade de ter sido sua colega de turma do Doutorado Interdisciplinar e, também, colega de sala de aula no Instituto Federal de Pernambuco-IFPE, sobretudo, por ter assumido parte de minha carga horária, juntamente com a professora Ângela Cristina, para propiciar-me a conclusão deste trabalho.

À professora e amiga Janylle Overney-King, por seu incansável auxílio.

À Aline, Eliana, Maria do Socorro, D. Maria, Lucas, e Josy, pela amizade de todos os momentos, e suporte nos últimos meses de estágio em Florianópolis.

Aos meus colegas de turma do DINTER, pela cumplicidade, união e apoio mútuo em Vitória de Santo Antão-PE.

A todos os professores do Programa DINTER-UFSC, Coordenação DICH/UFSC, e servidores da Secretaria, pelo apoio institucional.

À professora e amiga de muitos anos, Edilene Rocha Guimarães, pela atenção, presteza e força.

Às professoras e amigas Ana Maria Costa e Rejane Rego, pelas discussões e apoio na fase do anteprojeto.

Ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE/Campus Recife, na pessoa do Diretor Geral, professor Valbérico Cardoso, pelo apoio e estímulo à formação de novos doutores.

À Reitoria, na pessoa da Reitora e professora Cláudia Sansil, pelo compromisso em prol da educação, pela sabedoria, amizade e apoio recebido para a conclusão deste Doutorado.

E, finalmente, à minha filha Priscila, por ter participado desta caminhada e sempre reservar uma parte de seu tempo para auxiliar-me com seu apoio técnico.



## RESUMO

Esta tese discute, à luz da teoria do Bem Viver, sobre residentes do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, localizado no Bairro do Cordeiro, em Recife, Pernambuco, a partir do cotidiano dos moradores, das relações de identidade com o lugar e das lembranças da antiga morada nas palafitas de Brasília Teimosa, bairro situado na zona Sul de Recife, e que durante muitos anos foi palco de um cenário de degradação social e de risco para as pessoas que ali habitavam. Através da História Oral, busco identificar, desde os depoimentos de moradores que viveram essa realidade, a compreensão de bem viver num novo espaço. O quadro conceitual foi construído pelas discussões sobre: o bem viver, segundo a ideia Aristotélica (2007) de felicidade; o cotidiano, referenciado em Michel de Certeau (1984; 2009); o lugar, à luz das ideias de Christian Norberg-Schulz (2008), Yi-Fu Tuan (1980; 1983), Milton Santos (1994; 2004; 2012); a identidade, seguindo, sobretudo, os ensinamentos de Stuart Hall (1999); e a memória, seguindo as reflexões teórico-filosóficas de Bergson (1999) e Le Goff (1992). Esta tese reflete sobre o pensamento de que a felicidade é sinônima de um viver bem, alcançado pelas relações sociais construídas diariamente.

Palavras-chave: bem viver, cotidiano, identidade, lugar, conjunto habitacional.



## ABSTRACT

This thesis discusses, in light of the theory of Good Living, about residents, living on the Housing Complex “Casarão do Cordeiro”, located in the suburb of Cordeiro, in the district of Recife, Pernambuco, based on their daily lives, their identity with the place and the memories from their former stilt house in Brasília Teimosa, neighborhood located in the southern area of Recife, which was, for many years, the scenario of social degradation and risk to the people who lived there.

Through Oral History I seek to identify, based on the residents' testimonials who have lived this reality, the understanding of good living in a new housing. The conceptual framework draws on discussions about: good living according to the Aristotelian (2007) idea of happiness; everyday life referenced by the ideas of Michel de Certeau (1984; 2009); place, in light of the ideas of Christian Norberg-Schulz (2008), Yi-Fu Tuan (1980; 1983) , Milton Santos (1994; 2004; 2012) ; identity, following, mainly, the teachings of Stuart Hall (1999) ; and discussions on memory in light of Bergson (1999) and Le Goff (1992). This thesis reflects upon the thought that happiness and good life complement each other when achieved by social relations that are daily constructed.

Key words: good living, everyday life, identity, place, housing.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografia do pórtico de entrada do Casarão do Cordeiro.....	21
Figura 2 - Mapa da cidade do Recife, dividido em seis Regiões Político-Administrativas, com a localização dos bairros do Cordeiro e Brasília Teimosa, em suas respectivas RPAs.....	24
Figura 3 - Configuração das quadras com os 22 blocos verticais, e arruamento interno do Casarão, com trecho do sistema viário do entorno. ....	25
Figura 4 - Da beira da praia de Brasília Teimosa, local onde estavam assentadas as palafitas, para o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. ....	29
Figura 5 - Roupas estendidas em varais improvisados nas fachadas.....	50
Figura 6 - Movimento de crianças retornando da escola, acompanhadas pela mãe.....	51
Figura 7 - Espaço de lazer improvisado próximo ao pórtico de entrada do Conjunto. ....	52
Figura 8 - Espaço de lavagem de carros próximo ao pórtico de entrada do Conjunto. ....	52
Figura 9 - Esquemas da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard. .	91
Figura 10 - Ur, Babilônia, 3700 a. C. ....	104
Figura 11 - Favela Nossa Senhora Aparecida, Brasil, 2008. ...	105
Figura 12 - Populações rurais e urbanas do mundo, 1950-2050. ....	106
Figura 13 - Recanto da TV e aquário na sala de estar. ....	143
Figuras 14 - Cozinha vista em ângulos diferentes. ....	144
Figura 15 - Banheiro com espelho de parede. ....	145
Figura 16- Vista do salão de beleza e, aos fundos, muro limite da área lateral do Conjunto.....	156
Figura 17- Frente de seu apartamento.....	156
Figura 18 - Recanto da TV e vídeo na sala de estar. ....	157
Figura 19 – sala de estar e jantar com acesso à cozinha .....	168
Figura 20 - Quintal-terraço da casa.....	169
Figura 21 - Cozinha do apartamento.....	179
Figura 22 - Terraço construído em local reservado ao jardim..	179
Figura 23 – Jardim no hall de entrada do bloco 13.....	180
Figura 24 - sala de estar. Detalhe do caderno de estudos do filho e do porquinho.....	187
Figura 25 – Quarto do filho do casal .....	187

Figura 26 – Quarto do filho com detalhe de cores e quadros sobre a parede.....	188
Figura 27 - Banheiro. ....	188
Figura 28 - Entrada do apartamento.....	195
Figura 29 - Sala de estar com meia parede para a cozinha. ....	196
Figura 30 - “Jardim do Édem”.....	196
Figura 31 - Cozinha com porta do banheiro ao fundo. ....	204
Figura 32 - Grade na janela e porta de entrada do apartamento. ....	205
Figura 33 - Visão do jardim de sua casa. ....	205

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio, Recife. 2000.....	34
Tabela 2 - Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Domicílios Particulares dos Municípios da RMR. 2000.....	35
Tabela 3 - Indicadores de Déficit e de inadequação Habitacional do Recife, 1991. ....	37





## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>1 CONHECENDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>41</b>
<b>1.1 A trilha da abordagem teórica .....</b>	<b>41</b>
<b>1.2 A trilha da pesquisa de campo .....</b>	<b>49</b>
<b>2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS .....</b>	<b>55</b>
<b>2.1 Bem viver .....</b>	<b>55</b>
2.1.1 Sobre os sentidos da felicidade .....	55
2.1.1.1 A visão Aristotélica de felicidade.....	56
2.1.1.2 O modelo capitalista do viver melhor .....	59
2.1.1.3 Buen Vivir: um conceito latino-americano de felicidade ..	62
<b>2.2 Mergulhando na trama humana: uma leitura dialógica. 73</b>	
2.2.1 O cotidiano em ação .....	73
2.2.2 Identidade e lugar: uma relação necessária para viver bem	78
2.2.3 Memória: entre o peso do passado e as demandas do presente .....	96
<b>3 DAS FAVELAS AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS .....</b>	<b>102</b>
<b>3.1 A presença da favela no espaço urbano brasileiro do século XX .....</b>	<b>102</b>
<b>3.2 A realidade dos programas habitacionais instituídos no Brasil .....</b>	<b>130</b>
<b>4 NA TEIA DOS EX-MORADORES DE BRASÍLIA TEIMOSA ...</b>	<b>142</b>
<b>4.1 O bem viver no cotidiano dos entrevistados .....</b>	<b>142</b>
<b>4.2 Costurando os recortes .....</b>	<b>213</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS - TECENDO AS ÚLTIMAS LINHAS.....</b>	<b>215</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>223</b>

<b>ANEXO i – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>238</b>
<b>ANEXO ii – MODELO DA Autorização dos entrevistados...</b>	<b>239</b>
<b>ANEXO iii – CÓPIA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO ..</b>	<b>240</b>
<b>ANEXO IV – CÓPIA DO DIÁRIO OFICIAL – LEI 17.226/2006 .....</b>	<b>242</b>





## INTRODUÇÃO

Figura 1 - Fotografia do pórtico de entrada do Casarão do Cordeiro.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Estudar o *bem viver*, para mim, faz parte dos meus interesses como pesquisadora desde o processo de construção da minha pesquisa de Mestrado em Engenharia Civil (BRAGA, 2010), ocasião em que estudei a degradação das fachadas de três conjuntos habitacionais na Cidade do Recife — O Conjunto Habitacional da Torre, o Abençoada por Deus e o Casarão do Cordeiro. Nessa pesquisa, tive também a oportunidade de conversar com moradores dos três conjuntos, momento que me fez despertar o desejo pela pesquisa social. Agora com um novo desafio, vi a possibilidade de concretizar esse desejo, procurando conhecer as histórias de vida de residentes de conjunto habitacional e suas organizações diárias. Dessa forma, neste trabalho, problematizo o cotidiano dos moradores do Conjunto Habitacional<sup>1</sup> Casarão do Cordeiro, localizado no Bairro do Cordeiro, na Cidade do Recife-PE.

---

1 O conjunto habitacional é uma solução de habitação social. A mais utilizada é a da verticalização, com blocos de apartamentos tipo caixão com quatro pavimentos (térreo+três andares). Entretanto, existem outras tipologias, como casas térreas, que configuram também essa classe de habitação (BRAGA, 2009).

Valendo-me dos testemunhos dessas pessoas, procuro acompanhar a aplicação da Teoria do Bem Viver, segundo Aristóteles, que preconiza a ideia de felicidade baseada em uma ética dentro das relações sociais e, nesse contexto, confirmar, ou não, a tese de que é possível se viver bem sob determinadas condições essenciais. À luz dessa teoria, proponho, como objetivo geral, estudar a relação desses moradores com o lugar. E como específicos, busco primeiro, conhecer o cotidiano dessas pessoas, desde as palafitas<sup>2</sup> ao conjunto habitacional; a seguir, entender como essas pessoas se identificam com o lugar, levando-se em consideração seu passado nas palafitas de Brasília Teimosa; e, posteriormente, desvelar o bem viver nas suas práticas cotidianas.

Em meio às minhas angústias a respeito da moradia em conjuntos habitacionais, passando pelas inquietações sobre a possibilidade de seus moradores, até então acostumados com a informalidade das moradias precárias, não conviverem de forma prazerosa nesse novo espaço, lancei-me à pesquisa, problematizando questões que girassem em torno do viver num conjunto habitacional.

O Casarão do Cordeiro é considerado o maior conjunto habitacional entre os vinte e dois (22) conjuntos construídos e entregues, durante a gestão municipal que teve início em 2001 e foi finalizada em 2009, a comunidades de residentes em áreas de vulnerabilidade sócio-espacial, na Cidade do Recife. Ele está localizado no Bairro do Cordeiro, no Oeste da Cidade, entre os Bairros do Zumbi e da Iputinga, todos fazendo parte da Região Político-Administrativa IV (RPA-4)<sup>3</sup> (Figura 2). O centro do Bairro do Cordeiro está a uma distância linear de 6,54 km do Marco Zero, situado na Praça Rio Branco, no Bairro do Recife (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO RECIFE, 2005).

---

2 Palafitas são consideradas, de forma genérica, sistemas construtivos (em forma de estacas de madeira) usados em edificações localizadas em áreas alagadiças, tendo como função evitar que as casas sejam arrastadas pela correnteza dos rios (PINTO, 2009).

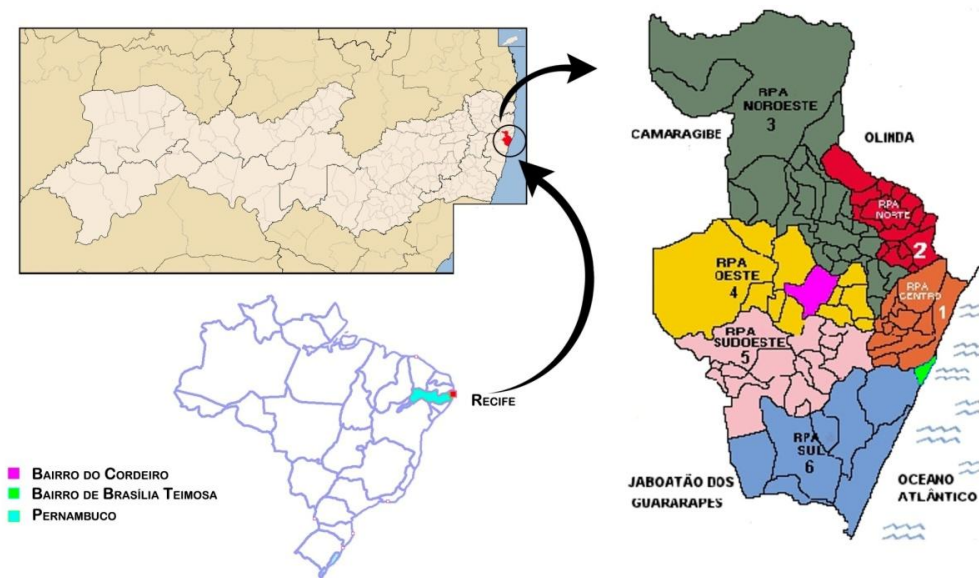
3 Art. 1º - O Município do Recife é dividido em 6 (seis) Regiões Político-Administrativas (RPAs) para efeito de formulação, execução, e avaliação permanente das políticas e do planejamento governamentais. Ver Lei nº 16.293/97.

Erguido no período 2004-2007<sup>4</sup>, seu projeto previa a construção de equipamentos comunitários tais como escola, creche, abrigo para idosos, três quadras poliesportivas, centro comunitário e centro comercial. Entretanto, a maioria dos equipamentos previstos não chegou a ser implantada, nem existe previsão para essa implantação. O Conjunto (Figura 3) é diferenciado, em relação aos outros do período, pelo fato de possuir vias de acesso a bairros circunvizinhos e, apesar de ser delimitado territorialmente em alguns trechos do terreno, é considerado, pela Prefeitura, um "condomínio aberto", porque suas ruas internas se integram à malha viária existente no entorno, possibilitando a ligação direta com localidades vizinhas.

---

4 O ano de conclusão dos 22 blocos, com 32 unidades residenciais de 40,71m<sup>2</sup> cada, perfazendo um total de 704 apartamentos, foi 2006. Entretanto, foi em 2007 que houve a complementação do projeto, com a construção de 56 casas térreas (BRAGA, 2009).

Figura 2 - Mapa da cidade do Recife, dividido em seis Regiões Político-Administrativas, com a localização dos bairros do Cordeiro e Brasília Teimosa, em suas respectivas RPAs.



Fonte: Google images: <[www.policiacivil.pe.gov.br/gpca/images/stories/mapa1.jpg](http://www.policiacivil.pe.gov.br/gpca/images/stories/mapa1.jpg)>. Acesso em: 28 jun 2014.  
(Mapa adaptado por Célia Braga).





Em 2003, ano da visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à localidade, a história do bairro tomou um rumo diferente. A Prefeitura do Recife lhe apresentou o projeto denominado Recife sem Palafitas<sup>7</sup>, de onde saíram as bases para implantação de uma política habitacional para milhares de famílias que sobreviviam em situação de risco em palafitas construídas sobre os rios, mangues e na praia do Bairro de Brasília Teimosa, em Recife. A partir dessa visita, a realidade de Brasília Teimosa mudou. E, com a parceria realizada entre o Governo Federal e a Prefeitura, deu-se início ao processo de transferência para o Conjunto e remoção das palafitas. A partir dessa época, todas as famílias<sup>8</sup> foram incluídas no auxílio-moradia<sup>9</sup> até a conclusão das casas, e mudança definitiva para o Conjunto, em 2006.

As palafitas de Brasília Teimosa se tornaram um caso emblemático na história das ocupações na Cidade do Recife. Brasília Teimosa está localizada, na RPA-6 (Figura 2), entre o chamado centro da Cidade do Recife e as praias da zona Sul, num trecho triangular com vértice voltado para o Norte, que se prolonga por uma linha de arrecifes que se estende até o Porto do Recife. Abrange uma faixa de praia considerada atípica para moradia devido à proximidade com o mar. O início de sua ocupação coincidiu com a época da construção da Cidade de Brasília, sede do Distrito Federal. Foi marcada pelo

---

7 O programa Recife sem palafitas é realizado pela Prefeitura do Recife, tendo parceria com o Ministério das Cidades. Seu objetivo é atuar na requalificação urbana das áreas alagadas, onde há ocorrência de palafitas, por intermédio de ações urbanísticas, ambientais e socioeconômicas e culturais, em benefício das famílias que residem nesse tipo de habitação, e, sobretudo, dar moradia adequada para seus residentes (PREFEITURA DO RECIFE, s/d). Disponível em: < [www.recife.pe.gov.br/especiais/recifesempalafitas/](http://www.recife.pe.gov.br/especiais/recifesempalafitas/)>. Acesso em: 06 set 2014.

8 Embora não tenhamos dados estatísticos precisos quanto ao número de moradores por unidade habitacional, nas visitas ao Conjunto e às casas dos entrevistados, observou-se uma composição média das famílias entre três a quatro pessoas morando numa mesma unidade.

9 O auxílio-moradia é um benefício concedido pela Prefeitura da Cidade do Recife, por decreto, às famílias que tiveram suas casas demolidas ou destruídas por riscos naturais. O valor recebido equivale a R\$ 151,00 para o aluguel temporário de um novo imóvel. Ver DECRETO Nº 27.853 DE 28 de março de 2014.

comportamento persistente dos moradores, que resistiam às inúmeras remoções para outros locais, próximos ao entorno, e insistiam em reocupar a área com a construção de novas moradias. Seu nome retrata a luta histórica de uma comunidade resistente, perseverante e, sobretudo, teimosa. Daí o nome que se autoatribuíram: Brasília Teimosa.

Em 2000, Brasília Teimosa possuía 19.155 habitantes (LACERDA, 2013). Segundo pesquisa para diagnóstico socioeconômico das palafitas de Brasília Teimosa, realizado, em 2003, pela Empresa de Urbanização do Recife – URB<sup>10</sup>, a população em idade ativa, em sua grande maioria, não possuía remuneração (23,11%), dedicando-se às atividades do lar, enquanto que a economicamente ativa distribuía-se, numa maior concentração, na ocupação de empregada doméstica (15,57%), seguida pela de auxiliar de serviços gerais (9,84%), pescadores (9,02%), pedreiros (7,70%), vendedores (5,57%) e demais categorias profissionais, não ultrapassando o índice dos 4,75%. De acordo com o diagnóstico, ressalta-se que 2,62% dos entrevistados informaram não possuir profissão. Essa pesquisa revelou 1760 habitantes, em 505 imóveis, sendo estes não apenas palafitas, mas, também, moradia de alvenaria, mista, de madeira e outros materiais. Estes dados apontam para um tamanho médio da família em estudo, de 3,48 indivíduos por unidade habitacional (URB-RECIFE, 2003, p.11).

As lembranças de Brasília Teimosa, contadas por aqueles que um dia fizeram parte dessa estreita faixa de terra na zona Sul da Cidade (Figura 4), são motivo de nostalgia e lágrimas nos olhos, mas, ao mesmo tempo, de sorriso pelas boas memórias que nessa época também se construíram. A comunidade, marcada pela sua história de resistência, surgiu a partir de uma ocupação informal em 1957, em terrenos que pertenceram à União, na antiga localidade denominada Areal

---

10 A Empresa de Urbanização do Recife (URB-Recife), de acordo com as informações da Prefeitura do Recife, apresenta-se como um órgão público municipal que promove estudos e projetos de urbanização e presta serviços públicos, além de executar, indiretamente, as obras de edificação e urbanização, recuperar áreas de sua propriedade ou áreas desapropriadas pelo Município e, também, efetuar o remanejamento urbano de áreas deterioradas, com o consentimento prévio de seus proprietários, assegurando seu ressarcimento em relação às despesas realizadas pela empresa (PREFEITURA DA CIDADE, s/d).

Novo (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 2005). As lutas pela posse de um pedaço de terra têm seu registro nas histórias de seus moradores que contam seus momentos, cruzados de sofrimento e ao mesmo tempo de alegria, diante de uma realidade regada pela presença extasiante do mar, que ora era admirado pela sua beleza, ora temido pela fúria de suas ondas que ameaçava, com muita frequência, a tranquilidade de uma comunidade que insistia em ocupar um espaço já consagrado pela natureza às águas do mar: a praia.

Figura 4 - Da beira da praia de Brasília Teimosa, local onde estavam assentadas as palafitas, para o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro.



Fonte: Google Earth (Mapa adaptado por Célia Braga, 2014).

Em meio às idas e vindas desses moradores é que foram se configurando as suas histórias, pelas inúmeras demolições e reconstruções de suas moradias a que tinham que se submeter, devido a sua determinação e persistência em permanecerem no lugar, não por escolha, mas, segundo os moradores, por ser a única opção disponível naquele momento. Souza (2010) retrata bem essa realidade quando se refere aos primeiros ocupantes da localidade:

Inspirados no nome que seria dado à nova capital, pescadores, lavadeiras, biscateiros, brasileiros sem chão, levantavam seus barracos à noite e viam a polícia derrubá-los ao amanhecer. Resistentes, juntavam os destroços e recomeçavam. Valentes, não se intimidavam com a truculência patrocinada pelo poder público. Teimosos, conquistaram uma área cobiçada, e criaram uma comunidade cuja história é marcada por vitórias resultantes da mobilização popular (SOUZA, 2010, s/p).

Cerca de 2.500 pessoas (OLIVEIRA et al, 2004), por volta do ano de 2004, moravam nessa faixa de praia, onde sua relação com o lugar era de constante insegurança. Entretanto, esse lugar era também marcado de outras significações, pois, para muitos moradores, representava seu local de nascimento e infância, e onde foram se construindo muitas amizades que permanecem até os dias de hoje, várias delas transformadas em laços de união conjugal. Apesar da precariedade, suas habitações eram o referencial dessas famílias e o local onde realizavam suas atividades cotidianas.

A vontade de conhecer o cotidiano dos moradores do Casarão levou-me a querer penetrar nesse mundo, para tomar contato com a nova realidade das pessoas, vivenciando o Conjunto. Como protagonistas desse novo espaço, essas pessoas trazem consigo uma bagagem repleta de referências afetivas com o lugar dito de origem, em virtude das relações de vizinhança construídas pelo tempo e percebidas, em momentos de desespero, provocados pelas enchentes do mar; pelas ações de despejo; em retomar o lugar, pelo ir e vir.

Esse novo momento requer dessas pessoas a tessitura de outra trama, entrelaçada agora na malha ortogonal<sup>11</sup> dos conjuntos habitacionais onde, segundo Chauí (1989, p.66), “prevaleceu a ideia de uniformidade ou de homogeneidade” espacial. Nesse cenário, diverso dos seus antigos parâmetros de moradia, as pessoas vão aos poucos se apropriando de outra realidade. Assim, novos valores serão desenvolvidos e adotados, conformando-se um quadro de renovação e possibilidades de se viver, na dinâmica cotidiana desses moradores, que imprimem ao lugar uma identidade, características da cultura e hábitos de quem nele habita, que estabelecem relações entre si e o lugar, que por si só, já apresenta um caráter próprio.

Entretanto, segundo os estudos de Kehl (2010), existe a ideia de que os conjuntos habitacionais parecem não promover grandes transformações na realidade de seus moradores, apesar deles reconhecerem melhoria em seu padrão de vida. O autor entende que as aspirações dessas pessoas vão além das mudanças físicas.

Na visão de Alcântara e Monteiro (2010), são muitos os impactos que a moradia em conjuntos habitacionais causa às pessoas contempladas com esse tipo de habitação. As autoras citam o caso do Conjunto Habitacional Abençoada por Deus, no Recife, em que

as remoções e realocações de habitantes de favelas e palafitas para conjuntos de apartamentos, muitas vezes não conseguem prover uma moradia adequada que satisfaça as necessidades e os desejos desses moradores (ALCÂNTARA; MONTEIRO, 2010, p.3).

De acordo com o pensamento dessas autoras, existe um índice elevado de “repasso e aluguel dos apartamentos, já imediatamente após a ocupação” (ALCÂNTARA; MONTEIRO, 2010).

Soares e Espinheira (2004, p.7) citam o Conjunto Nova Primavera, em Salvador, como exemplo de um “simulacro

---

11 Tipo de configuração espacial que lembra um tabuleiro de xadrez.

urbanístico e político de atenção social", onde as casas que foram entregues a partir de 2001, já apresentam problemas estruturais e de esgotamento sanitário, e "que, da alegria de receber casa nova transformou-se em pesadelo para os moradores do conjunto"(JORNAL A TARDE, 2004, p.5 apud SOARES; ESPINHEIRA, 2004, p.7). Para esses autores, construir conjuntos habitacionais precários e sem sustentabilidade não traz melhoria para os moradores. Noção que me leva a crer na continuidade, naturalmente, dentro de outro invólucro, da deficiência habitacional existente nas antigas ocupações. Os autores entendem que os conjuntos habitacionais, para promoverem condições de moradia digna, devem ser planejados em função de seus atores sociais. Caso contrário, a construção de conjuntos habitacionais camufla sua função social, e ao invés de parecerem despercebidos, por estarem inseridos na malha urbana, passam a ser considerados "calos urbanos" e oportunidades de empreendimento para empreiteiras e imobiliárias, como foi o caso do Conjunto Nova Primavera.

Todavia, o Conjunto Habitacional do Cordeiro se apresenta de forma diversa desses parâmetros apontados pelos autores citados. Observei, pelas práticas cotidianas de moradores do Conjunto, uma realidade que se mostrou, para mim, sob outra perspectiva. Uma perspectiva de que é possível se pensar num bem viver em um conjunto habitacional e se sentir inserido dentro da cidade, de forma adequada.

Como afirma Michel de Certeau, (1996, apud SOARES; ESPINHEIRA, 2006, p.59), "as práticas são determinadas pelo meio em que os indivíduos estão inseridos". Essa inserção favorece uma relação de troca em que, por um lado, o indivíduo procura se adequar ao lugar que o acolhe, e, por outro, ele exerce seu poder de transformação sobre esse lugar na busca de um bem-estar desejado, imagem que pode ser simbolizada pela mão que dá e a outra que recebe.

Partindo-se, então, desse pressuposto de que a relação do morador com seu local de moradia desenvolve certas práticas cotidianas de viver, no sentido de procurar viver bem, surge, para mim, outra indagação, a questão central da minha pesquisa: *Como um morador de conjunto habitacional concebe um bem viver nesse novo cenário, sendo proveniente de barraco sobre*



*palafita, e familiarizado com uma realidade informal em relação aos padrões urbanísticos?*

O tema referente à habitação de interesse social<sup>12</sup> já vem sendo amplamente discutido nas diversas esferas do Poder Público e na Academia. Observa-se que o Governo Municipal do Recife vem, desde 2001, expandindo seu processo de edificação de habitações de interesse social, por meio da ação conjunta entre os Governos Estadual e Federal, com a construção de conjuntos habitacionais, objetivando tornar possível o acesso à moradia aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários mínimos, em localidades urbanas.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, para aglomerados subnormais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dezembro de 2011 (MARTINS, 2011), na Região Metropolitana do Recife, 23,2% dos habitantes ainda são moradores de favelas. Essa forma de organização habitacional tem gerado, ao longo de muitos anos, uma problemática urbana aparentemente irremediável. Em decorrência da expansão do processo da urbanização e conversão da cidade em metrópole, a partir da década de 1970, um duplo movimento caracteriza a expansão das favelas.

Por um lado, os grandes conjuntos habitacionais levam a população, já inserida no mercado de trabalho, do centro metropolitano para a periferia, para as regiões mais distantes da malha urbana. Por outro, as famílias menos aquinhoadas, excluídas do acesso aos mecanismos de financiamento da política habitacional oficial, somam-se no movimento de ocupações coletivas de terrenos urbanos, na tentativa de se fixarem ao núcleo metropolitano, e próximo ao mercado de trabalho.

Segundo Neto et al (1985), a perda do poder de compra da população diante da política de arrocho salarial do governo, na década de 1970, trouxe maiores dificuldades de acesso à habitação e, como consequência, conduziu a camada mais pobre

---

12 Habitação de interesse social ou habitação social é um termo usado pelo extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), envolvendo os seus programas para faixas de menor renda. Este termo continua a ser utilizado por várias instituições e agências na área habitacional (ABIKO, 1995).

da população a criar estratégias que passaram a viabilizar a moradia às margens do mercado formal. Entre elas inserem-se as sucessivas invasões dessa camada da população aos terrenos urbanos, a partir de meados dessa mesma década. A repetição dessa situação ampliou a área de ocupação dos assentamentos populares na Cidade.

De acordo com levantamentos da Secretaria de Habitação do Governo de Pernambuco, em 1990, as áreas do Município do Recife ocupadas por assentamentos irregulares, entre 1975 e 1990, haviam dobrado e ocupavam cerca de 33 km<sup>2</sup>, correspondendo a 15% da área total do Município (218 km<sup>2</sup>), e 26% da área urbana ocupada, concentrando perto de 56% das habitações da cidade (SOUZA, 1990, apud PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 4). Segundo o Censo Demográfico de 2000, mais de 60% dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes ganhavam abaixo de três salários mínimos, que correspondiam a pouco mais de 230 mil agregados familiares, que representava 61,41% dos domicílios particulares permanentes do Recife, como mostra, na Tabela 1, a soma dos valores destacados.

Tabela 1 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio, Recife. 2000.

Unidade territorial	Classes de rendimento nominal mensal de pessoa responsável pelo domicílio (salário mínimo) (2)						Total
	Sem rendimento	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	
R.Metropolitana de Recife	102.869	485.590	95.039	93.900	50.247	2.479	860.124
Recife	40.216	190.714	38.979	48.247	33.056	4.813	376.022
Percentual	10,70%	50,71%	10,36%	12,83%	8,80%	6,60%	100,00%

Fonte: PREFEITURA DO RECIFE, p.9, 2002. (Adaptada por Célia Braga, 2014).

As escassas condições habitacionais do Recife representavam a expressão do baixo nível de renda das famílias residentes na Cidade. A renda média dos chefes de domicílios permanentes na Região Metropolitana do Recife (RMR) correspondia a 5,1 salários mínimos, destacando-se acima dessa média, o Município do Recife, com 6,8 salários mínimos (o que representava aproximadamente 135% da renda média da Região). O Recife, como polo da RMR, concentrava,

aproximadamente, 45% do total dos chefes de domicílios permanentes e cerca de 60% da renda total desses chefes. É possível observar esses números, destacados na Tabela 2 (PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 9-10).

Tabela 2 - Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Domicílios Particulares dos Municípios da RMR. 2000.

Região Metropolitana e Municípios	Chefes c/ Rendimento		Rendimento Total		Rendimento Médio		
	1.000 pessoas	(%)	1.000 pessoas	(%)	(R\$1,00)	(%)	(Sal. Min)
Recife	335,8	44,4	344.188	59,7	1.025,0	134,6	6,8
RMR	750,0	100,0	576.264	100,0	761,4	100,0	5,1

Fonte: PREFEITURA DO RECIFE, p.10, 2002. (Adaptada por Célia Braga, 2014).

Segundo Cardoso e Ribeiro (2000, apud PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 10), o *déficit* habitacional<sup>13</sup>, a demanda demográfica e a inadequação de habitações<sup>14</sup> expressam as necessidades habitacionais do Recife. Vejamos a citação seguinte:

O *déficit* habitacional, computado como demanda por habitações - necessidades de reposição e de suprir a demanda solvável – sem considerar a demanda por comprometimento excessivo com o aluguel – se coloca, em média, entre 14 e 15% nas cidades das regiões Norte e Nordeste. O

13 Com dados nas informações da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), Censos Demográficos e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Fundação João Pinheiro define o *déficit* habitacional por demanda de habitações, a partir de três elementos: domicílios improvisados, rústicos e coabitação; define o *déficit* habitacional por aluguel pelo comprometimento excessivo de renda dos moradores com aluguel.

14 Os critérios para definir a inadequação de habitações têm origem no padrão mínimo, que fixa a qualidade construtiva, dimensionamento da moradia e das peças que a compõem e, ainda, critérios relacionados ao ambiente em que esta moradia se insere, como, por exemplo, as deficiências de infraestrutura básica (acessibilidade e infraestrutura: energia elétrica, abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) e o adensamento excessivo (densidade acima de três moradores por dormitório, em domicílios com famílias únicas) (CARDOSO; RIBEIRO, 2000, apud PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 10).

Recife se situa acima desta média, em termos deste *déficit* habitacional (15,7%), posicionando-se bem acima da média nacional (10,1%) e da média dos municípios das regiões Sul e Sudeste (7,5%). As necessidades habitacionais do Recife se expressam, de forma mais intensa, através do *déficit* habitacional por demanda de habitações (15,7%) e da inadequação de habitações quanto à infraestrutura (64,4%), se encontram bem acima da média brasileira (10,1% e 45,1%, respectivamente) (CARDOSO; RIBEIRO, 2000 apud PREFEITURA DO RECIFE, 2002).

Com referência ao *déficit* habitacional por excessivo comprometimento de renda com o aluguel (equivalente a 6,1%) e à inadequação de habitações por excessiva densidade domiciliar (que se refere ao número de moradores por dormitório), correspondente a 8,9% (Tabela 3),

a média do Recife se apresenta equiparada e um pouco abaixo da média nacional (6,1% e 10,4%, respectivamente). Tal situação evidencia a precariedade das condições físicas das habitações nas áreas pobres do Recife – quanto à estrutura das edificações e quanto à carência de infraestrutura nas áreas onde elas se inserem – apontando para a necessidade de uma política habitacional que contemple, não somente a provisão de novas habitações, mas especialmente a urbanização dos assentamentos precários em infraestrutura urbana (CARDOSO; RIBEIRO, 2000, apud PREFEITURA DO RECIFE, 2002, p. 10-11).

Tabela 3 - Indicadores de Déficit e de inadequação Habitacional do Recife, 1991.

Municípios/ Região	Área	Domicílios	Déficit Habitacional Urbano				Inadequação de Habitações			
			Absoluto		Relativo		Por Infraestrutura		Por Adensamento	
			Habitação	Relativo	Habitação	Aluguel	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Recife	218	305.901	47.915	18.810	15,7	6,1	197.031	64,4	27.125	8,9
Média Brasil	-	-	-	-	10,1	6,1	-	45,1	-	10,4

Fonte: PREFEITURA DO RECIFE, p. 10, 2002. (Adaptada por Célia Braga, 2014).

A Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 14.511/83 instituiu as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) <sup>15</sup> que são

caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana.

Para serem reconhecidas como ZEIS pelo Poder Público, essas áreas não devem possuir infraestrutura básica de urbanização e não terem regularizada sua situação fundiária, e, dessa forma, serem consideradas passíveis de urbanização.

Posteriormente criou-se o Plano de Regularização das ZEIS, o PREZEIS, que se tornou um instrumento de planejamento e participação popular de referência. A Lei do PREZEIS nº 14.947/87 é uma Lei Municipal, aprovada em 1987 e, em 1995, teve a sua atualização – Lei nº 16.113/95 –, define a regularização fundiária dos assentamentos precários como forma de garantir a urbanização e melhoria das condições da habitação. Em suma, o PREZEIS visa promover a urbanização e a regularização fundiária das ZEIS (URB-RECIFE, 1997, p. 6).

<sup>15</sup> Rolnik (1998, apud SOUZA, 2013) considera serem as ZEIS uma solução benéfica para os assentamentos irregulares, uma vez que o poder público permite o reconhecimento legal desses locais, possibilitando sua melhoria pela implantação de serviços de infraestrutura.

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) considera que a moradia tem função social, ecológica e econômica (PREFEITURA DO RECIFE, 2002).

A função social está ligada à necessidade e ao direito da população à habitação, visto que a moradia se apresenta como condição básica de existência humana e é sinônimo de abrigo capaz de oferecer salubridade e segurança a quem nela habita. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos - Habitat II, em junho de 1996, na Cidade de Istambul, uma moradia adequada é

(...) uma moradia sadia, segura, acessível no aspecto físico, dotada de infraestrutura básica com suprimento de água, energia e saneamento e com disponibilidade de uso de serviços públicos como saúde, educação, transporte coletivo, coleta de lixo (...) além de privacidade, espaço adequado (...) incluindo a garantia da posse, durabilidade da estrutura física, adequada iluminação, aquecimento e ventilação.

Sua função ecológica mostra que, para poder exercer a função social, a moradia deve estar inserida de forma adequada no meio ambiente urbano, no sentido de assegurar condições: ambientais responsáveis pela salubridade, exposição a riscos de acidentes, acessibilidade a recursos naturais adequados e condições de execução das construções no terreno onde se situa a edificação; de acessibilidade à utilização dos serviços básicos de saúde, educação, comércio e lazer, essenciais para a reprodução social e qualidade de vida da população; de acessibilidade ao emprego ou fontes de geração de trabalho e renda; de conectividade das áreas residenciais com outros setores da cidade.

Sua função econômica gera o crescimento da demanda por insumos e serviços de natureza diversa: mobiliário e utensílios domésticos, materiais de limpeza e conservação, entre outros.

Nesse sentido, a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) vem, há mais de dez anos, construindo conjuntos habitacionais na Região Metropolitana, com a finalidade de reassentar as populações residentes em moradias precárias, para habitações

populares, com o interesse social de oferecer o mínimo de condições e qualidade de vida a seus moradores.

Buscando garantir o direito à habitação digna e inserção urbana às populações menos afortunadas, a PCR, com apoio do Ministério das Cidades, dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), e do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS), tem investido na construção de conjuntos habitacionais, e contemplado inúmeras comunidades que anteriormente viviam em condições precárias de habitabilidade e que eram efetivamente desprovidas de saneamento básico e outros serviços, muitas delas se encontrando expostas ao risco constante das enchentes dos rios que cortam a Cidade – o Rio Capibaribe e o Rio Beberibe, e outras tantas, assentadas em área costeira e expostas ao risco de enchentes provocadas pelo movimento das marés, como foi o caso de Brasília Teimosa, onde as palafitas eram construídas na orla da praia.

Dessa forma, morar em conjuntos habitacionais revela-se como proposta Municipal de moradia digna, que traz possibilidades para indivíduos, que viveram em condições de pobreza extrema e vulnerabilidade sócio-espacial, de se libertarem do estigma da moradia precária do passado e onde, nessa nova realidade, esse morar se traduza em viver bem. Vale salientar que esses atores, mesmo submetidos a uma estrutura política de exploração social e controle espacial, instauram suas formas de resistência e de empoderamento do espaço em que são estabelecidos.

A relevância da minha pesquisa sobre o bem viver em conjuntos habitacionais recai sobre o fato de poder contribuir para a desmistificação da noção hegemônica de que viver nesse tipo de habitação não é suficiente para o indivíduo que nele mora. Constatou-se que, mesmo diante da dignidade e da segurança que a nova moradia trouxe para os moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, esses moradores estão sempre buscando estratégias que promovem o bem viver, modificando a sua realidade, composta, muitas vezes, de privações e necessidades, mas que não os desestimula a serem resistentes e batalhadores.

Como forma de sistematizar as ideias, o trabalho estruturou-se, em quatro capítulos. No primeiro capítulo,

apresentei detalhadamente a metodologia adotada, tendo como eixo teórico a História Oral, desenvolvido através de visitas ao campo, com o objetivo de colher informações sobre as histórias de vida dos sujeitos desta pesquisa, através de entrevistas, depoimentos, testemunhos ou relatos. No segundo, optei por dividi-lo em tema e subtemas. O bem viver, que tomei como tema central da pesquisa; cotidiano, identidade, memória e lugar, considerados subtemas. Dessa forma, pretendi situar minha pesquisa no universo teórico e compreender, através desse suporte, o cenário em que ela se insere. No terceiro capítulo, procurei apresentar o panorama em que se apresenta a realidade dos programas habitacionais no Brasil e a presença da favela em seu espaço urbano. No quarto, apresentei os entrevistados, procurando interpretar suas construções cotidianas, suas identificações com o lugar, suas lembranças à luz da teoria, e delinear as percepções de bem viver dessas pessoas. E, finalmente, nas considerações finais, retomei os temas discutidos e apresentei os resultados de minhas percepções.



## 1 CONHECENDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Considero que o processo de construção de uma tese não pode ser desvinculado de um plano estratégico para conduzir as discussões a uma possível conclusão e resposta aos questionamentos que levam à existência de uma tese. Desse plano faz parte um emaranhado de caminhos a serem percorridos, numa inter-relação entre teoria e prática, momento em que se procura identificar o que deve ser mais apropriado para uma investigação.

Assim, para este trabalho, escolhi os caminhos que acreditei serem os mais indicados para trilhar na minha pesquisa.

### 1.1 *A trilha da abordagem teórica*

A pesquisa se enquadra dentro de um processo de construção que vai tomando forma à medida que se desenvolve, até chegar à arte final. Uma obra que, aos olhos do seu criador, parece inacabada, devido ao encontro constante de novos questionamentos. Minayo considera a pesquisa um "processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações" (1994, p.26), ao qual chama, adequadamente, de "ciclo da pesquisa".

Na visão da autora, a pesquisa não é estática, mas dinâmica, e, dentro dessa geometria espiral cíclica, o movimento se apresenta contínuo e integrado, em todas as suas etapas, as quais não existem por si só. Elas se complementam e se integram na "historicidade do processo social e da construção teórica" (MINAYO, 1994, p.27). Minayo define a pesquisa, de forma poética, como "um labor artesanal" (MINAYO, 1994, p.25), onde o trabalho é construído de forma cuidadosa, para que seu produto final resulte numa arte particular, que seja capaz de originar novas indagações pela forma em que geometricamente se desenvolve.

Dentro desse ciclo, apresentam-se os procedimentos da pesquisa, iniciando-se pela "fase exploratória" (DESLANDES et al, 1994, p.31). A partir daí vêm os questionamentos, referentes a o "quê" se pesquisar: o bem viver num conjunto habitacional em Recife. Decidido o objeto, apresenta-se um segundo momento, o "como" proceder para realizar a pesquisa: a Metodologia da História Oral me ajudou a orientar meus questionamentos.

Portanto, realizado esse mapeamento de necessidades, parti para delimitar meu universo de estudo: tracei um recorte espacial na Cidade do Recife, no Bairro do Cordeiro, mais especificamente, direcionado para um conjunto habitacional, o Casarão do Cordeiro, já apresentado em outro momento do trabalho. Foi nesse local, portanto, que encontrei os sujeitos, com os quais comecei a desenvolver uma relação oficial como pesquisadora.

Esses sujeitos me foram sugeridos, quando das conversas empreendidas com a liderança da comunidade de moradores, na ocasião de minha primeira visita ao campo, realizada em dezembro de 2012. Manoel, conhecido por eles como a pessoa com quem todos podiam contar para resolver os problemas relativos ao Conjunto, frente à Prefeitura. Ele me foi apresentado por Tácio, um dos assistentes sociais da Secretaria de Habitação (SEHAB) da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), que me acompanhou ao Conjunto, na ocasião. É importante enfatizar a importância dessas duas pessoas nessa etapa, pois foi através delas que consegui acesso aos moradores de Brasília Teimosa, e, particularmente, àqueles que entrevistei<sup>16</sup>.

Manoel é uma pessoa muito atuante entre os moradores, e reconhecido pelos serviços prestados, a partir do momento em que foi morar no Conjunto, desde 2006. Ele foi morador da comunidade do Bueirão, oriunda do Campo do Bueirão, no bairro da Torre, próximo ao Cordeiro, e que também foi relocada para o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro. Manoel tornou-se popular entre os moradores do Conjunto pela sua interação com

---

16 Informo que os moradores entrevistados autorizaram, por escrito, o uso público das entrevistas. Entretanto, para evitar maiores comprometimentos de suas identidades, não utilizei as fotos dos entrevistados e optei por apresentá-los apenas com o primeiro e o segundo nomes ou sobrenome. Todas as autorizações se encontram em minha posse.

eles, passando a conhecer de perto as histórias e os problemas que perpassavam o cotidiano dessas pessoas. Ele divide seu tempo entre os afazeres de casa, junto a sua companheira, e as questões referentes à administração do Conjunto, no que concerne a problemas no abastecimento de água, limpeza dos esgotos, colocação de lixeiras e outros assuntos que porventura venham a ser reivindicados pelos moradores. Enfim, ele é a pessoa que toma as iniciativas e vai em busca de providências junto aos órgãos responsáveis.

Manoel me ajudou a encontrar pessoas que contaram suas experiências, relataram suas tristezas, angústias e alegrias da vida nas palafitas, e também as dificuldades, tensões, mas, principalmente, alegrias na nova morada.

Entretanto, para entrar em campo foi importante determinar, preliminarmente, os objetivos, para orientarem a confecção do roteiro de entrevista, acompanhado do termo de autorização, a ser assinado pelos entrevistados (Anexos I e II). De acordo com Deslandes (1994, p.42), os objetivos buscam "responder ao que é pretendido com a pesquisa, que metas almejamos alcançar ao término da investigação".

Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa, fiz uso da Metodologia da História Oral. Como esse método é flexível, ele pode, segundo Alberti, "se prestar a diversas abordagens" (ALBERTI, 2004. p.18). Para mim, trabalhar com essa metodologia me abriu possibilidades de diálogos interdisciplinares, presentes nas narrativas dos sujeitos.

Segundo Freitas (2006, p.46), a História Oral "legitima a história do presente" através dos testemunhos orais das pessoas, que nos permitem participar, como ouvintes, dos acontecimentos vivenciados por elas em alguma época de suas vidas. No caso da minha pesquisa, os depoimentos dessas pessoas contribuíram para entender uma comunidade que lutou para fazer parte de uma nova realidade: a realidade de ter uma casa digna, independentemente de suas preferências de local e estilo.

Contudo, essa Metodologia tem uma particularidade: ela só pode ser utilizada com pessoas que vivenciaram como sujeitos ativos ou como testemunhas (ALBERTI, 1989), pois ela "depende da memória 'viva' e de relatos" (MATOS; SENNA, 2011, p. 100).

Apesar do propósito desta pesquisa não ser o de conhecer a trajetória de vida dos moradores do Conjunto, é natural que, em algum momento de suas narrativas, em meio aos temas tratados nas entrevistas, aspectos desde a infância e até atual trajetória poderão vir à tona. Segundo Alberti, na História Oral, as entrevistas são classificadas em dois tipos: “entrevistas temáticas” e “entrevistas de história de vida”, e sua escolha depende dos objetivos da pesquisa. Segundo esta autora

as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados. [...] uma entrevista de história de vida é geralmente mais extensa do que uma entrevista temática (ALBERTI, 2004, p.37).

Para Alberti, as “entrevistas temáticas” (2004, p.38) estão contidas nas histórias de vida dos sujeitos. Por dedução, esses dois tipos de entrevista se completam, e nos dão a oportunidade de mergulhar nesse mundo que não é o nosso, mas do qual participamos, mesmo como ouvintes, tornando-nos uma espécie de parceiros pela relação de “cumplicidade” (MONTYSUMA, 2006, p. 119) que é estabelecida no momento da entrevista. Dessa forma, as entrevistas se tornam “produtivas” e “bastante ricas em muitos aspectos” (MONTYSUMA, 2006, p. 19), pela proximidade construída entre os envolvidos, dados os interesses em comum do pesquisador e da pessoa com quem se fala.

Sem nenhuma pretensão de ser minimalista, e resgatando o recorte no Bairro do Cordeiro, com foco no Casarão, decidi fazer outro recorte, mas agora dentro do

universo de moradores da comunidade com quem resolvi dialogar. Nesse universo se encontram os moradores sugeridos por Manoel. Em conversa com ele, para escolha desses sujeitos, baseamos a seleção no critério de amizade dele com os moradores que vieram de Brasília Teimosa, sendo que, a partir daí, foram surgindo outras pessoas que foram sendo indicadas pelos próprios selecionados, pelos laços de vizinhança, e que terminou se transformando numa rede nodal de recomendações.

Achei que o fato de Manoel recomendar o entrevistado facilitou minha aproximação. Percebi que, desta forma, os entrevistados se sentiriam mais à vontade e com segurança em abrirem suas casas; exporem suas vidas e suas memórias a uma pessoa que lhes foi apresentada por alguém que eles já conheciam. Todas as pessoas que me foram apresentadas moraram em palafitas por cerca de quatro anos, tempo considerado plausível para terem reunido toda uma bagagem de vivências naquele local. Estas minhas escolhas têm precedentes nas recomendações teóricas, conforme o pensamento de Alberti, mostrado no trecho seguinte:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de História Oral se aproxima, assim, da escolha de "informantes", em Antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas – em função de sua relação com o tema estudado -, seu papel estratégico, sua posição no grupo etc. (ALBERTI, 2004, p.31).

Quanto à possível quantidade de entrevistados, Alberti (2004, p.36) explica que a utilização do conceito de "saturação"

de Daniel Bertaux é muito útil para uma pesquisa onde se trabalha com História Oral. O conceito se aplica quando as entrevistas começam a se tornar repetitivas, e se tem a impressão de que não há mais nada de novo a conhecer ou aprender sobre o objeto de estudo. No caso da minha pesquisa, vale lembrar que estamos tratando de pessoas que fizeram parte de uma mesma comunidade, e viveram, paralelamente, emoções parecidas em meio às dificuldades das palafitas e mudanças para o Conjunto.

Não menos importante do que as fontes orais, em meu trabalho de campo, foram as minhas impressões sobre o entorno e a casa dos sujeitos, anotadas em meu diário de campo<sup>17</sup>.

Na visão de Neto (1994), o trabalho de campo pode ser sintetizado como

fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer (NETO, 1994, p.64).

Alberti ressalta a importância de serem anotados todos os detalhes das observações realizadas durante a visita ao campo, e, sobretudo no momento das entrevistas, pois segundo a autora, facilita “a tarefa de tratamento do depoimento” (ALBERTI, 2004, p.124). Acredito que a subjetividade do pesquisador é registrada nessas anotações que revelam suas primeiras ideias, potenciais questionamentos e outros detalhes os quais, se a princípio parecem se dissolver na imagem geral,

---

17 Neto (1994, p. 63) considera que “o diário de campo é pessoal e intransferível. Sobre ele, o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa. Demanda um uso sistemático que se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até a fase final da investigação”.

posteriormente se revelam de grande importância para uma análise que lida com o sujeito e suas idiossincrasias.

Entrevistar os sujeitos se apresentou, para mim, como um momento revelador, no qual compreendi um pouco desse universo cotidiano de pessoas tão diferentes, mas, ao mesmo tempo, semelhantes em suas experiências com o lugar de morada. Procurei firmar com eles um diálogo entre amigos que, a partir dessa relação amistosa com o entrevistado, permitiu-me estabelecer um *rapport*, com o mundo do outro, sem constrangimentos. É o que Portelli chama de "troca entre dois sujeitos: literalmente, uma visão mútua" (PORTELLI, 1997, p. 9), pois promove mais abertura na comunicação dos pares.

De acordo com Alberti (2004, p.79), a entrevista se apresenta como o "cerne do trabalho com a História Oral", pois, segundo ela, é nesse momento que os resultados serão produzidos através da fusão entre investigação e prática científicas. Para mim, foi a partir dela que pude penetrar no mundo subjetivo do entrevistado e dele participar, como ouvinte, e também como interlocutor.

O início da entrevista apresentou-se como um momento delicado porque foi a partir dali que as relações de confiança estavam começando a ser estabelecidas, e um processo de "parceria" (FERNANDES; COSTA, 2009, p.188) sendo construído entre os envolvidos da relação, no caso: eu e os moradores.

Alberti também fala que na fase de desenvolvimento da base de dados, é de suma importância a "definição dos descritores (ou temas) que darão conta dos assuntos tratados nas entrevistas" (ALBERTI, 2004, p.140).

Assim, considerei como temas os elementos presentes nos objetivos: cotidiano, identidade, lugar e memória, que, a meu ver, perpassam a trajetória dos moradores e que contribuem para auxiliar na interpretação da existência de um bem viver à moda dos moradores do Conjunto. Procurei identificar nas falas dos entrevistados situações, dentro dos temas, que remetessem a um estado de bem-estar, e que me levassem a inferir<sup>18</sup> a concepção do bem viver na realidade recifense do Conjunto

---

18 Segundo Bardin (1977, p.41), inferir significa "deduzir de maneira lógica".

Habitacional Casarão do Cordeiro, porém, como já dito, aos olhos de seu morador.

Busquei, portanto, compreender e interpretar seus sentidos no contexto, na intenção de responder à pergunta central da pesquisa, ou seja, *como um morador de conjunto habitacional concebe um bem viver nesse novo cenário, sendo proveniente de barraco sobre palafita, e familiarizado com uma realidade informal em relação aos padrões urbanísticos?* E, a partir dos resultados obtidos, confirmar ou não a tese de que *é possível se viver bem sob determinadas condições essenciais*, inclusive num conjunto habitacional.

Gomes ressalta a presença dos termos "análise e interpretação" em alguns livros. Ele afirma que existem autores que

entendem a "análise" como descrição dos dados e a "interpretação" como articulação dessa descrição com conhecimentos mais amplos e que extrapolam os dados específicos da pesquisa. Outros autores já compreendem a "análise" num sentido mais amplo, abrangendo a "interpretação" (GOMES, 1994, p.68).

Adotei o posicionamento de que ambos, tanto a análise quanto a interpretação, se entrelaçam no momento do tratamento dos dados, por acreditar numa interdependência entre as duas.

Gomes (1994) ressalta o fato de Minayo apresentar três finalidades para a fase da análise:

Estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte (MINAYO, 1992, apud GOMES, 1994, p.69).

E corrobora com a ideia de Minayo, quando esta afirma que a fundamentação teórica, associada à experiência do pesquisador, traz benefícios no momento da análise dos depoimentos.



Com base nesse pensamento, adotei a Metodologia da História Oral porque percebi que poderia ser um caminho bastante revelador para mim, no sentido de que, se as oralidades dos depoentes permitissem o meu acesso, como ouvinte, na vida dessas pessoas, naturalmente, com o aporte da teoria, eu conseguiria alcançar o entendimento das subjetividades presentes em suas falas, e perceber a presença de um bem viver só deles.

## 1.2 *A trilha da pesquisa de campo*

Neto percebe que Zaluar (1985, apud Neto, 1994) observa a relação pesquisador-depoente como respeitosa e não confundida com uma ação paternalista. Ao entrar em campo, procurei manter uma relação de amizade, respeitando as devidas proporções, mantendo a preocupação de que nossas conversas não se perdessem no universo da informalidade e o foco da pesquisa não fosse esquecido. Como assevera Neto (1994, p. 62), "o objetivo prioritário do pesquisador não é ser considerado um igual, mas ser aceito na convivência". A interação com o entrevistado é observado por Neto (1994, p. 62) como essencial, sobretudo porque "o pesquisador e os atores sociais envolvidos no trabalho, [...] mesmo partindo de planos desiguais, ambas as partes buscam uma compreensão mútua", procurando compreender melhor o mundo do outro, uma vez que o pesquisador precisa alcançar a confiança das pessoas envolvidas na entrevista e, conseqüentemente, "ser aceito na convivência" do ambiente de morada desses indivíduos.

Segundo Neto (1994, p.62), a compreensão das falas dos entrevistados, através de suas ações, ajuda o pesquisador a entender melhor suas rotinas, seus modos de viver, seu espaço. "Nada substitui o olhar atento de um pesquisador de campo ao evasivo próprio da realidade das relações sociais", que preconiza o todo e não as partes, e onde prevalece o emaranhado de olhares em detrimento de um único foco.

Nas minhas idas ao Conjunto, procurei observar nuances no dia-a-dia dos moradores. Abri meu diário de campo, e registrei a movimentação do local, pela presença de elementos que

caracterizavam a existência de um cotidiano vivido pelos moradores.

Observei o retrato de uma forma de se viver, dentro daquela realidade que foi dada a eles. Sem muitas preocupações com a estética do lugar, mas procurando formas de se ajustar a ele através de seus toques pessoais como moradores. Observei roupas estendidas nos varais improvisados nas janelas, em muitos dos apartamentos de pavimentos superiores, em alguns blocos (Figura 5). Vi também, crianças caminhando, provavelmente com a mãe ou a irmã, no período da manhã, carregando bolsas escolares, e que pela lógica, voltavam da escola, sobretudo porque se aproximava do horário do meio-dia (Figura 6).

Figura 5 - Roupas estendidas em varais improvisados nas fachadas.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Figura 6 - Movimento de crianças retornando da escola, acompanhadas pela mãe.



Fonte: Célia Braga, 2013.

No turno da tarde, observei crianças que brincavam nas ruas, por entre os blocos do Conjunto. Elas estavam sendo supervisionadas por mulheres, que pareciam ser as mães ou avós.

Sempre pela manhã, ao caminhar para a casa dos entrevistados, não registrei a presença de muitas mulheres nas ruas do Conjunto, possivelmente por estarem realizando alguma tarefa, sobretudo doméstica, no interior de suas casas. Igualmente, nos apartamentos térreos, havia varais improvisados no espaço reservado ao jardim da porta de entrada de suas residências, tarefas que normalmente são realizadas por mulheres dessa camada social. Quanto aos homens, observei alguns trabalhando em quitandas improvisadas, próximas à estrutura de ferro, que segundo Manoel, seria uma quadra poliesportiva, que nunca foi concluída. O local pareceu-me servir como pasto para cavalos, cujo dono ou donos provavelmente moravam no Conjunto, ou em seu entorno. Outros homens, possivelmente donos de seus próprios negócios, usavam o espaço do jardim, nos apartamentos térreos, para fazerem seus puxadinhos no intuito de abrirem mercadinhos, quitandas ou locais para venda de bebidas alcoólicas. Tinha, ainda, aqueles que jogavam bilhar, num espaço improvisado, próximo ao portal

de entrada do Conjunto, e, aparentemente, não possuíam ocupação (Figura 7).

Figura 7 - Espaço de lazer improvisado próximo ao pórtico de entrada do Conjunto.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Igualmente, vi homens trabalhando, ora lavando carros (Figura 8), ora consertando alguma coisa, ora vendendo bebidas em seus quiosques improvisados, ora bebendo, ora conversando.

Figura 8 - Espaço de lavagem de carros próximo ao pórtico de entrada do Conjunto.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Meu cronograma de visitas foi realizado quando da minha primeira conversa com Manoel. Programei as entrevistas para serem executadas num período de dois meses, entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013. Dentro desse espaço de tempo, os agendamentos ocorreram ao longo dos momentos de visita, junto aos moradores indicados por Manoel, e também indicados por eles próprios, como foi o caso de Ana Evangelista, Manoel (pescador) e Lourival, indicados por Cláudia.

As pessoas que entrevistei foram bastante receptivas e generosas, por disponibilizarem um pouco de seu tempo e local de moradia para serem entrevistadas. As entrevistas aconteceram no interior de seus apartamentos, com exceção de uma delas, que foi realizada no corredor de acesso ao apartamento do entrevistado, em meio à passagem de alguns moradores, e das brincadeiras de algumas crianças, incluindo o filho do próprio entrevistado, Lourival, que será apresentado no capítulo 4 deste trabalho, juntamente com os demais entrevistados.

Percebi que, na grande maioria dos apartamentos que visitei, existia uma preocupação em se desculparem quando a casa não estava, segundo eles, arrumada adequadamente. Essa preocupação foi bastante evidente entre as mulheres. Entretanto, observei que os agendamentos facilitavam uma pré-organização da casa, especialmente porque foi concordado com eles que haveria um momento para fotos. Característica cultural bem mais forte nesse extrato da sociedade.

Para alcançar os objetivos propostos, além do trabalho de campo, entrevistei o Assistente Social da Secretaria de Habitação (SEHAB) da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), Tácio, já mencionado anteriormente, responsável pelo trabalho social efetuado na época das remoções de Brasília Teimosa para o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, e o gerente de demandas da SEHAB, Ricardo, que será citado, novamente, mais adiante.

Em visita prévia à Prefeitura, consegui levantar vasto material bibliográfico que aborda, de forma específica, o caso do Casarão do Cordeiro: o Guia-2006 dos programas habitacionais; Política Municipal de Habitação de Interesse Social; Relatório do Projeto Recife sem Palafitas – Orla de Brasília Teimosa; Catálogo das tipologias dos conjuntos; conjuntos habitacionais

construídos – 2001 a 2008; Relação dos conjuntos habitacionais entregues pela Prefeitura do Recife na gestão de 2001 a 2009; Diagnóstico socioeconômico das palafitas de Brasília Teimosa; uma cópia da Ementa que dispõe sobre a titularidade dos imóveis; Termo de permissão de uso a título precário e gratuito – modelo utilizado no Conjunto Habitacional da Torre; tudo isso cedido pela PCR.

## 2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Discutimos aqui o referencial teórico visando tecer fios condutores que ajudem a fundamentar a pesquisa empírica deste trabalho, logo, este capítulo foi organizado da seguinte forma:

- Temos na Teoria do Bem Viver o tema central. Considerando-se o bem viver como uma busca para ser feliz, procurei trilhar esse caminho segundo a perspectiva Aristotélica de felicidade, fazendo-se uma interlocução com uma reflexão sobre a temática do viver melhor capitalista, em contraponto com o conceito latino-americano de bem viver e sua ramificação no Brasil.
- Junto, temos alguns temas transversais, tais como - cotidiano, identidade, memória e lugar, que considereei serem importantes para a discussão sobre o bem viver, e que, ao mesmo tempo, contemplassem os objetivos deste trabalho.

### 2.1 *Bem viver*

#### 2.1.1 Sobre os sentidos da felicidade

Para os pesquisadores da ciência hedônica<sup>19</sup>, a felicidade, às vezes conhecida como bem-estar subjetivo, é a combinação de três aspectos: o grau e a frequência de sentimentos positivos; o nível médio de satisfação que a pessoa reporta durante um período mais alongado de tempo; e o grau de

---

19 Segundo Andrews (ANDREWS, 2008, s/p), esse termo revela a pesquisa científica em relação às fontes da felicidade humana. "De acordo com esses estudos, até um certo nível de riqueza, o sucesso material de fato traz mais felicidade. [...] Contudo, após um certo ponto, mais bens materiais não trazem mais satisfação. O que importa a esta altura são os chamados "fatores não-materiais", tais como companheirismo, famílias harmoniosas, relacionamentos amorosos, e uma sensação de se viver uma vida significativa".

ausência de sentimentos negativos tais como a depressão. Essa forma de definir a felicidade estabelece que a mesma deva ser um traço estável do indivíduo, e não uma momentânea flutuação. Para Andrews (2008), a felicidade não é meramente definida como a ausência de sentimentos negativos, mas também a presença de sentimentos positivos.

Andrews aponta para o fato de que a felicidade pode existir em decorrência do sucesso material, até certo nível de riqueza. Contudo, após plena satisfação, a aquisição de mais bens materiais não aumentaria o grau de felicidade e o que passaria a importar seriam outros fatores como o companheirismo, a família, e a sensação de viver bem, a partir de uma vida relevante e expressiva. Isso leva a crer que a felicidade independe da presença de bens materiais, ela existe por si só, é intrínseca ao indivíduo e aflora quando este é submetido a uma condição externa que o leva a sentir bem-estar e satisfação espiritual.

#### **2.1.1.1 A visão Aristotélica de felicidade**

Aristóteles, um dos grandes filósofos gregos da Antiguidade, já se debruçava profundamente sobre o ideal de felicidade. Ele mostrava em sua análise e estudo sobre a psicologia humana, que para viver bem, "[...] nenhum dos bens comumente procurados (a honra, a riqueza, o prazer) preenche esse ideal de felicidade" (COSTA, 1993, apud SOUZA, 2011, s/p), porque para Aristóteles, a felicidade é "algo absoluto e auto suficiente e a finalidade da ação" (ARISTÓTELES, 2007, p.26). No pensamento de Aristóteles (2007, p.29), "o homem feliz vive bem e age bem", segundo uma dimensão ética do bem do Mundo Antigo ligada à vida boa pela realização das virtudes (BOTO, 2001, p. 130). Aristóteles, como discípulo de Platão e Sócrates, seguiu a mesma linha de pensamento de seus mestres. Via na felicidade o resultado de um viver ético dentro das relações sociais.

Na visão de Boto (BOTO, 2001, p. 130), Aristóteles entendeu que o prazer, seria "um estado da alma" e não do corpo. Nesse sentido, os bens exteriores apenas funcionariam



como meios para praticarem ações nobres, que poderiam ser úteis como instrumentos coadjuvantes para produção de felicidade. Para Aristóteles,

[...] todo conhecimento e todo trabalho visa a algum bem, [...] o mais alto de todos os bens que se podem alcançar pela ação. [...] tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem que esse bem supremo é a felicidade e consideram que o bem viver e o bem agir equivalem a ser feliz (ARISTÓTELES, 2007, p.19).

Entretanto, Aristóteles deixa claro que existem divergências a respeito do significado de felicidade. Ele entendeu que uma grande parte das pessoas percebe a felicidade como um sentimento simples. E vê o prazer, a riqueza, as honras como expressão dessa felicidade. Contudo, existem as discordâncias, até mesmo entre esses atores sociais, que, dependendo da situação, identificam a felicidade com a saúde, no momento em que vivenciam a doença, e com a riqueza, quando se encontram na pobreza. Aristóteles, diante dessas diferenças na maneira de pensar do indivíduo, acredita ter a vida conotações diversas, no que tange às maneiras de agir dos homens. Vejamos a citação a seguir:

A julgar pela vida que os homens levam, estes, em sua maioria e os mais vulgares entre eles, parecem [...] identificar o bem ou a felicidade com o prazer, e por isso amam a vida agradável. Pode-se dizer, com efeito, que existem três tipos principais de vida: a vida que acabamos de mencionar, a vida política, e a vida contemplativa (ARISTÓTELES, 2007, p. 21).

Para Aristóteles (ARISTÓTELES, 2007, p. 21), o indivíduo que possui maior refinamento, é melhor qualificado e de índole mais ativa, e que entende a felicidade como honra, objetivo da vida política, parece ter nessa visão certo grau de superficialidade, uma vez que “a honra depende mais de quem a concede que de quem a recebe, ao passo que nos parece que o

bem é algo próprio de um homem e que dificilmente lhe poderia ser tirado”. A busca pela honra parece ser mais uma necessidade pelo reconhecimento de valores próprios, de méritos, para aqueles que procuram ser honrados.

A vida contemplativa busca unicamente a verdade, a perfeição ou o bem supremo. Aristóteles, em função dessas questões, começa a refletir sobre a ética, iniciando sua reflexão com exemplos da vida cotidiana, que na realidade seria a vida prática, como podemos ver na citação a seguir:

O que faz Aristóteles ao referir-se continuamente a exemplos da vida prática, é ética, ou dito de outro modo, ciência da moral, visto que reflete sobre o comportamento moral visando, não estabelecer normas, mas indicar o caminho da "escolha correta" em relação ao bem supremo (REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL, 2013).

Boto (2001, p.129) considera que “a essência da vida aristotélica reside justamente na coincidência entre a desejada ‘vida boa’ e a realização das virtudes”. Contudo, Ventós (1996, apud BOTO, 2001, p.130) pondera que a especificidade do bom para o mundo grego diverge completamente da acepção atual de bom, que, segundo ele, é relativista, uma vez que tudo se resume a uma questão de gosto individual. O bom atual, na visão desse autor, está longe de possuir a dimensão ética do bom aristotélico, em que agir bem traria felicidade àquele que o praticasse, e o conduziria à realização de si próprio e de suas possibilidades. Nesse sentido, a visão de Ventós nos leva a conceber essa ideia atual do bom, como um novo modelo de vida: o modelo capitalista do viver melhor, onde as vontades do indivíduo prevalecem acima dos valores éticos.

### 2.1.1.2 O modelo capitalista do viver melhor

O século XX vivenciou outro momento, e configurou seu próprio sentido ao conceito de felicidade, que preconiza o desenvolvimento como sinônimo de bem viver, no sentido de viver melhor. Sem contestar a legitimidade da busca existente desde há muito tempo, pela satisfação das demandas humanas, a proposta de desenvolvimento, em nível global, foi oficializada em janeiro de 1949, quando o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, em seu discurso no Congresso Norte-americano, caracterizou como "áreas subdesenvolvidas", a maioria do planeta, e comunicou que "o desenvolvimento" deveria ser a meta de todas as sociedades (ACOSTA, 2012, p. 198).

Desde então, o discurso do desenvolvimento estimulou o surgimento de muitas ações para se alcançar essa almejada condição, tais como, a abertura de bancos especializados para financiar o crescimento econômico, o surgimento de programas de capacitação, a criação de manuais de desenvolvimento e uma série de outros procedimentos em busca dessa, então, "palavra de ordem".

Na visão de Acosta<sup>20</sup>, começou-se a configurar um quadro de hierarquias, onde os países considerados desenvolvidos, formados pelos países centrais e os Estados Unidos da América, tornaram-se referência para os países pobres ou denominados periféricos ou subdesenvolvidos, momento em que também se constituíram sistemas de "dominação dicotômica: desenvolvido-subdesenvolvido, civilizado-primitivo, avançado-atrasado, pobre-rico, centro-periferia..." (ACOSTA, 2012, p. 199). Assim, os chamados países pobres ou em vias de desenvolvimento foram enquadrados nessa estrutura de submissão, e desde então, o mundo se organizou para atingir o citado desenvolvimento.

Vale salientar que os países desenvolvidos passaram a ditar os modos capitalistas de viver em nível global, e a prática do consumismo materialista começou a fazer parte da vida das

---

20 Economista equatoriano. Professor e investigador da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). Ex-ministro de Minas e Energia. Ex-presidente da Assembleia Constituinte e simpatizante do Marxismo e do movimento antiglobalização.

pessoas, como meio para garantir uma vida melhor. Dessa forma, a ideologia dominante preconizou a ideia de felicidade associada a um conceito de qualidade de vida e bem-estar, que estimula o consumo e o acúmulo de bens materiais, e que é diametralmente oposta à visão Aristotélica de felicidade, que preconizava a ética pela realização das virtudes. Essa ideologia, gerada do pensamento capitalista ocidental, propôs um modelo de sociedade imposto ao mercado pelos países ditos desenvolvidos e criou no imaginário dessa sociedade a perspectiva do viver melhor baseado no consumo ilimitado.

É dentro desse raciocínio, que Max-Neef<sup>21</sup> (1993) vê o mercado como aquele que organiza a vida socioeconômica da sociedade e o consumismo como seu valor essencial. Ele impõe sua crítica ao modelo de racionalidade do capitalismo, pela crença que este sistema desenvolve em torno das necessidades humanas, por considerá-las ilimitadas, e que, para satisfazê-las, é necessário acumular cada vez mais o capital, em detrimento de outros valores que englobam a vida interior, para legitimar o discurso de que viver melhor é usufruir, cada vez mais, de bens e serviços. As pessoas passam, então, a acreditar que o conceito de felicidade é material.

Max-Neef introduz um importante conceito de desenvolvimento. Um desenvolvimento que, segundo ele, deve ser realizado à escala humana. Na sua visão, o foco desse desenvolvimento tem que privilegiar as pessoas e não as coisas. A pessoa deixa de ser objeto e se transforma em pessoa-sujeito do desenvolvimento. Esse autor<sup>22</sup> acredita que

...um desenvolvimento à escala humana... se concentra e se sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia, dos processos globais com os comportamentos locais, do pessoal com o social, do planejamento com a autonomia e

---

21 Economista chileno. Fundador e Diretor Executivo do Centro de Alternativas para o Desenvolvimento – CEPAUR – de Chile.

22 Todos os excertos cujos originais estavam em inglês, francês e espanhol, foram por mim traduzidos.

da sociedade civil com o Estado <sup>23</sup> (MAX-NEEF, 1993, p. 30).

Boff<sup>24</sup> (2012) aponta que o Capitalismo criou o Produto Interno Bruto (PIB), na década de 1930, como uma medida de estímulo à crescente produção de bens materiais, uma vez que ele representa a totalidade das riquezas materiais produzidas em um país. Ele mostra que, dentro dos padrões capitalistas de felicidade, aquele que mais consome usufrui de melhor qualidade de vida. Entretanto, como contraponto ao PIB, indicador que considera simplesmente a dimensão econômica de desenvolvimento, foi publicado, em 1990, um novo indicador para medir o desenvolvimento: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice incorpora, dentro de outra dimensão, valores como saúde, educação e renda, os quais a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece como referência mundial para medição do progresso de uma nação (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2012). Esse novo indicador é introduzido, no cenário do mundo inteiro, frente à nova realidade social de crescimento da pobreza e da urbanização desenfreada nas grandes cidades.

Por outro lado, no Butão, um pequeno país localizado entre a China e a Índia, aos pés do Himalaia, foi estabelecido um índice que mede a felicidade de forma multidimensional, o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), ou Gross National Happiness Index (GNH). Este índice tem por objetivo orientar a população e o governo rumo a aumentar a felicidade das pessoas, partindo da ideia de que, descobrindo de onde a infelicidade vem e quem a sentiu, pode-se melhorar as condições daquele que ainda não é feliz. Esse índice não é medido por critérios quantitativos e traz, como principais dimensões, a boa governança, boa saúde e educação, assim como a cooperação de todos, no sentido de garantir a paz social e o bem viver entre todas as pessoas (URA, et al., 2012).

---

23 ...un Desarrollo a Escala Humana...se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la natureza y la tecnologia, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la sociedad civil com el Estado (MAX-NEEF, 1993).

24 Filósofo e teólogo brasileiro.

Em meio a esse panorama, Acosta (2012, p. 200) observa que o conceito de desenvolvimento, em nome do progresso, e "entendido como a lógica produtivista de ter cada vez mais [...], está em crise em 'nossa paisagem intelectual'", pois sugere um crescimento material infinito, que pode trazer consequências irreversíveis ao planeta, mesmo diante dos inúmeros avanços no campo tecnológico. O autor complementa seu pensamento com a constatação de que "o mundo vive um 'mau desenvolvimento' generalizado, incluindo os países considerados desenvolvidos", em decorrência da construção de um estilo de vida consumista, preconizado pelo Capitalismo.

Neste sentido, o quadro que tem se apresentado no cenário mundial na contemporaneidade apresenta-se delineado pelos padrões capitalistas de desenvolvimento que preconizam, segundo Tortosa<sup>25</sup> (2008, apud GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p.103), "[...] a acumulação incessante de capital"<sup>26</sup>. Este tem sido o caminho que o desenvolvimento tem percorrido até o momento, o qual concede a oportunidade de alguns viverem "melhor" e, ao mesmo tempo, de muitos ainda terem que viver "mal" (ACOSTA, 2012, p. 201). Um caminho que já faz parte do cenário mundial e que tem sido objeto de discussão de economistas, cientistas políticos, entre outros que se interessam por essas questões, sobretudo em países da América Latina.

### **2.1.1.3 Buen Vivir: um conceito latino-americano de felicidade**

No contexto das discussões pós-desenvolvimentistas ocorre a busca pela superação das bases conceituais do desenvolvimento capitalista e construção de novos discursos, visando gerar alternativas ao desenvolvimento. A partir dos debates na América Latina, no início do século XXI, em busca de

---

25 Cientista social espanhol. Analista influenciado pela teoria sistema-mundo e investigação para a paz. Ex-catedrático e membro investigador do Instituto Interuniversitário de Desenvolvimento Social e Paz (IUDESP) da Universidade de Alicante (Espanha).

26 "[...] la acumulación incesante de capital".

alternativas para a realidade andina, um tipo de bem viver ganha notoriedade – o *Buen Vivir*.

*Buen Vivir* é a tradução para o espanhol do *Sumak Kawsay* (em Quechua), e que quer dizer "bem viver" em português. Quechua ou Quichua é uma língua falada no Antigo Império Inca, e até hoje pelos indígenas sul-americanos que habitavam a Região onde hoje se situam a Argentina, a Bolívia, o Equador e o Peru (iDICCIONÁRIO-AULETE, 2013). A sua filosofia faz parte dessa busca de alternativas pela luta a favor da libertação dos povos marginalizados e a favor da vida.

O *Buen Vivir* questiona a ideologia do bem-estar ocidental, que é associada a uma ética baseada no viver melhor, a qual estimula a competição entre os povos. Dessa forma, o *Buen Vivir* propõe uma reflexão sobre a maneira atual como a vida está sendo organizada em diversas dimensões que incluem o campo, a cidade, os espaços de convivência, as escolas, os hospitais, as unidades produtivas, etc. Contudo, não descarta os avanços tecnológicos, nem as contribuições de outros saberes e culturas que discutem os pressupostos do mundo moderno (ACOSTA, 2012, p. 202).

Segundo Acosta (2012), para entender o significado do termo *Buen Vivir*, é necessário que se resgate a visão de mundo dos povos indígenas, uma vez que o *Buen Vivir* representa uma categoria fundamental dentro da filosofia de vida desses povos. Para eles, a solidariedade e a reciprocidade são princípios básicos para uma vida boa na comunidade, integrada à natureza e em profunda comunhão com a Mãe-Terra (*Pachamama*). Dentro dessa abordagem holística, o *Buen Vivir* possui uma diversidade de componentes que condicionam as ações humanas que o proporcionam. Dentre eles se encontram: "o conhecimento, os códigos de conduta ética e espiritual na relação com o meio ambiente, os valores humanos, a visão do futuro [...]." (ACOSTA, 2012, p. 202).

Acosta compreende que o *Buen Vivir* estabelece uma visão de mundo diversa da lógica capitalista de felicidade, uma vez que propõe a apropriação de outros valores, saberes e práticas, permeados pelo conhecimento ancestral dos povos originários da América Latina. Ele entende que o *Buen Vivir* tem contribuído para a construção de uma nova perspectiva de

felicidade, baseada no resgate da dimensão ética de respeito aos seres humanos em diálogo com a natureza.

É importante destacar que o tema *Buen Vivir* foi inserido nas constituições dos governos de dois países latino-americanos, como é o caso do Equador e da Bolívia, embora cada país tenha trilhado trajetórias próprias em função de suas peculiaridades culturais, sociais e econômicas. Segundo Fathauer (2011, p.9), as tradições indígenas nesses dois países tiveram sua participação efetiva nos processos de formulação das suas constituições, uma vez que o *Buen Vivir* tem suas raízes na ancestralidade dos povos autóctones andinos, a qual faz parte da História daquela região. Para Acosta (2010), o conteúdo dessas duas constituições sintetiza seus momentos históricos e, como em toda Constituição, modela-se uma forma de entender a vida.

No caso do Equador, o *Buen Vivir* indica transformações fundamentais na sociedade, na economia, na política e, sobretudo, na relação com a natureza. Na sua nova Constituição, o *Buen Vivir* aparece como os *Derechos del Buen Vivir*<sup>27</sup>, onde são incluídas diversas categorias que merecem ser reconhecidas como objeto de direito, dentre elas se encontram a alimentação, habitação, educação, saúde, ambiente são e ecologicamente equilibrado, água, energia elétrica, a oportunidade de expressão, como garantia de liberdade, entre outros (GUDYNAS; ACOSTA, 2011).

Emergem em seu conteúdo diversas propostas construídas ao longo de várias décadas de lutas sociais e resistências que mobilizaram muitos setores da sociedade, tais como: trabalhadores, professores, indígenas, camponeses, moradores urbanos, estudantes, ecologistas, idosos, jovens, empresários e outros setores favoráveis ao progresso econômico. E a partir dessas mobilizações foram-se construindo e agregando alternativas de desenvolvimento, como foi o caso do *Buen Vivir* ou *Sumak Kawsay*. Na realidade da Constituição equatoriana fica evidente que a conquista do *Buen Vivir* se encontra diretamente vinculada a um conjunto de direitos.

*Buen Vivir* exige que as pessoas, comunidades, povos e nacionalidades usufruam efetivamente de seus direitos e

---

27 Direitos do Buen Vivir.



exercçam responsabilidades no âmbito da interculturalidade, do respeito a suas diversidades, e da convivência harmônica com a Natureza (art. 275)<sup>28</sup> (ACOSTA, 2010, p. 6).

O *Buen Vivir*, na realidade, não se apresenta como uma novidade da Constituição equatoriana, pois já fazia parte das lutas populares, em particular, das indígenas, muito antes da ascensão do Presidente Rafael Correa ao Poder. Como era de se esperar, as conquistas constitucionais não agradaram os constitucionalistas tradicionais, uma vez que estes viram sua autoridade ameaçada e por se assumirem como os únicos portadores da verdade constitucionalista, empenharam-se por combater a nova Constituição equatoriana – a Constituição de Montecristi (ACOSTA, 2010, p. 7).

De acordo com Acosta (2010), a inserção do *Buen Vivir* na Carta Constitucional equatoriana representou um compromisso histórico de não apenas modernizar o Estado, de também incorporar o indígena, formalmente, nos seus espaços burocráticos, favorecendo sua inclusão nas esferas da educação intercultural bilingue para seus compatriotas. Sobretudo, abrir o debate para repensar o Estado, sob o ponto de vista da plurinacionalidade e interculturalidade, no sentido de incluir os códigos culturais e nacionalidades dos povos indígenas, e também de outros povos, repensar a democracia e se libertar das tradições do eurocentrismo.

Na Bolívia, a nova Constituição faz referências ao *Buen Vivir* na seção que trata das bases fundamentais do Estado, em seu capítulo 8-I, no qual se abordam os princípios éticos e morais da sociedade, observando-se uma maior amplitude cultural, a partir de várias tradições indígenas: “O Estado assume e

---

28 En concreto, El “Buen Vivir requerirá que las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades gocen efectivamente de sus derechos, y ejerzan responsabilidades en el marco de la interculturalidad, del respeto a sus diversidades, y de la convivencia armónica con la Naturaleza”(art. 275) (ACOSTA, 2010, p.7).

promove como princípios ético-morais da sociedade plural: [...], suma qamaña (viver bem), [...]”<sup>29</sup>.

Segundo Gudynas e Acosta (2011), o *Buen Vivir*, nesse documento, aparece paralelamente vinculado dentro de uma mesma hierarquia, com outros princípios clássicos como unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, equidade social e de gênero na participação, bem-estar comum, responsabilidade, justiça social, e outros. Estes princípios estão associados diretamente à forma de organização econômica do Estado boliviano, cujo modelo econômico é considerado plural. Como está explicitado no artigo 306-I da sua Constituição: "o modelo econômico boliviano é plural e está orientado a melhorar a qualidade de vida e o viver bem de todas as bolivianas e bolivianos" <sup>30</sup>.

Para esses autores, o Estado se coloca sob o compromisso de promover a redistribuição dos excedentes econômicos de maneira justa, entre as diversas políticas sociais do país. E admite que, para alcançar o *Buen Vivir* em suas diferentes dimensões, é necessário que a organização econômica atenda a alguns propósitos, como por exemplo, "geração de produto social, redistribuição justa da riqueza, industrialização dos recursos naturais" e outros (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p.107).

Para Gudynas<sup>31</sup> e Acosta (2011), as duas constituições apresentam semelhanças e diferenças, porém, nas duas realidades, invariavelmente, o *Buen Vivir* está ligado diretamente aos saberes e tradições indígenas. Da mesma forma, nos dois casos, evidencia-se um caminho para outro tipo de desenvolvimento, com indicações de mudanças profundas nas suas economias. Para esses autores, criar uma dependência do

---

29 El Estado asume y promueve como principios etico-morales de La sociedad plural: [...] suma qamaña (vivir bien), [...]. (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO, 2009).

30 ... el modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el vivir bien de todas las bolivianas y los bolivianos. (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p.107).

31 Eduardo Gudynas é investigador uruguaio e secretário executivo do Centro Latino Americano de Ecologia Social (CLAES), sobre o aporte das diversas justiça ecológicas para a construção do Bem Viver, para o debate sobre o desenvolvimento e as atuais concepções e políticas dos governos progressistas latino-americanos. Adepto ao desenvolvimento sustentável.

Estado com o mercado conduz a uma subordinação da sociedade com as relações mercantis de consumo, e o *Buen Vivir* se distancia desse tipo de economia que é determinada por estas relações mercantilistas. O *Buen Vivir*, desta forma, sugere a existência de relações dinâmicas e construtivas entre a sociedade, o Estado e o mercado, com tipos diferentes de mercado, a fim de não se criar uma sociedade mercantilizada, nem tampouco um mercado monopolista.

Segundo esses autores, as diferenças nas duas propostas constitucionais são igualmente relevantes, uma vez que o *Buen Vivir* pode ser expresso de forma diversa. No caso da Bolívia, o *Suma Qamaña*<sup>32</sup> e outros conceitos associados a ele não aparecem na seção dos direitos, como no Equador. Eles são destacados dentro da seção que trata das Bases Fundamentais do Estado, como princípios ético-morais, os quais podem ser considerados uma das fundamentações para explicar uma sociedade que se define como plurinacional. No caso do Equador, o *Sumak Kawsay* se apresenta como um marco dentro do conjunto dos direitos da sociedade, como expressão de organização e execução desses direitos em nível nacional e, para Gudynas e Acosta, aparece como um contrapeso a um novo regime de desenvolvimento, no qual a Natureza se torna reconhecida como sujeito de direitos.

Fica claro que o *Buen Vivir* circula por essas Constituições sem objetivar uma complementação em seus textos, pois a sua inserção ultrapassa os limites da simples adição. Ele concilia o que já existe com seus aspectos inovadores, visando um ordenamento constitucional, com caráter holístico e atual. Essa ideia vem a corroborar com a visão de Léon T. (2008) sobre o *Buen Vivir*. O *Buen Vivir*, para essa autora

[...] sintetiza visões e práticas ancestrais, debates e propostas atuais, o acúmulo de pensamento crítico e lutas sociais das

---

32 O *Suma Qamaña* significa Viver Bem em Aymara, língua andina falada nas proximidades do Lago Titicaca, localizado entre o Peru, a Bolívia e o Chile. Essa língua é bastante difundida nessa região e falada por diversos grupos indígenas, entretanto, hoje muitos desses grupos têm adotado a língua Quechwa (NÚCLEO CLINAMEN, s/p, s/d).

últimas décadas; junta dinâmicas nacionais e internacionais de resposta ao 'modelo de desenvolvimento' e ao 'modelo de civilização' que conduziram a uma situação já reconhecida como insustentável (LEÓN T., 2008, p.1).

A cristalização do *Buen Vivir*, nas novas constituições desses dois países, adveio de uma maior visibilidade outorgada aos saberes indígenas, pelas próprias lutas populares desses povos. Recebeu o aporte de acadêmicos, assim como um maior respeito nos espaços políticos e novas vinculações com movimentos sociais foram estabelecidas (GUDYNAS; ACOSTA, 2011). Por um lado, essas posturas contribuíram para uma renovação da crítica ao desenvolvimento convencional e, por outro, abriu espaços de discussões para refletir sobre a possibilidade de novas alternativas de desenvolvimento não somente econômico, mas também social.

Dentro desse contexto, podemos destacar a visão de Gudynas (2011, p. 14) que se refere ao *Buen Vivir* como uma plataforma para “ver o mundo” de maneiras diferentes. Nessa perspectiva, as especificidades inerentes a cada cultura, sejam andinas ou ocidentais modernas, não podem ficar limitadas ou ajustadas ao cartesianismo europeu, mas devem ser reconhecidas pela sua interculturalidade, na busca de construir alternativas ao desenvolvimento, num sentido mais profundo, procurando quebrar as bases culturais e ideológicas do modelo de desenvolvimento hegemônico, alcançar novas metas e instituir outras práticas, focalizadas no bem-estar das pessoas e sua relação com o ambiente em que vivem.

Para Segato<sup>33</sup> (apud SANTANA, 2012), as ideias do *Buen Vivir* estimulam as pessoas a obedecerem aos seus próprios projetos regionais, locais e comunitários, ao contrário das formas globais de organização de vida, que elegem o consumo como principal promotor de bem-estar e crescimento de um país. Segato cita a Índia como um país em que 25% da população não tem o conhecimento sobre o que é Capitalismo<sup>34</sup> e, dessa

---

33 Rita Laura Segato é antropóloga argentina e professora da Universidade de Brasília (UNB).

34 Ou poderíamos pensar na possibilidade do país não perceber sua exploração por esse Sistema Econômico.

maneira, não focaliza sua forma de felicidade e satisfação no consumo globalmente organizado, que esquece metade da população mundial. Neste sentido, segundo essa autora, o *Buen Vivir* preserva outras formas de felicidade que não deriva da redução das relações a simples coisas, mas que resgata princípios éticos e morais que vão além da visão estática da racionalidade capitalista.

Na ótica de Houtart<sup>35</sup> (2012), a construção do *Buen Vivir* se alicerça sobre quatro fundamentos básicos. O autor define como primeiro fundamento para o *Buen Vivir* a relação entre os seres humanos e a natureza, levando-se em conta que só existe um planeta disponível e limitado. O segundo fundamento considera a maneira de produzir o necessário para viver a vida física, cultural e espiritual do ser humano. O terceiro se refere à necessidade de se organizar social e politicamente. E, por fim, o quarto, estabelece que a formulação da ética é importante para a coesão social.

Esses fundamentos permitem que o *Buen Vivir* seja pensado dentro de outros contextos, naturalmente considerando-se as idiossincrasias de cada realidade social em que for utilizado. Cabe aqui ressaltar que Gudynas e Acosta (2011, p. 80) definem o *Buen Vivir* como um conceito plural. Por essa razão, denomina-o "*Buenos Vivires*", motivo pelo qual é considerado um conceito em construção e que abre a possibilidade de ser empregado em outros cenários e realidades, adaptando-se a cada ir e vir das relações sociais humanas.

No Brasil, o *Buen Vivir*, conhecido como Bem Viver, enquanto conceito filosófico, foi divulgado no final dos anos de 1990, no seio da Filosofia da Libertação<sup>36</sup>, que preconiza a ideia de uma economia solidária, baseada numa ética que orienta a conduta humana, no sentido de ampliar as liberdades, tanto públicas, como privadas, para promover o bem Viver. Nessa perspectiva, o Bem Viver não se aproxima das ideias de consumismo, promovidas pelo Capitalismo alienante, que desvia os sentidos das necessidades pessoais do indivíduo para o

---

35 François Houtart é sociólogo marxista belga.

36 A Filosofia da Libertação de Enrique Dussel (suas primeiras reflexões surgiram entre as décadas de 1960-1970, e veio a ser consolidada em 1990) tece uma crítica à Modernidade, que procurou legitimar a Europa como o centro de referência cultural e ideológica para o mundo ocidental (MATOS, 2008).

estímulo da produção de bens de consumo e a busca pelo acúmulo de riquezas. Mas, ao contrário, implica em desenvolver um sentimento de felicidade e de alegria, vinculado a uma ética de compartilhamento e solidariedade, onde cada um vive bem na mesma medida em que todos, coletivamente, também vivem (MANCE, 2000). Esse pensamento vem a corroborar com a ideia Aristotélica de felicidade, no qual “a ética seria, portanto, a vida boa enquanto vida justa na esfera coletiva” (BOTO, 2001, p. 126).

Essa noção de economia solidária nasceu das discussões filosóficas de libertação dos chamados países emergentes latino-americanos, por volta do final do século XX e início do século XXI. Esse tipo de economia faz emergir uma reflexão sobre os valores éticos, morais, culturais de uma sociedade colonizada e dominada pelo pensamento eurocêntrico, que durante muito tempo dominou a América Latina “pelas armas e pela imposição dos elementos de sua cultura” (OLIVEIRA, s/d, p. 4).

Segundo Mance<sup>37</sup> (2000), o Bem Viver não nega o consumo, mas se opõe à ideia de se tornar escravo dele. O autor define o Bem Viver como

o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informacionais não apenas para satisfazer eticamente necessidades biológicas e culturais de cada um, mas para garantir, eticamente, a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não nega a liberdade pública. [...] garantidas todas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício das liberdades humanas, o bem viver é compartilhar felicidades e alegrias, com quem quisermos, no momento em que alcançarmos realizações que nos são caras, bem como poder compartilhar nossos

---

37 Euclides André Mance é filósofo, educador, militante brasileiro das causas populares, divulgador ativo da Filosofia da Libertação e colaborador da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

sofrimentos e tristezas nos momentos da dor e dos reveses (MANCE, 2000).

Nesse sentido, para se alcançar o Bem Viver, segundo esse autor, é necessário haver um equilíbrio no uso dos meios materiais, uma vez que eles são instrumentos necessários para o exercício da vida e não devem ser considerados como fins para alcançar o Bem Viver, mas simplesmente como meios para promover a sua realização. Visão bem conjugada com o pensamento de Aristóteles.

Mance (2000) considera que o consumo solidário deve ter um caráter ético e também político em contraposição às relações de produção da Sociedade Capitalista. O autor acredita que se esse tipo de consumo for expandido em redes, pode vir a desestruturar as relações capitalistas de produção e chegar a uma democratização da sociedade por intermédio de sua participação nas políticas sociais.

Acredito que a prática do consumo é necessária, não somente para manutenção da vida, mas também para preencher necessidades culturais, produzidas pela própria maneira de viver dos grupos sociais. Além disso, o consumo também pode promover sensações como a satisfação de desejos, preenchimento de ansiedades, e por fim, a possibilidade de alguns se sentirem especiais e inseridos na sociedade.

Mance (2000) destaca três práticas de consumo: o consumo alienante, o consumo compulsório e o consumo como meio para realização do Bem Viver. Ele define o consumo alienante como aquele que tem sido praticado por uma boa parcela da atual Sociedade Capitalista. Essas pessoas, influenciadas pelos modismos promovidos pelos meios midiáticos, passam a outorgar qualidades virtuais aos produtos e que acabam sendo determinantes para a sua aquisição e consumo. Dessa forma, as necessidades passam a ser moldadas de tal maneira, que o consumo de certas marcas é considerado como a melhor opção à realização da satisfação dos desejos e, conseqüentemente, para alcançar a felicidade.

Entendo que o consumo alienante também pode estar atrelado à noção de pertencimento a um determinado grupo. Ao possuir determinado bem que pertence à determinada marca, o indivíduo é visto pelo grupo como proeminente, importante, com poder aquisitivo alto e logo, detentor de certo poder. Desse

modo, relações de poder também são estabelecidas por esse tipo de consumo. O indivíduo que não possui dinheiro para comprar tal produto, não pode pertencer a determinado grupo, logo é escamoteado.

O consumo compulsório inclui a fatia da população composta pelos pobres e excluídos, os subempregados e desempregados, os moradores de rua, que pela necessidade, “buscam maximizar o poder de consumo dos poucos recursos que têm” (MANCE, 1998, s/p), ora comprando o essencial, observando o preço mais baixo, no sentido de se obter uma maior quantidade de produtos, em detrimento de sua boa qualidade. E, em casos mais graves, “reviram as latas de lixo nos centros urbanos em busca de restos de comida ou pedem algum lanche às pessoas que entram em bares e restaurantes, até que sejam dali expulsos. Nesta situação limite pouco se pode escolher” (MANCE, 1998, s/p). Este tipo de consumo seria uma questão de sobrevivência, o equivalente ao comer para viver.

Por fim, tem-se o consumo como meio de alcançar o Bem Viver. Nessa modalidade, para o autor, o que menos importa é a aparência e o imaginário, intermediado pelos veículos de comunicação, mas sim, outros valores como a preservação da saúde e do bem-estar, e a satisfação das necessidades de cada pessoa, de acordo com as peculiaridades de cada um. Desta forma, o que pode ser necessário para uns, pode não ser para outros. E o que mais importa, nessa busca pela satisfação, é poder compartilhar esses momentos de prazer e felicidade com pessoas de quem se gosta. Segundo Mance (MANCE, 1998, s/p) “as pessoas que consideram o consumo como mediação do bem viver não seguem as ondas consumistas, não se deixando levar pelas publicidades e seus engodos”, condição que se aproxima mais à realidade dos sujeitos desta pesquisa.

Dito tudo isso, percebo que o *Buen Vivir* ou o Bem Viver, independentemente da realidade social em que esteja o homem inserido, convida o indivíduo a um resgate de seus valores, de seus saberes e culturas, convida-o a adotar posturas imbuídas de uma dimensão ética nas relações diárias em prol da felicidade e do bem-estar social e estimula-o a criar maneiras para suprir suas necessidades e driblar as barreiras impostas pelos sistemas hegemônicos de controle sócio-econômico-espacial. Os moradores do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro não conhecem esse *Buen Vivir* ou Bem Viver como uma plataforma



política de transformação, mas entendem que para viver bem necessitam de condições essenciais, imprescindíveis para realização de suas construções cotidianas.

## 2.2 *Mergulhando na trama humana: uma leitura dialógica*

### 2.2.1 O cotidiano em ação

Aqui procurei introduzir na discussão as questões relativas ao cotidiano, à luz do pensamento de Michel De Certeau (2009). Busquei, com esse diálogo, trazer luz para compreensão dos modos de viver, no sentido de viver bem dos sujeitos desta tese.

Parti do pressuposto de que cada sociedade é responsável pela produção de seu próprio espaço onde acontecem as ações, impulsionadas pelo pensamento de quem o ocupa. Neste sentido, o espaço passa a se apresentar tanto como meio de produção, quanto como de controle, onde emergem sentimentos de dominação e, sobretudo, de poder. E é na vida cotidiana onde essas práticas acontecem.

Certeau (2009) aborda o cotidiano como um campo onde as práticas sociais são formalizadas, e que se encontram vulneráveis a influências externas. Certeau, de certo modo, acredita que as instituições econômicas interferem sobre as ações e as maneiras de pensar dos indivíduos, entretanto, assevera que elas não podem ser simplesmente resumidas às determinações hegemônicas dessas instituições. Sabe-se que o poder econômico centralizador, inexoravelmente, instaura a sua força persuasiva sobre o sujeito social consumidor, dentro da esfera do cotidiano, onde os consumidores tendem a reproduzir seus modelos de consumo.

Mas Certeau acredita que o indivíduo, mesmo recebendo essas influências externas, tem possibilidade de superar esse quadro. Este é um fato bem presente na realidade dos entrevistados. Essas pessoas têm suas vontades de consumir a TV de tela plana anunciada pelos meios midiáticos, a geladeira duplex que viu na loja, o sofá de três lugares, para compor sua

nova sala, o aquário com peixes ornamentais que complementa a decoração da sala, e muitos outros eletrodomésticos que observei nas casas dessas pessoas. Contudo, não se mostraram compulsivos, mas aparentemente conscientes das suas possibilidades prevalecerem sobre os atrativos que o mercado capitalista lhes oferece e lhes instiga a experimentar. Essas pessoas criam suas próprias formas de consumo.

Para Certeau, o consumidor também é autor e ator de seu cotidiano, pois ele o produz e o modifica, a partir do espaço que lhe é imposto, servindo-se desse cenário para transformá-lo. Ele nos chama a atenção para o fato de que as relações sociais do indivíduo são constituídas por práticas, construídas a partir das atividades exercidas na vida cotidiana, no âmbito profissional, social, político e cultural. O autor organiza essas práticas em um sistema que envolve algumas dimensões dentro do espaço de produção sociocultural: é o sistema do fazer, que inclui questões de estilo e estética, resistência e ética.

São as artes de fazer, que segundo Certeau "produzem sem capitalizar" (CERTEAU, 2009, p. 47), presentes na prática cotidiana, numa perspectiva oposta ao pensamento de Foucault, que vê no indivíduo a disciplina imposta pelo lugar e a impossibilidade desse indivíduo de agir sobre ele. Certeau considera como "táticas" o ler, o conversar, o habitar, o cozinhar, o circular, que são articuladas ao cotidiano, e por isso se proliferam e até modificam o referencial imposto pelos padrões tecnocratas, delineando uma "rede de antidisciplina" (CERTEAU, 2009, p.41). Na realidade, o que percebo aqui é que as práticas cotidianas do indivíduo, que busca se apropriar do lugar para imprimir sua marca, assumem uma postura de recusa em aceitar a ordem tal qual ela é imposta pelo poder dominante. E isso implica em modificá-lo, dando-lhe a personalidade de que necessita para dialogar e se relacionar com ele.

Como o espaço é um lugar de práticas, Certeau (1984, p. 117) indica que a sua caracterização, através de táticas espaciais, sugere sentido para quem o utiliza. Para o autor, a rua é um exemplo desse lugar, que apesar de ser geometricamente definida pelo planejamento urbano, é convertida em espaço pelos seus transeuntes, que leva em consideração as direções e intersecções de seus elementos móveis para suas práticas. É o "pedaço", segundo Chauí, citada por Souza (2013, p.217), onde acontecem as atividades coletivas. Na visão de Harvey (2002),

Certeau considera os espaços sociais um território aberto à criatividade e ação do homem, mesmo que exposto a algum sistema repressivo.

O homem, ainda assim, adquire a liberdade de intervir da forma que lhe for conveniente, e trabalhar o seu habitat no sentido de transformá-lo como o deseja, na busca da satisfação de suas necessidades e anseios (TUAN, 1980). Convém mencionar que essa satisfação não se limita apenas às características físicas desse habitat, mas também abrange as relações sociais presentes na amizade com os vizinhos, no respeito entre si, e na maneira como as pessoas vão se adequar as suas moradias, nas facilidades oferecidas, e no modo como enfrentam as inconveniências presentes no seu habitat, e que vão determinar se essas pessoas irão permanecer ou se mudar de suas moradias.

Para Tuan (1980), os estilos de vida dos menos favorecidos são bem diferentes em relação aos dos ricos. Enquanto os ricos procuram ocultar as diferenças locais, tentando apresentar um estilo sofisticado e mais privado, os pobres são influenciados por suas próprias tradições étnicas e condições socioeconômicas a que são submetidos. Os guetos americanos são um exemplo dessa condição de declínio, cujos habitantes não se retraem, mas se adéquam a uma vida de privações, onde é possível existir uma maior tolerância em relação à falta de privacidade do que nas classes mais aquinhoadas. Tuan ressalta algumas posturas aceitas pelas classes operárias e refutadas pelas classes mais abastadas. Ele afirma que “a classe operária tolera melhor o amontoamento”, o adensamento do espaço da casa, não vendo grandes problemas com a quantidade de pessoas em um único espaço. Não se preocupam tanto com a falta de privacidade, como a classe média. O autor cita que “muitos até apreciam esta mistura informal em espaços indiferenciados entre parentes e amigos íntimos” (TUAN, 1980, p. 255). O autor ainda salienta a ideia de que são as relações sociais, presentes no contato com os vizinhos, que irão determinar a aceitação ou rejeição de um lugar. Tuan cita o bairro, como exemplo de cenário para essas decisões. Ele diz que

a satisfação com o bairro depende mais da  
satisfação com os vizinhos – sua amizade e

respeitabilidade – do que das características físicas da área residencial. As reclamações sobre moradias inadequadas ou ruas inseguras comumente são reclamações sobre os hábitos e padrões dos vizinhos. As relações sociais parecem determinar a maneira como as pessoas responderão à adequação de suas moradias e facilidades, se elas permanecem ou se mudam e como enfrentam a superlotação e outras inconveniências (TUAN, 1980, p. 252).

Remetendo à obra de Gilberto Velho (1989), "A utopia urbana", encontra-se outra situação de entrelaçamento de contextos distintos, referindo-se às relações na verticalidade de um edifício de "dez andares com dezesseis apartamentos por andar, conjugados, e uma cobertura com seis apartamentos idênticos aos dos andares inferiores" (VELHO, 1989, p.29), onde moravam cerca de 450 moradores com as mais diversas visões de mundo. Velho retrata uma nova classe média urbana por meio das relações verificadas no edifício Estrela, em Copacabana, Rio de Janeiro, construído no período 1954-1958. Essa nova classe média se compunha de pessoas de menor poder aquisitivo, mas que se sentiam atraídas por lugares que pudessem proporcionar-lhes *status*, posição, e se sentirem parecidos com a classe alta, pelo fato desses lugares se mostrarem emergentes devido a seu crescimento, como foi o caso de Copacabana, e sem poder deixar de mencionar o fato de que, nessa época, em Copacabana, era chique morar em apartamento.

Velho se baseia na Classe Média americana como modelo para sua análise, os chamados "*White Collars*"<sup>38</sup>, de Charles Mills. Mills (1979, p. 11) entendeu que a nova Classe Média americana foi entrando de forma discreta na sociedade moderna. Segundo ele, essa classe é dividida e fragmentada, e também dependente de forças externas mais poderosas. Não apresenta um estilo de vida independente, como grupo, mas tem sua existência reconhecida enquanto atores dentro da massa urbana.

---

38 Os White Collars referidos por Mills (1979) como a nova classe média americana do século XX.

Rocha (2011) apresenta a Classe Média brasileira como um grupo diversificado de pessoas que estão alcançando uma posição melhor na vida. Considerada como uma categoria, essa nova classe média é definida em termos de renda, não levando em conta a educação, a ocupação e a cultura. Podem ser incluídos nesse rol: "a manicure com ensino fundamental incompleto, o técnico com ensino médio, o microempresário que fez graduação, o executivo pós-graduado, moradores de centros e periferias, de várias regiões do Brasil" (ROCHA, 2011, p.2), e que, segundo Souza e Lamounier, citados por Rocha, essa nova classe é composta por camadas ou estratos sobrepostos que podem ser identificados apenas em termos estatísticos. Rocha observa que

apesar da heterogeneidade, os jornais e revistas do país apresentam o mesmo perfil, daquilo que chamam um típico integrante da "nova classe média", trabalham o dia inteiro, são hiperconsumidores, possuem eletroeletrônicos e eletrodomésticos de última geração, pagam tudo em parcelas. E também: não possuem consciência de seus direitos, não possuem consciência ambiental, não possuem as habilidades e conhecimentos pertinentes para viver em um mundo globalizado (ROCHA, 2011, p.2).

É relevante apontar para a realidade dos moradores do Edifício Estrela que, atraídos pelo glamour do Bairro de Copacabana, acabaram sendo estigmatizados, na percepção dos moradores do entorno, pelas dificuldades de convivência entre eles próprios: O "balança-mais-não-cai", como assim se referiu a vizinhança a esse edifício (VELHO, 1989, p. 34). Entretanto, para Mills (1979), o elenco de atores, a que se referiu, deve ser levado em consideração por qualquer teoria social, uma vez que ele desempenha um papel de destaque nas rotinas da sociedade do século XX.

O cotidiano dos atores sociais copacabanenses desse edifício faz parte de um complexo conjunto de conflitos entre os vizinhos que envolve, igualmente, a falta de condições financeiras para pagamento do aluguel; o temor do despejo; a exiguidade de espaço, pela área minúscula dos apartamentos; e

as parcas condições habitacionais e urbanísticas do Edifício. Velho (1989) aponta para o fato de que existia certo estereótipo em relação ao Edifício, devido aos estilos de vida de seus moradores.

A realidade dos moradores do Casarão do Cordeiro não apresenta condição social semelhante a dos residentes do Edifício Estrela, no entanto, a presença de novos moradores começa a delinear um cenário diferente no Conjunto. Pessoas atraídas pela oferta de compra e venda e/ou aluguel de apartamentos, por preços bastante convidativos, têm aparecido na paisagem atual desse lugar. Se antes, o Conjunto contemplava apenas moradores provenientes de assentamentos irregulares, atualmente, outro público começa a invadir essa realidade, podendo-se inferir que está se iniciando um processo de mudança no elenco de moradores. Esses novos residentes têm seu emprego, seu carro, e o atrativo dos baixos preços de apartamentos postos à venda por pessoas beneficiárias do cadastramento realizado pela Prefeitura antes da remoção. Esses novos habitantes conseguem adquirir a posse desse espaço, mesmo que sem garantia de contrato de propriedade.

Naturalmente, com o passar do tempo, todos eles, sejam entre os novos, ou entre estes e os antigos, vão desenvolvendo relações de vizinhança e estabelecendo suas identidades nas construções diárias com o lugar e com o outro.

### 2.2.2 Identidade e lugar: uma relação necessária para viver bem

Antes de iniciar essa abordagem, busquei elucidar o conceito de identidade para melhor entendê-lo. A etimologia do termo identidade tem origem latina, constituído do adjetivo *idem*, significando o 'mesmo', em conjunção com o sufixo *-dade*, que indica 'um estado ou qualidade'. Esse termo qualifica o que é idêntico e, ao mesmo tempo, identifica a essência do ser, ou aquilo que permanece (PAIXÃO, 2010). Todavia, a sua aplicação alcança outras dimensões, além de suas raízes etimológicas.

As discussões sobre a identidade, nas arenas da Teoria Social, têm-se pautado na desestabilização da ideia de identidade no mundo moderno, pois até então prevalecia o

modelo unificado do indivíduo social. As mudanças ocorridas pelo processo de globalização e a complexidade das relações inseridas nesse cenário desencadearam uma desestruturação no seio das sociedades modernas, e, como consequência, uma fragmentação dessa ideia de sujeito unificado. Assim, a Modernidade trouxe com ela uma corrente de mudanças que, segundo Hall (1999, p.7), levou o indivíduo a uma "crise de identidade".

Hall observou que as mudanças que estavam acontecendo no término do século XX estavam promovendo uma desestabilização da estrutura social que era a base de referência dos indivíduos no mundo social. Em consequência dessas transformações, configurou-se um quadro de deslocamento da antiga centralidade social, para uma realidade fragmentada das culturas de classe, de gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, como assim categoriza Hall (1999, p. 9), e que não mais proporcionavam "sólidas localizações", ou referenciais fixos de identidade para os indivíduos. Segundo o autor, a Modernidade possibilitou a existência desse cenário social fragmentado e descentrado.

Para Hall (1999), existem diferentes concepções de sujeitos e suas correspondentes identidades, nos mais variados contextos históricos. O primeiro sujeito que ele classifica é o sujeito do Iluminismo, cuja identidade era una. O sujeito nascia e não mudava ao longo de sua existência. Era um indivíduo centrado, dentro de uma concepção de identidade estável, que defendia a ideia do sujeito como um ser individual e, normalmente, descrito como masculino, com capacidade de razão, consciência e ação.

O segundo é o sujeito Sociológico, o qual "refletia a crescente complexidade do mundo moderno" (HALL, 1999, p. 11). Caracterizado como um sujeito dependente da relação interativa com outras pessoas. Este sujeito se faz presente na medida em que a sociedade moderna evolui. Ao contrário do sujeito do Iluminismo, o sujeito Sociológico interage com grupos e culturas que lhe circundam. Ele está localizado em meio a dois mundos: o pessoal e o público.

O terceiro, e último, é o sujeito Pós-moderno, que postula uma identidade em constante movimento. Este sujeito emerge de uma descentralização, e do deslocamento e fragmentação das

identidades do sujeito cartesiano, provocado pelas mudanças no pensamento e nos discursos da Modernidade.

Segundo Hall (1999), existem identidades contraditórias em cada indivíduo. Elas o impulsionam em diferentes direções, que terminam por deslocar suas próprias identificações. Para o autor, considerar que existe uma identidade totalmente unificada e completa é utopia. Ele explica que

ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 1999, p. 13).

O indivíduo desenvolve seu processo de identificação a partir dos sentidos que as histórias fazem para ele, desta forma, inicia-se a construção de sua identidade. Hall (1999) também trata de identidades nacionais. Ele as considera como algo adquirido e não inato ao indivíduo. As identidades nacionais são constituídas na Nação, uma vez que esta representa a cultura nacional de seu povo e que influencia nos seus modos de pensar e agir. O autor chega a corroborar com as ideias de Anderson, que argumenta sobre as culturas nacionais. Vejamos a citação a seguir:

[...] as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre 'a nação', sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos serão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. A identidade nacional é uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1991, p.124).

Hall (1999) entende que os conceitos presentes na construção de uma cultura nacional, como uma comunidade imaginada, são relacionados à memória do passado, à vontade de viver em grupo e à conservação da herança adquirida. Isto



significa que uma cultura nacional busca identificar seus membros, independentemente de sua classe social, gênero e raça, dentro de uma identidade cultural, na intenção de representar todos eles como fazendo parte de uma grande família nacional, unificando diferenças em uma só identidade. A Modernidade tardia, termo usado por Giddens (2002) para a Pós-modernidade, veio romper em definitivo com a ideia iluminista de sujeito cartesiano, racional e centralizado.

Entretanto, Hall ressalta os impactos que a globalização tem trazido sobre a identidade cultural. Marx se refere à modernidade como algo efêmero, que revoluciona sem dar tempo de cristalizar, pois observa que as relações estáveis e fixas são diluídas, visto que "tudo que é sólido se desmancha no ar" (MARX e ENGELS, 1973, p.70, apud HALL, 1999, p.14). As sociedades modernas, portanto, são sociedades transitórias, mas que abrem espaço, segundo Giddens (1991), para reflexão de suas próprias práticas sociais que estão sendo sempre redefinidas pela diminuição da escala espaço-tempo, introduzidas pelos processos de globalização. Essas alterações atingem inclusive dimensões íntimas e pessoais da vida cotidiana das pessoas. Assim, para Hall (1999, p. 17), "as sociedades da modernidade tardia [...] são caracterizadas pela 'diferença'". Nesse período, fez-se surgir a figura de outra forma de individualismo que gerou um novo conceito de identidade do sujeito individual, que se caracteriza por estar isolado em meio à multidão da metrópole impessoal.

A concepção de sujeito da Modernidade tardia não é apenas entendida como um sinônimo de desagregação de sua identidade, mas também como um deslocamento provocado pelas rupturas que emergiram dos discursos teóricos modernos. Hall identifica essas mudanças a partir, primeiramente, do deslocamento que Marx estabeleceu em relação à "noção abstrata de homem", ao colocar as relações sociais do Capitalismo no centro de seu sistema teórico (produção, força de trabalho, capital).

Em segundo lugar, pela descoberta do inconsciente por Freud que, à luz da psicanálise, afirma que a identidade não é inata, mas é construída constantemente, uma vez que as identidades do sujeito moderno funcionam com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, numa lógica

diversa da razão descartiana do “penso, logo existo”. A figura do eu é, assim, formada numa relação com o outro.

Em terceiro lugar, o deslocamento pela linguística estrutural analisada por Ferdinand de Saussure, que afirma que as pessoas não são, de forma alguma, as autoras de suas assertivas ou dos significados que queiram expressar pela língua. Porque a língua preexiste ao sujeito. Ela faz parte de um sistema social não individual. O significado da língua emerge pelas semelhanças e diferenças que as palavras possuem entre si dentro de um código linguístico. As palavras são repletas de significações instáveis que fogem ao controle do sujeito que as pronuncia.

O quarto descentramento da identidade e do sujeito está relacionado com a ideia de poder disciplinar, pela regulação e vigilância sobre as ações do indivíduo, presentes nos estudos produzidos por Michel Foucault, onde ele chama a atenção para um novo tipo de poder emergente – o poder disciplinar -. Esse modelo disciplinar de organização das instituições sociais promove o isolamento cada vez maior do sujeito individual.

E, finalmente, o quinto deslocamento, vem com o impacto das ideias do feminismo, que se apresentam não apenas como crítica teórica à política capitalista ocidental, mas também questiona a noção da identidade masculina e da feminina serem consideradas semelhantes (HALL, 1999).

No pensamento de Laclau,

as sociedades da modernidade tardia [...] são caracterizadas pela 'diferença'; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes 'posições do sujeito' – isto é, identidades - para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta (LACLAU, 1990, apud HALL, 1999, p. 17).

Não restam dúvidas que o sujeito, ao longo dos anos, não permanece o mesmo, uma vez que está sempre recebendo as influências do meio onde vive e das pessoas que o compõem. A descentralização do sujeito do Iluminismo, protagonizado pela figura de um indivíduo detentor de uma identidade única, resultou no surgimento de um indivíduo em meio a várias identidades - o sujeito da Pós-modernidade. O lugar como ambiente desse convívio humano entra nesse contexto como elemento coadjuvante ao desenvolvimento dessas novas identidades.

É importante deixar claro que o conceito de lugar não pretende, aqui, ser associado simplesmente à ideia de região<sup>39</sup> ou espaço, mas incorporá-lo a uma discussão teórica mais ampla, na qual as relações sociais se encontram perpassadas nesse ambiente, passível de promover bem-estar àqueles que nele se inserem. Neste sentido, podemos pensar o lugar como um espaço geograficamente delimitado, mas, perpassado por experiências de outros lugares e, sobretudo, por valores humanos.

Do ponto de vista da Geografia Humana, o lugar é um depósito de relações que são vivenciadas e construídas dentro do espaço, e que dão significado a este. Para Tuan (1983, p.151), "o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado", pelas construções sociais ali realizadas. O fato de experimentar a sua essência faz gerar sentimento de atração ou repulsa em quem a esse lugar se submete.

Para Norberg-Schulz (2008, p.444), "o lugar faz parte da existência". Ele é a materialização do ambiente, que é abstrato. Enquanto ambiente concreto criado pelo homem, possui uma propriedade fundamental: a de concentrar e cercar ao mesmo tempo, podendo-se dizer que essa demarcação impõe limites que determinam a presença de duas categorias; o interior e o exterior. Neste sentido, habitar um lugar e vivenciá-lo, além de trazer a percepção mais detalhada dessa divisão interior-exterior, permite descobrir sua natureza, sua própria "identidade, ou espírito". Heidegger, citado por Schulz (2008, p. 448), assevera que "as casas particulares, as aldeias, as cidades são construções que reúnem dentro delas esse entre multiforme". Dentro desse ambiente-lugar, conformado por divisões, a mobília

---

39 Conceito presente nas obras de La Blache (FERREIRA, 2000, p. 65).

agrega as suas funções a esse contorno formal, trazendo-lhe significado, caráter e vida.

Schulz acredita existir um "espírito do lugar", o *genius loci*, que segundo a tradição romana antiga, o ser possuía vida pela presença do *genius* (espírito guardião). Esse espírito estava presente também nos lugares, e que acrescentava, tanto ao ser como ao lugar, um "caráter ou essência" (NORBERG-SCHULZ, 2008, p.454). Schulz ressalta que, no passado, para sobreviver, era necessário manter uma relação tranquila, tanto no aspecto físico como psíquico, com o lugar. Durrell, citado por Schulz (2008, p.455), esclareceu que à medida que se conhece um lugar, ficando em contato com suas qualidades como, por exemplo, sua bebida, sua comida, enfim, suas peculiaridades, percebe-se que o que determina, qualquer que seja sua cultura, é o "espírito do lugar".

Schulz acrescenta a essa visão a noção do "habitar" o lugar. Ele relaciona a ideia de habitar com as relações estabelecidas entre o homem e o lugar. É interessante observar que o homem se orienta e consegue saber onde está quando ele se identifica com o ambiente a que se expõe. Mas é, então, a partir do habitar que o homem "está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental". Segundo Lynch, mencionado por Schulz (2008, p.455), essa exposição permite ao indivíduo perceber o ambiente através da inter-relação dos elementos que compõem esse ambiente, proporcionando uma sensação de "segurança emocional" ao indivíduo. Lynch ainda destaca que esses elementos possuem "caráter" e "significado", e ao formar a estrutura concreta do espaço, auxiliam a construção de imagens que trazem entendimento ambiental, geram proteção e orientação ao indivíduo, de forma que este não se sinta perdido.

De acordo com Schulz (2008, p.459), para "estar-no-mundo do homem" é necessário possuir identificação e orientação em relação ao lugar. Na realidade, é preciso existir uma relação de amizade com ele, para se estabelecer um sentimento de pertencimento e desenvolver uma identidade com o lugar. Portanto, habitar é a concretização desse pertencimento, que é "base de apoio existencial em um sentido cotidiano concreto" (NORBERG-SCHULZ, 2008, p.459).

Schulz faz menção às diversas traduções da palavra habitar, para procurar entender seu verdadeiro significado.

Em inglês, a palavra *dwell* [habitar] deriva do norueguês antigo *dvelja*, que significa residir ou permanecer. De modo análogo, Heidegger relacionou o alemão *wohnen* [morar, residir] a *bleiben* [permanecer] e *sich aufhalten* [deter-se, ficar]. O filósofo assinala que o gótico *wunian* significava "estar satisfeito", "estar em paz". A palavra em alemão para "paz", *Friede*, significa ser livre, isto é, protegido do perigo e das ameaças. [...]. Heidegger usa essas relações linguísticas para mostrar que *habitar significa estar em paz num lugar protegido* (NORBERG-SCHULZ, 2008, p.458).

A arquitetura, por sua vez, como arte de criar espaços, possibilita trazer visibilidade ao ambiente através de suas construções concretas, tendo por função "compreender a "vocação" do lugar" (NORBERG-SCHULZ, 2008, p.459), e dessa forma "concretizar o *genius loci*".

Tuan (1983, p.20) atribui ao lugar uma "personalidade geométrica", que é estabelecida pelos objetos e lugares que definem este espaço. O autor, quando se refere aos lugares de um triângulo, considera o lugar um objeto com forma definida. Os ângulos são um tipo de lugar que definem o tipo de figura geométrica.

Esses objetos, assim como os lugares, podem ser considerados "núcleos de valor" (TUAN, 1983, p. 20), pois se apresentam materializados nas ruas, nos bairros, e que são identificados como nuances desses locais. As contribuições dos sistemas geométricos ocidentais permitiram ao homem criar seus espaços mentais, suas imagens, e transformá-los em espaços arquitetônicos e esculturais, e, em maior escala, alcançar o planejamento urbano. Tuan comenta sobre a importância da identificação desses lugares, pois auxilia no entendimento da forma do lugar. E faz uma analogia entre o novo morador e seu bairro. Ele compreende que:

para o novo morador, o bairro é a princípio uma confusão de imagens: "lá fora" é um espaço embaçado. Aprender a conhecer o

bairro exige a identificação de locais significantes, como esquinas e referenciais arquitetônicos, dentro do espaço do bairro (TUAN, 1983, p. 20).

Santos (2012) aborda a questão do espaço habitado sob duas vertentes, sendo a primeira, a biológica. Neste caso, reconhece-se que o homem é capaz de se adaptar às mais adversas situações a que possa ser exposto, como sobreviver a condições naturais extremas. E a segunda vê o homem como um ser que não mais vive isolado, contudo, ele vive em sociedade, como ser social. As mudanças demográficas ocorridas no mundo são o resultado da dinamicidade do fenômeno humano, que se revela através da "transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado" (SANTOS, 2012, p. 42).

Da mesma forma, o autor considera que a industrialização é responsável pelo gradativo "aumento do bem-estar" mundial, mesmo que distribuído de maneira desigual. E acrescenta que o espaço habitado recebe as influências da estabilidade do crescimento demográfico, pela baixa mortalidade apresentada nos países "novos" e "subdesenvolvidos" (SANTOS, 2012, p. 42). A população mundial foi gradualmente crescendo e a sua evolução acontece de maneira desequilibrada dentro das diversas regiões do planeta. O excesso de nascimentos, as migrações, que fazem oscilar as curvas demográficas de cada país, e a ocupação das terras pelo homem vão trazendo mudanças e culminam em uma nova conformação espacial. Especialmente, depois dos anos de 1950, os conceitos de espaço habitado como terra habitada foram tomando um novo rumo.

No Brasil, a população veio crescendo de forma galopante, e em 1985, ela chegou a 135 milhões. A heterogeneidade da distribuição populacional entre e dentro dos continentes e a evolução das populações, aliada à grande diversidade dos povos, compõem as características principais do espaço habitado sobre a superfície da terra. A urbanização, no caso do Brasil, foi a grande responsável pelas dinâmicas de movimentação das populações entre regiões, especialmente, envolvendo o Nordeste e o Sudeste (SANTOS, 2012).

O espaço globalizado cria uma ideia de unicidade no sentido de garantir sua produção e as regiões se tornam centros

mundializados, desprovidos de homogeneidade pelas suas singularidades e especificidades. "Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos" (SANTOS, 2012, p.53), com suas próprias formas de produção e dinâmicas de organização. Mas Santos interpreta que é preciso conhecer as particularidades desses lugares para entender que, mesmo num processo de globalização, as diferenças e particularidades não deixam de existir. Ele assevera que

[...] se para a compreensão de uma fração qualquer do planeta a totalidade do processo que a molda há de estar presente, assim também, para a compreensão da realidade global, é indispensável o entendimento do que é a vida nas diferentes regiões; de seus funcionamentos específicos, de suas especializações, de suas relações, enfim, de seu arranjo particular, sempre em movimento. Um mesmo elemento [...] terá impactos diferentes em áreas distintas de um país ou do planeta. Para isso concorrerão a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização [...] e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste. É esse conjunto de coisas que fará com que um mesmo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares (SANTOS, 2012 pp. 53-54).

As ruas, os edifícios, as indústrias, a eletrificação, enfim, um conjunto de objetos existe para conformar o lugar na figura da cidade. Apesar de os lugares preservarem suas características, as situações que se fazem presentes no lugar são passíveis de mudanças e um mesmo lugar pode apresentar funções diferentes na história. Diariamente, aparece uma infinidade de novas funções que se impõem sobre as antigas, possibilitando a criação de outros significados, uma vez que o indivíduo está sempre atribuindo significados a tudo que faz.

É importante mencionar que o ressurgimento das cidades, no período de transição do Feudalismo para o

Capitalismo, "como lugar de trabalho livre" (SANTOS, 2012 pp. 53-54), trouxe-lhe novas significações, tornando-se não mais o lugar das atividades agrícolas, mas do comércio e das trocas. Com o Capitalismo, a população das cidades cresceu, e elas próprias adquiriram outras "lógicas que trabalham em diferentes escalas" (SANTOS, 1994, p.18).

Essa escala se expande na contemporaneidade, ao contrário das cidades enclausuradas entre muralhas, como era a realidade nos tempos antigos. Vale salientar, que a cidade antiga, circundada pela fortaleza e estrategicamente vigiada contra os ataques dos povos inimigos, contrasta seu espaço limitado com o contínuo crescimento do espaço urbano da metrópole contemporânea. O território da cidade, desta forma, ultrapassa seus muros que impediam qualquer proximidade com o mundo exterior e permite que, agora, seus limites sejam alargados, de forma que não se esteja mais "diante da cidade, mas quase sempre dentro dela" (ROLNIK, 2012, p.12). Rolnik percebe que

periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização. No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo (ROLNIK, 2012, p.12).

A cidade, então, assume a posição de centro de produção, e seu espaço é dominado pelo mercado que estimula a prática do consumo no cotidiano urbano, uma configuração característica do Capitalismo. Esse tipo de estrutura, que se desenvolve em torno do mercado, redefine a cidade, atraindo para seu interior, uma grande quantidade de população. A organização da cidade não se apresenta mais como antigamente, onde a terra era "comunalmente ocupada" (ROLNIK, 2012, p. 43), mas ela se torna um lugar marcado pela divisão social, em que ricos e pobres coexistem. A cidade, segundo Rolnik, passa a ser demarcada por

fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores. [...] É o movimento de separação das classes



sociais e funções no espaço urbano os estudiosos da cidade chamam segregação espacial (ROLNIK, 2012, p. 45).

É muito comum nas cidades de hoje identificar espaços diferenciados que materializam essa segregação. Os bairros da elite, onde a presença de mansões e condomínios fechados faz parte de um cenário característico de uma classe social abastada, contrasta com o bairro popular das periferias, com visíveis desigualdades de forma e função urbanas. A autora também explica que

existem, por exemplo, setores da cidade onde o lixo é recolhido duas ou mais vezes por dia; outros, uma vez por semana; outros, ainda, onde o lixo, ao invés de recolhido, é despejado. As imensas periferias sem água, luz ou esgoto são evidências claras desta política discriminatória por parte do Poder Público, um dos fortes elementos produtores da segregação (ROLNIK, 2012, p. 47).

A Cidade Capitalista é geradora de segregação urbana e, com isso, cria possibilidades de criação de territórios precários, pela presença de relações heterogêneas com a massa populacional que nela reside, e que não consegue se enquadrar nos padrões socioeconômicos das classes dominantes. Rolnik analisa a Cidade Capitalista apontando alguns traços característicos de seu desenvolvimento: "a privatização da terra e da moradia, a segregação espacial, a intervenção reguladora do Estado, a luta pelo espaço" (ROLNIK, 2012, p. 78). Nesse sentido, torna-se difícil pensar a Cidade de hoje sem um desses aspectos. Em consequência desse quadro tão diversificado de ações, a presença da favela nas cidades nasce como resposta a um cenário marcado por relações não igualitárias.

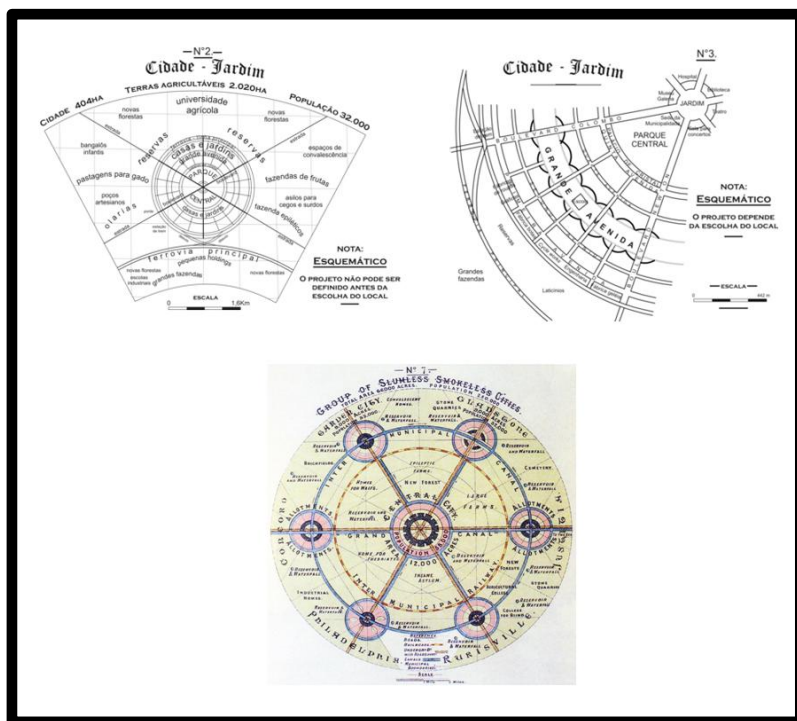
O advento da indústria, iniciado no século XVIII, na Inglaterra, foi gerador de muitas mudanças urbanas que se espalharam pelo mundo e que continuam até os dias atuais. Seu efeito desterritorializante trouxe alterações no "caráter e natureza da aglomeração urbana" (ROLNIK, 2012, p. 80), provocando rupturas no espaço e nos modos de vida das populações que são por ele alcançadas. A construção de grandes obras, como

abertura de estradas, fragiliza os modos de vida da população alcançada por esses empreendimentos, estremece a estrutura econômica dessas pessoas, trazendo-lhes um sentimento de insegurança e possibilitando o fortalecimento de correntes migratórias para os centros industriais.

Observa-se que, com a globalização, o processo de aproximação das fronteiras de tempo-espaço intensifica a atração pelas oportunidades de mão-de-obra que a Cidade grande oferece, e pela melhoria de condições econômicas, pensamento que é movido pelo consumo capitalista, onde as populações se movimentam e se acumulam nos lugares que melhor respondam às suas inquietações. Contudo, a Cidade Capitalista, ao mesmo tempo em que desperta nas populações uma voracidade por alcançar os atrativos econômicos que ela oferece, atuando como um "ímã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens", como imagina Rolnik (ROLNIK, 2012, p. 13), ela acaba por gerar um adensamento espacial que possibilita o aparecimento de territórios precários, frente ao aumento dos índices populacionais.

O desenho das cidades, então, vai sendo transformado a partir das particularidades que vão surgindo nas formas de habitar o espaço urbano. Vale ressaltar o exemplo da ideia das Cidades-Jardim (Figura 9), de Ebenezer Howard (1850-1928), em 1898, que tem como princípios a descentralização urbana como alternativa de solução aos problemas sócio econômicos gerados na vida das cidades.

Figura 9 - Esquemas da Cidade-Jardim de Ebenezer Howard.



Fonte: SABOYA, 2008,s/p.

A ideia de Howard buscava um resgate da vida urbana com a natureza (ZAPATEL, 2013, p.53) e ao mesmo tempo, responder aos problemas de adensamento da Cidade Moderna em expansão, pelos fluxos migratórios. Apesar do enfraquecimento desse conceito, na década de 1970, algumas tentativas de implementação foram realizadas, como é o caso do Condomínio Village Homes, em Davis, na Califórnia, que tinha como objetivo criar um modelo de empreendimento que integrasse a vizinhança por intermédio de espaços comunitários, interligados por sistemas viários, que atendessem ao fluxo de bicicletas e pedestres, com áreas de convivência comunitária, espaços de lazer, e de contato com a natureza, através da criação de pomares, além da inclusão de um centro comercial,

cujas administração seria gerida pela comunidade. O desenho urbano desse condomínio foi inspirado nas ideias da Cidade-Jardim de Howard, e enfrentou grandes dificuldades de financiamento. Apesar de ter se tornado um modelo para a época de 1973, nem todas as comunidades urbanas conseguiram conquistar esse ideal (ANDRADE, 2003, s/p).

Contudo, independente das formas que a cidade apresentou ao longo do tempo, desde a *pólis* grega à cidade contemporânea, ela adquiriu uma dimensão subjetiva: ela é o lugar de "morada do indivíduo e, portanto, seu lugar no mundo" (SANTOS, 1998, p. 14). Segundo a autora, esse lugar só existe pela ação do homem, que o transforma, que lhe dá sentido, e que o vê como sua "grande casa" (SANTOS, 1998, 58).

Tuan (1983, p. 184) se refere à casa como um "edifício", um lugar que oferece segurança, onde seus espaços são hierarquicamente organizados de acordo com as necessidades sociais de seus habitantes. A arquitetura cria esse espaço de relações, formalizando um mundo onde todos devem se preocupar com todos, na medida em que cumpre sua função principal que é a de proporcionar abrigo. É nesse lugar físico onde se constroem os sonhos e depositam lembranças de uma história. A casa, como espaço construído, é o lugar do aconchego, o lar, onde as rotinas são constituídas e praticadas em família.

Bachelard (2008, p.24) define a casa como o "nosso canto do mundo". É esse "espaço vital" que o autor considera "o nosso primeiro universo". Para Bachelard, a imagem da casa transmite uma poética espacial que permite evocar sensibilidades que vão além dos limites de seu abrigo. Ela proporciona "verdadeiros bem-estares" (BACHELARD, 2008, p. 25) no momento presente, concebidos nos sonhos do passado. Vejamos a citação a seguir:

Assim, a casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da Infância Imóvel,

imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade (BACHELARD, 2008, p.25).

A casa, como se pode perceber nas linhas anteriores, contém seus significados dentro do espaço delimitado pelas suas paredes e teto. Por isso, a sua concepção envolve não apenas seu aspecto físico e construtivo, mas também, outras funções subjetivas como a de moradia, habitação e lar. Essas funções referem-se fundamentalmente à necessidade da presença de um abrigo e, nele, ter-se-á a possibilidade da realização da ação humana, materializada nas atividades cotidianas de seus habitantes. As relações sociais que acontecem em seu interior são movidas pelo seu caráter cultural, pois são alcançadas pelas interferências externas da cidade na qual está inserida, no sentido da reprodução dos modelos desenvolvidos pela sociedade urbana.

Os espaços privados do século XVIII eram definidos pelas relações de produção, que tinham na família seus principais atores. Assim, a casa tinha a dupla função de ser o espaço doméstico e familiar de moradia, além de constituir o local de "produção e de venda" (PRIORI, 1997, p.261). Entretanto, as necessidades emergentes do Mundo Capitalista trouxeram mudanças na arquitetura das casas. Elas deixaram de ser os locais de produção e venda, como destacou Priori, e se transformaram, basicamente, em locais de moradia, onde as relações familiares foram igualmente modificadas. Desta forma, pelas exigências do mercado e a impessoalidade do espaço construído, gerada pela lucratividade, demandada pelas relações econômicas do espaço urbano, "a arquitetura das cidades e as unidades de moradia" (SCHWEIZER; JUNIOR, 1997, p.58) foram reformuladas e relativamente reduzidas, pelos objetivos econômicos que priorizaram espaços mínimos e padronizados, para uma população centrada nesse mercado, e não mais ativa dentro do espaço da casa, passando ela a se configurar como mero ocupante desse lugar.

No início deste trabalho, mencionei que os moradores do Conjunto usam os espaços do jardim para comércio. Eles improvisam vendas e quitandas nas suas próprias casas, caracterizando, nessa realidade, que a casa ainda se configura

como espaço de habitação e lar, de produção e de venda de mercadoria.

Para Schweizer e Junior (1997, p.58), "à medida que o mercado avança, o espaço diminui". Esses autores chamam a atenção para o exemplo da construção de conjuntos habitacionais. A impessoalidade nesses conjuntos existe na sua padronização arquitetônica e minimização do espaço interior, porque, independentemente da cultura, renda e tamanho das famílias que irão habitar suas unidades, a área planejada continua sendo a mesma. Nesses espaços neutros, ocorrem modificações por parte daqueles que visam promover uma identificação com o lugar, dando-lhe um ar de personalidade. O indivíduo que o habita modifica a sua estrutura, pinta as paredes de sua casa, derruba e constrói paredes, em suma, ele atribui sua personalidade ao lugar, passando de um estágio da impessoalidade massificada para a pessoalidade, que só o morador imprime no seu espaço de morada. Ele deixa de ser apenas sujeito-espectador, e se transforma em sujeito-autor de seu lugar. Nesse sentido, esses conjuntos passam a ficar caracterizados e personalizados, quando habitados.

Na visão de Bonduki (2004, p.8), o Capitalismo transformou a habitação em uma mercadoria que pode ser comprada, vendida ou alugada, como meio de aplicação e captação monetária. Para o autor,

a produção privada de moradias para gente de todas as classes sociais é uma das mais importantes áreas de aplicação de capital. [...] no caso, o que interessa é o morador de renda baixa e incerta, que obviamente não tem fortuna para adquirir um fiador para alugar uma habitação "regular". Se o mercado de trabalho relega parte da população à pobreza, o mercado imobiliário nega aos pobres a possibilidade de habitar no mesmo espaço em que moram os que podem pagar. Surge uma demanda economicamente inviável, mas socialmente inegável. Desta contradição se origina a "habitação social" (BONDUKI, 2004, p. 8).

Bonduki vê a habitação social no Brasil associada à presença do Estado como interventor das políticas habitacionais, no sentido de produzir e financiar a habitação para populações de baixa renda, além da regulamentação fundiária e geração de infraestrutura urbana em áreas ainda desprovidas de condições de habitabilidade, como saneamento, rede viária e outros equipamentos, que fazem parte desse conjunto urbano de necessidades humanas.

Nesse sentido, as soluções habitacionais foram surgindo em função das grandes demandas populacionais, decorrentes do modelo de desenvolvimento que acompanhou o processo de urbanização brasileira, o qual começou na transição do Império para a República, a partir da segunda metade do século XIX, momento em que estava se processando a mudança do modo de produção escravagista para o trabalho livre, deflagrado pelo ciclo da industrialização. A hegemonização desse novo modelo não rompeu com a estrutura agrária do latifúndio e concentração de renda, mas contribuiu para o surgimento do fenômeno do Êxodo Rural, componente presente no processo de urbanização no Brasil (BOTEGA, 2008).

Botega observa que, de acordo com os dados do IBGE, a população brasileira urbana, no período de 1940 a 1991, de 31,3% subiu para 74,8%, tendo, em sua maioria, a presença das classes populares, que para a lógica do capital, não geram demandas de investimento imobiliário, o que torna o espaço urbano cada vez mais estratificado.

Entendo que quanto menos investimento imobiliário na habitação social, mais estratificação dentro do universo urbano e menor possibilidade para as camadas menos aquinhoadas de se sentirem inseridas na sociedade da qual fazem parte. A falta desse suporte físico e psicológico, que advém da moradia, juntamente com a insegurança de pertencimento ao próprio território, tudo isso pode vir a contribuir para a permanência dessas pessoas nessa condição de incerteza que a falta de habitação acarreta. Essa é uma situação a qual se encontra atrelada a outros aspectos que envolvem o viver do homem em um lugar, como a falta de referência física permanente e de equilíbrio emocional, no que tange ao sentimento de incerteza. Fato que se evidenciou nos depoimentos de pessoas que

viveram os dissabores dessa incerteza quando moravam nas palafitas.

### 2.2.3 Memória: entre o peso do passado e as demandas do presente

O peso do passado se revela nas falas dos moradores do Conjunto. As referências à época de Brasília Teimosa ainda são muito fortes no presente dessas pessoas marcadas pela situação de risco a que estavam submetidas. A memória parece se estabelecer nessas pessoas como um elemento de existência de um passado que me ajuda, de certa forma, a compreender sua situação presente. Le Goff (1992) remete à memória uma função de proteção do passado, no sentido de preservar os acontecimentos vividos e trazê-los à luz no presente.

No pensamento filosófico tradicional, a memória permanece intacta no tempo, contudo tem seu resgate na lembrança ou, semelhantemente, na recordação. Segundo Rossi (2010), no pensamento aristotélico, a recordação trabalha para recuperar o que foi vivido. É "a reminiscência, ou anamnese ou reevocação" (ROSSI, 2010, p. 15) ou, simplesmente, recordação. Assim, para algo ser lembrado ou recuperado é preciso existir memória. Contudo, a memória, ao contrário da reminiscência, que é atribuída apenas ao ser humano, está presente também nos animais, conforme afirmou Tomás de Aquino em sua obra *Summa Theologica I*. Rossi explica que, segundo Tomás de Aquino,

o homem não possui, como os outros animais, apenas a memória, que consiste na lembrança imprevista do passado, mas também a reminiscência, que é quase fazer silogismos buscando a lembrança do passado (ROSSI, 2010, p.16).

A tradição platônica trata a memória dentro de uma visão mística, como algo que não está ligado aos sentidos, mas ao conhecimento que foi sendo acumulado por inúmeras encarnações. Essa lógica sugere que na origem do



acontecimento ocorrem perdas, quando a alma volta ao corpo, esquecida de tudo. Por outro lado, a concepção gnóstico-hermética considera o mundo, como a terra do esquecimento, e o saber se apresenta sob a forma de um caminho para recuperar o que foi perdido, sendo a memória concebida como "um dom dos deuses" (ROSSI, 2010 p.17), tornando-se sagrada, e entendida conforme um caminho para transcender a um mundo inalcançável.

Tanto para Platão como para Aristóteles, a memória não se apresentava na dimensão da matéria, mas da alma. Os gregos da antiguidade divinizaram a memória e a tomaram como deusa – Mnemosine –, que revela aos homens os segredos do passado através de suas musas - Eloquência, Poesia Lírica, História, Música, Tragédia, Música Cerimonial, Dança, Comédia, Astronomia e Astrologia -, transportando-os aos mistérios do desconhecido. Mais tarde, com a invenção da escrita e a dessacralização da memória, foi possível à Grécia criar novas perspectivas. A memória passa a constituir uma das partes da retórica (LE GOFF, 1992). Na Idade Média, a memória foi cristianizada pela influência dominante da Igreja, e religiões, como o Judaísmo e o Cristianismo, foram consideradas "religiões da recordação" (LE GOFF, 1992, p. 443). O crescimento das cidades gerou a necessidade da criação dos "arquivos urbanos" (GOFF, 1992, p.450) que cumprem o papel de memória das sociedades, dando à coletividade um sentido de identidade. No mundo ocidental, Gênova foi pioneira na constituição de arquivos a partir de 1127, e ainda conserva registros desde meados do século XII (LE GOFF, 1992, p 450).

A memória continuou presente no campo literário medieval, através da oralidade e da escrita, e os processos de memorização, presentes nos cantos dos trovadores e do público envolvido, constroem uma memória coletiva dessa época. Mas é em 1235, início do século XIII, que é escrito o Segundo Tratado de Retórica (*Ars dictaminis*) por Boncompagno da Signa, a *Rhetorica novíssima*, que explica a memória como "um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas" (LE GOFF, 1992, p. 455).

Boncompagno faz inovações importantes na Ciência da memória, integrando aspectos da moral cristã Medieval como a virtude e os vícios, as representações mnemônicas do Paraíso e das regiões infernais do Purgatório. Ainda neste século, o dominicano Alberto Magno atribui grande importância às técnicas mnemônicas na aprendizagem da memória. Ele faz relações da memória com os temperamentos, e vê na melancolia intelectual a sensibilidade para possuir uma boa memória. De acordo com Le Goff (1992), os teóricos da memória do século XIV até o XVI receberam grandes influências das regras mnemônicas formuladas a partir da doutrina clássica dos “lugares e das imagens” (GOFF, 1992, p. 455). Para Le Goff,

é necessário encontrar "simulacros adequados das coisas que se deseja recordar"[...] porque as intenções simples e espirituais facilmente se evolvem da alma, a menos que estejam, por assim dizer, ligadas a qualquer símbolo corpóreo, [...]. A memória está ligada ao corpo. É necessário, em seguida, dispor "numa ordem calculada as coisas que se deseja recordar de modo que, de um ponto recordado, se torne fácil a passagem ao ponto que lhe sucede". A memória é razão. É necessário "meditar com frequência no que se deseja recordar" (GOFF, 1992, p. 455).

Entretanto, a imprensa trouxe uma revolução nas questões da memória ocidental. Apesar de o processo ter sido lento, principalmente na China, que se limitou à inscrição de caracteres gravados em relevo sobre madeira - a memória escrita -, através dos processos mecânicos ocidentais, no século XIX, houve a facilidade do acesso dos leitores à memória coletiva e à manifestação paulatina da memória individual (GOFF, 1992, p.457). Vários foram os progressos alcançados na primeira metade deste século, especialmente na área da Pedagogia. As *aide-mémoires*, ou "anotações de vida" (NÓBREGA, 2010), entraram no universo do cotidiano, principalmente das classes mais cultas, como as memórias das coisas escutadas, feitas, vividas.

A memória coletiva esteve bastante presente em dois momentos importantes, ainda no século XIX e início do século XX: o primeiro foi na construção do monumento aos mortos do primeiro pós-Guerra Mundial e o segundo foi manifestado através da fotografia, que traz benefícios incalculáveis à memória, possibilitando guardá-la da evolução do tempo. Bourdieu, citado por Le Goff (1992), identifica ser o álbum de família um verdadeiro lugar de viagem ao passado. Vejamos a citação a seguir:

O álbum de família exprime a verdade da recordação [...]. As imagens do passado dispostas em ordem cronológica, "ordem das estações" da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente (BOURDIEU, 1995, apud LE GOFF, 1992, p. 466).

De acordo com Le Goff (1992), as Ciências Sociais trouxeram uma contribuição muito grande para a existência de uma memória coletiva, a qual passou a exercer um papel importante na interdisciplinaridade, que tende a se apresentar dentro delas. Ele cita as contribuições de Maurice Halbwachs na Sociologia, com suas publicações sobre as memórias coletivas. Todavia, chama a atenção para o fato de que Halbwachs vê a memória individual inserida na memória coletiva, como um fragmento. Vejamos o pensamento de Halbwachs, apontado por Calabre (2008):

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACKS, 1990, apud CALABRE, 2008, p.6-7).

A memória individual emite luz às experiências singulares e plurais, fato que não acontece no entendimento da memória coletiva, que interpreta, em sentido único e integrado, uma sucessão de fatos (CRUZEIRO, 2009). Bergson (1999), por outro lado, entende a memória individual como a representação de uma imagem, da qual fazemos parte. Por possuímos um corpo sensório-motor, temos a capacidade de modificar as imagens, aproximando-as ou afastando-as no tempo. Quando o corpo é afetado, de algum modo, sua percepção é modificada, dentro da memória.

Bergson ressalta dois aspectos que se fazem presentes na memória: uma Memória-hábito, peculiar ao corpo, e uma Memória-recordação, que é ligada ao espírito, ligada ao inconsciente. Essas memórias só dizem respeito à pessoa, ao interior do próprio indivíduo. Segundo ele, a Memória-hábito é uma memória de natureza material, que tem a ver com o corpo, que reproduz o que aprendeu através dos gestos. O corpo se caracteriza então como um “objeto destinado a mover objetos, é, portanto, um centro de ação [...]” (BERGSON, 1999, p. 14).

A Memória-recordação surge no momento em que a necessidade a requisita. Ela representa não apenas um passado, mas, sobretudo, permite lembrar um estado anterior de acontecimentos com um toque de emoção e afetividade. Para Bergson

não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada. Na maioria das vezes, estas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais não retemos então mais que algumas indicações, simples “signos” destinados a nos trazerem à memória antigas imagens (BERGSON, 1999, p. 30).

É interessante observar que Bergson acredita que essa percepção e recordação sofrem um processo de simbiose, pois elas, segundo ele, encontram-se intimamente ligadas. Contudo, chama a atenção para o fato de que é a memória quem imprime a subjetividade a elas, porque mantém, sem limites

determinados, os elementos presentes na história do indivíduo. Acho pertinente o pensamento de Rossi (ROSSI, 2010, p.97) quando afirma que "a memória [...] "coloniza" o passado e o reordena tendo por base as concepções e as emoções do presente". É, importante complementar, que a ideia de Seixas (2004) a qual diz que "a memória introduz o passado no presente sem modificá-lo, mas necessariamente *atualizando-o*" (SEIXAS, 2004, p. 50), também tipifica uma imagem de passeio pelo passado no tempo presente.

Vale ressaltar que nessa viagem ao passado, os registros da História, que ficaram arquivados, são ativados pela exposição a situações que contêm os mesmos elementos presentes nesses arquivos, que foram criados, e que mantêm latentes os eventos de origem, ou da história com a qual se relaciona. Nora (1981) se refere a essa experiência como "lugar de memória" (NORA, 1981, p.21). Na visão desse autor, o lugar de memória só existe "se a imaginação o investe de uma aura simbólica".

[...] o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (NORA, 1981, p.27).

A memória passa a se configurar, então, como um local invisível, mas manifesto, que problematiza o passado, trazendo a possibilidade de lembrá-lo, e de obter através dessa manifestação pelas ações de quem a detém, uma maior compreensão do presente.

### 3 DAS FAVELAS AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

#### 3.1 *A presença da favela no espaço urbano brasileiro do século XX*

Na intenção de construir representações de bem viver existentes no cotidiano de uma parcela da população que viveu as mazelas de residir em condições adversas de moradia, recebendo o estigma<sup>40</sup> de morador de "favela", mas que hoje vive a realidade de conjuntos habitacionais, procurei conhecer os caminhos que levam à existência dessa forma de habitar, que se tornou tão presente nas grandes cidades de muitos países do mundo e, em particular, do Brasil. Entretanto, não senti necessidade de muitas elucubrações para perceber que esses caminhos, normalmente, têm ligação com questões urbanas de ordem física, econômica, política, sanitária e social. Vou discutir essas características, tomando, basicamente, como eixo teórico para essa discussão, as ideias de seis autores: Kehl, Harvey, Davis, Valladares, Zaluar e Alvito, por presenciar uma abordagem do tema favela dentro de um contexto histórico, de forma exaustiva, e elucidando a trajetória de existência desse tipo de organização habitacional.

Euclides da Cunha, na obra "Os Sertões", em 1901, ao descrever o arraial dos Canudos e suas casas<sup>41</sup>, desperta a atenção para o fato de que sua descrição detalhada desse tipo de aglomerado humano traz uma possível analogia com os assentamentos subnormais, urbanos, da atualidade. Igualmente, parte da malha urbana da *pólis* grega e os espaços públicos de Roma eram conformados por um intrincado sistema viário de becos e vielas entre edificações, que variavam desde habitações

---

40 Souza (2013) menciona Chauí (1989), que define a visão das classes mais aquinhoadas em relação aos moradores de favelas como um "estigma (...) forjador de uma imagem (...) tida como viciosa (...) e perigosa" (Chauí, 1989, apud SOUZA, 2013, p.202).

41 [...] Não se distinguem as ruas. [...] becos estreitíssimos, mal separando o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, [...]. [...] as casas [...] um vestibulo exíguo, um atrium servindo ao mesmo tempo de cozinha [...]. Traíam a fase transitória entre a caverna primitiva e a casa. (trecho extraído do livro Os Sertões de Euclides da Cunha, citado por KEHL, 2010, p.9).

ricas a humildes, e que se misturavam, também, com pequenos comércios, buscando se amoldar aos padrões do terreno entre colinas e margens de rios. Essa configuração irregular predominou no desenho urbano até o surgimento de um novo conceito de organização: a ideia de uma trama composta por rua, quadra e lote, no período pós-Revolução Industrial, que abrangeu os séculos XVIII e XIX (KEHL, 2010).

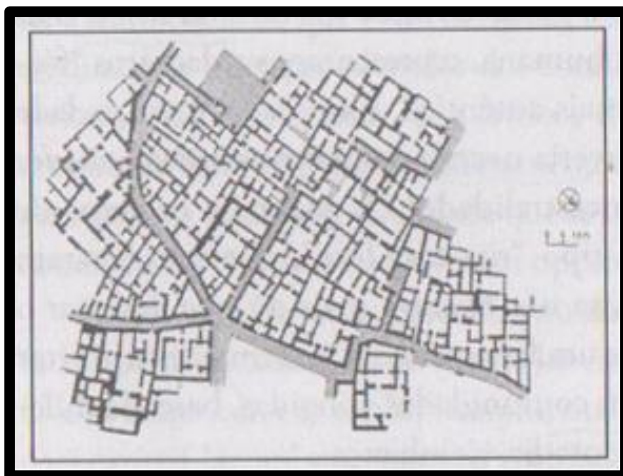
O cartesianismo da Cidade Moderna trouxe novas relações na apropriação dos novos espaços, agora caracterizados pela racionalização do uso do solo urbano e do planejamento dos mecanismos de infraestrutura e equipamentos urbanos, transportes e serviços, que procuraram otimizar o uso dos novos espaços, maximizando a oferta. Assim, a concretização desse novo modelo urbano, com maior grau de complexidade, aparece agregada às transformações socioeconômicas que vieram à tona com a ascensão do Capitalismo, ao final do século XIX e início do século XX. É perceptível que o espaço da cidade adquiriu uma nova dinâmica, a partir do momento em que as relações sociais foram perpassadas por relações de consumo e o pensamento humano, por outros valores ligados à riqueza e ao poder. Para Santos (2004) essa dinâmica provoca um distanciamento humano que vem a corroborar com a produção de uma série de consequências sociais, materializadas pela exclusão, segregação, miséria, favelização, e pouca ou nenhuma qualidade de vida.

É nessa lógica urbana reducionista que Kehl identifica a presença de situações não estruturadas e de não conformidade com uma ideia de eficiência urbanística, preconizada pela classe de privilegiados, que não busca agregar ao seu espaço as características históricas do lugar, mas, sobretudo, trazer à tona a realização de seus sonhos de consumo, na medida em que se apropria do solo urbano. É nesse momento de restrição do uso legal desse espaço, por aqueles que não têm tanta visibilidade dentro desse universo social, que as favelas aparecem ocupando áreas livres da Cidade e, aparentemente, sem uso.

Enquanto a Cidade é retratada como uma grande novidade na história da civilização, a favela, em seu sentido organizacional urbano, não é tão nova quanto se poderia pensar. Seu traçado irregular e as dimensões mínimas das habitações

podem ser comparados com a conformação urbana de uma cidade da Antiguidade, como é o caso da Cidade de Ur, na Babilônia, cuja existência é datada do ano de 3.700 a.C.. Kehl compara sua implantação irregular com o desenho das linhas interrompidas da Favela Nossa Senhora Aparecida, localizada na Zona Leste da Cidade de São Paulo, Brasil (FIGURAS 10 e 11). Ele chama a atenção para os modelos de relações interpessoais que acontecem nesses espaços e que se aproximam dos arquétipos construídos nos idos da História, em que as relações internas eram estabelecidas pelos laços de parentesco, de amizade e confiança, não escritos em códigos de conduta, e onde não existia o conceito de propriedade da terra.

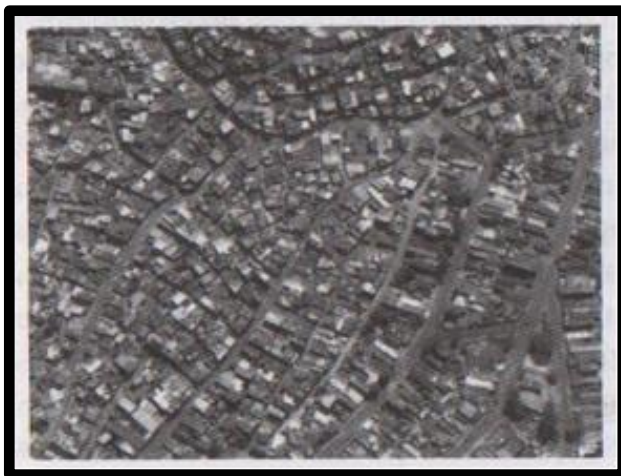
Figura 10 - Ur, Babilônia, 3700 a. C.



Fonte: KEHL, 2010, p. 17.



Figura 11 - Favela Nossa Senhora Aparecida, Brasil, 2008.



Fonte: KEHL, 2010, p. 17.

Todavia, a existência da favela no tecido urbano é considerada uma anomalia<sup>42</sup> aos olhos da cidade formal, da Modernidade, que cresce desordenadamente como manchas, que fazem adoecer a cidade aos olhos de seu administrador, como afirma Kehl, e que precisam ser corrigidas e guiadas para dentro dos padrões da legalidade urbana, no sentido de ocuparem seu "lugar na cadeia produtiva representada fisicamente pela cidade formal" (KEHL, 2010, p.12) e, assim, tornarem parte integrante dessa malha.

O crescimento populacional no mundo, ao longo dos anos, especialmente nas grandes cidades, é representativo. Essa crescente urbanização manifesta-se sedutora pelas luzes da cidade que, desde então, atraem populações empobrecidas do campo, na esperança de alcançarem melhores condições de vida, e que, aos olhos de Davis (2006), contribuíram para que a população urbana, pela primeira vez, a partir de 2008, ultrapassasse a rural, como mostra o gráfico da figura 12.

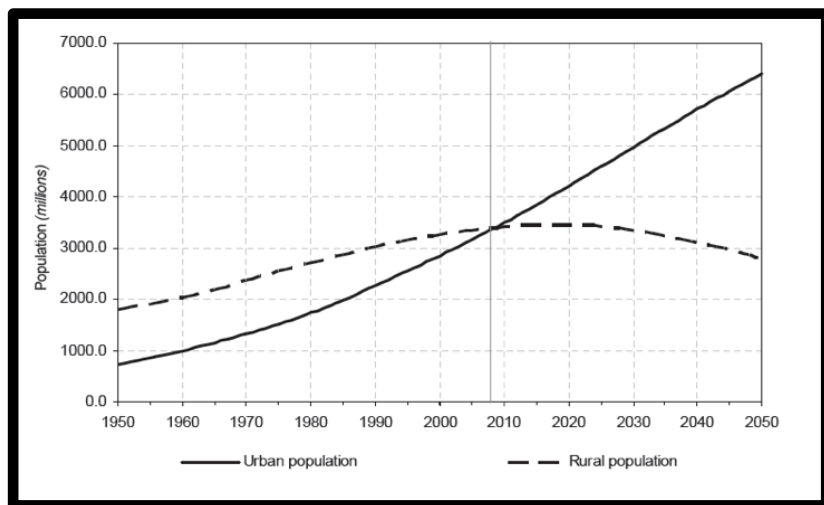
---

<sup>42</sup> É o que também pensam Evers e Korff, referenciados por Davis (2006, p.73), quando afirmam que o planejador urbano trata a favela como um "mero câncer na cidade".

Para Harvey (2000), levando-se em consideração que a proporção da população global cresceu consideravelmente, a cidade, de uma forma geral, deu lugar à criação de concentrações espaciais em massa, instaladas de maneira desordenada no tecido urbano, formando núcleos de pobreza.

O autor observa que em Baltimore, considerada por ele sua Cidade natal, os fluxos migratórios, que se deslocam para a Cidade, provocaram uma espécie de revolução à organização espacial, devido à urbanização acelerada. Harvey acredita que as desigualdades econômicas e sociais, que surgiram com as novas configurações da Cidade, deram a ela um ar geograficamente assimétrico (HARVEY, 2006).

Figura 12 - Populações rurais e urbanas do mundo, 1950-2050.



Fonte: WORLD URBANIZATION PROSPECTS. The 2007 Revision – Highlights. United Nations, New York. 2008. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007WUP\\_Highlights\\_web.pdf](http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007WUP_Highlights_web.pdf)>. Acesso em: 08 nov 2014.

Harvey observa que, nas suas análises em relação a Baltimore, o movimento da riqueza na Cidade contribuiu para a segregação social pela formação de guetos de burgueses e comunidades, fechadas ao acesso dos menos favorecidos, excluindo explicitamente os pobres e aumentando a

marginalização de classes e raça. Esse autor assevera que os efeitos desse quadro recaíram numa divisão e fragmentação do espaço que levaram a "uma perda da sociabilidade em meio à diversidade e uma postura defensiva localizada com relação ao resto da cidade" (HARVEY, 2006, p. 202). Portanto, como observa Engels, citado por Harvey, não apenas a Burguesia, mas também o solidarismo do Poder Público Municipal promovendo remoções das populações de baixa renda estimularam o deslocamento dessas pessoas e seus problemas para os subúrbios, longe dos interesses das classes dominantes. Sendo assim, as palavras de Gilbert e Ward fazem sentido para Davis (2006, p. 59), quando eles afirmam que "embora o Capitalismo irrestrito tenha uma face, em geral inaceitável, o Estado corrupto que age em favor dos ricos é ainda pior".

Não é surpreendente observar que as elites pós-coloniais do Terceiro Mundo igualmente herdaram as lógicas antigas de dominação e controle racial e de uso da terra e procuraram reproduzir essas práticas conservadoras de segregação, objetivando defender suas ganâncias e garantir seus privilégios de classe e uso do espaço, negando aos pobres seu espaço na sociedade, em nome do progresso e embelezamento urbanos. Mas o que afinal significa o termo "favela" aos olhos da sociedade dominante?

Questiona-se que sua presença na cidade é forjada pela própria sociedade que a repele, a partir de posturas de segregação social e econômica. Entretanto, entendo que o termo favela, na contemporaneidade, pode significar mais que uma simples representação urbana estigmatizada pela degradação, tanto em termos de estrutura física, como social, visto que abriga uma dimensão simbólica de luta pelo direito à terra. Esse pensamento se faz muito claro nas histórias de diversas idas e vindas dos moradores de Brasília Teimosa que, por inúmeras vezes reconstruíram suas moradias, visando permanecerem em um território que concebiam ser deles, por falta de opção no espaço da cidade.

Segundo Davis, citado por Kehl (2010), a primeira definição de favela foi publicada no *Vocabulary of the Flash Language*<sup>43</sup>, dicionário escrito por James Hardy Vaux, em 1812, e que aparece como sinônimo de *racket*, ou seja, "estelionato ou

---

43 Vocabulário da Linguagem Vulgar.

comércio criminoso", mas que, com o tempo e uso, seu significado passou a ser denominado de "lugar onde acontecia o ato criminoso" (KEHL, 2010, p.20).

O cenário urbano, mais especificamente nos primeiros anos do processo da Revolução Industrial, quando as cidades começaram a ter um modelo de habitação e urbanização particularmente proletária, passou a adquirir uma característica diferente. Os bairros operários de Londres eram um exemplo do desordenamento urbano, onde os trabalhadores se apertavam em casas de aluguel, fazendo parte de um emaranhado de construções por entre ruas e becos, totalmente desprovidos de infraestrutura, combinada com condições de insalubridade e vulnerabilidade social. Como bem descreveu o cientista social inglês Charles Booth, citado por Kehl (2010), em relação aos *slums*: "uma amálgama de habitações, excesso de população, doença, pobreza e vício" (KEHL, 2010, p.21). Essa descrição vem a corroborar com o pensamento dos liberais do século XIX, que viam os *slums* como um resíduo de degradação moral. Pensamento que não se distanciava da visão do reverendo americano Edwin Chapin (1818-1880), que chamou os moradores dos *slums* de "selvagens sob as lâmpadas de gás" (KEHL, 2010, p. 21).

Na busca de uma definição para a palavra *slum*, ou favela, Davis menciona uma pesquisa sobre a vida nos cortiços Norte-americanos, feita pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, que definiu favela como sendo "uma área de becos e ruelas sujas, principalmente quando habitada por uma população miserável e criminosa" (DAVIS, 2006, p.33), em contraponto com o relatório das Nações Unidas<sup>44</sup> que a considera um lugar caracterizado pela população excessiva, residente em habitações informais, sem acesso adequado à infraestrutura e à posse de moradia.

Na análise de Davis, enquanto a primeira traz uma conotação moral bastante forte, a segunda se limita a elementos físicos, mais fáceis de serem mensurados. Pode-se concluir que, enquanto o Departamento de Estado deseja o fim da favela, a

---

44 A definição de favela reconhecida pela ONU, em Nairóbi, em outubro de 2002, abrange as periferias pobres e cortiços de zonas degradantes do centro da cidade (DAVIS, 2006, p.33).

ONU a identifica sem definir estereótipos ou ferir os sentimentos dos habitantes.

Davis conclui que, seja como for denominada: *slums*, *Barrios*, *shanty towns*, *villas-miseria*, *musseques*, ou simplesmente, favelas (DAVIS, 2006, p. 23), essa configuração está presente em toda parte, crescendo a partir do século XIX, com o Colonialismo europeu e, em seguida, o Norte-americano, e mais radicalmente, em meados do século XX, com a intensa concentração de renda unilateral, em detrimento das populações pobres, expostas ao abandono e discriminação de classes.

Segundo dados da Pesquisa Mundial Econômica e Social de 2013<sup>45</sup>, chegará a 3 (três) bilhões o número de pessoas vivendo em favelas até 2050, caso o quadro de urbanização acelerada permaneça crescente, e a marginalidade econômica e social continuem a existir. Em 2003, o Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas – United Nations Human Settlements Programme - UN-HABITAT<sup>46</sup> - já estimava uma média de 1 (hum) bilhão de pessoas no mundo morando em favelas, com os maiores percentuais encontrados na Ásia, África e América Latina. Na África, países como a Etiópia e o Tchade, apresentaram uma realidade de favelados que atingiu os 99,4% de sua população urbana, seguidos pelo Afeganistão, (98,5%), e Nepal, (92%), ambos localizados na Ásia. Entre outras cidades do mundo, São Paulo, no Brasil, apresentou uma média de 6 a 8 milhões de invasores de terrenos e moradores de favelas. São Paulo já apresentava uma população que habitava os cortiços<sup>47</sup> do centro da Cidade, até enfrentar a explosão das favelas na sua periferia, na década de 1980.

Na visão de Vaz (2002), apesar do sentido de precariedade que tanto o cortiço quanto a favela denotam, o cortiço não pode ser confundido com favela, por aquele apresentar características distintas em relação a sua forma e

---

45 Realizada pelas Nações Unidas no Brasil - ONUBR. Disponível em: <[www.onu.org.br/ONU-3-bilhoes-de-pessoas-viverao-em-favelas-em-2050-se-mundo-nao-enfrentar-rapida-urbanizacao/](http://www.onu.org.br/ONU-3-bilhoes-de-pessoas-viverao-em-favelas-em-2050-se-mundo-nao-enfrentar-rapida-urbanizacao/)>. Acesso em: 25 nov 2013.

46 Dado obtido em artigo publicado pelo UN-HABITAT, em Citymayors environment 14. Disponível em: <[www.citymayors.com/report/slums.html](http://www.citymayors.com/report/slums.html)>. Acesso em: 25 nov 2013.

47 Casarões antigos que, no passado, foram ocupados pela burguesia urbana (KEHL, 2010, p.26).

função. Normalmente, os prédios antigos eram habitados pela classe pobre, pagando aluguel a um proprietário que explorava esses espaços, subdivididos, em seu interior por paredes de madeira, ficando conhecidos, mais tarde, como Habitação Coletiva Precária de Aluguel (HCPA), pelo fato de serem utilizados como moradia coletiva multifamiliar e apresentarem total adensamento de espaço, com acesso comum a instalações sanitárias, como banheiro e cozinha.

Segundo Kehl (2010), existem dúvidas, no Brasil, se a favela é uma construção original, como no Rio de Janeiro no final do século XIX, ou se é uma descendente direta dos cortiços. Entretanto, Vaz (2002) pensa ser a favela o resultado indireto dos embates do Poder Público contra os cortiços, que promovendo suas demolições, terminaram por instigar o aparecimento de aglomerações urbanas. Esta autora salienta que a maior demolição ocorrida nessa época foi o cortiço denominado Cabeça-de-Porco.

Monteiro (2004) explica que esse cortiço foi interditado pelo então Prefeito do Rio de Janeiro, Barata Ribeiro, em meio a uma ação higienista. Nessa época, havia cerca de 600 cortiços. Entretanto, com a ação das demolições, as famílias que habitavam esses locais não tiveram outra escolha, senão subir as encostas dos morros em busca de moradia. Para Vaz (2002), as ocupações nos morros do Rio de Janeiro não se configuravam ainda como favelas, mas sim, embriões, porque ainda não apresentavam a ideia de adensamento, desordem e falta de serviços e infraestrutura urbana.

Em meio a interesses políticos e aos conflitos decorrentes das movimentações das classes hegemônicas, na intenção de transformar essa Cidade segundo os moldes europeus, a derrubada dos cortiços e o aumento das populações nos morros e áreas vazias da Cidade, levou as favelas a tornarem-se "uma marca da capital federal" (ZALUAR E ALVITO, 1998, p.7). Nesse sentido, a imagem proveniente da pobreza e o desinteresse do Poder Público estigmatizaram a favela como "o lugar da carência, da falta" e colocaram o morador no papel de "bode expiatório dos problemas da cidade".

A favela, portanto, tem sua imagem formada pela ideia de "patologia social" e "poluição", destinada a permanecer por um bom período de tempo no cenário carioca do século XX (ZALUAR E ALVITO, 1998, p.7). Contudo, essa percepção de

lugar-problema e de rejeição a sua presença na realidade urbana, originou-se no momento em que a favela começa a fazer parte da vida da Cidade.

No Rio de Janeiro, os morros da Cidade, já no início do século XX, eram considerados, por alguns setores da sociedade e pela polícia, lugares de perigo e esconderijo de criminosos. O então Prefeito da Cidade, o engenheiro Pereira Passos, apesar das promessas voltadas para abolir os casebres das favelas, segundo as leis municipais, não veio a concretizar suas intenções, assim, o crescimento das favelas continuava a existir e se expandir pelos morros.

Entre 1902 e 1906, as inúmeras reformas registravam o momento de mudança do meio de produção mercantil para a inserção do Capitalismo, transferindo-se ao setor privado, em favor do capital, as responsabilidades de organização da Cidade. O setor privado passa a ter autonomia para seguir os novos caminhos, agora ditados pelo mercado. O solo adquire valor nas regiões centrais da Cidade, o que provoca o deslocamento das populações de baixa renda para suas periferias, especialmente, as áreas não ocupadas da malha urbana, como os já citados morros e beira de córregos.

Como observa Kehl (2010, p. 39), "as favelas foram inicialmente definidas como não mais do que antros de banditismo, para somente mais tarde serem acusadas de foco de insalubridades". Segundo Kehl (2010), o próprio engenheiro Backheuser escreveu um parecer técnico-sanitário a respeito da situação dessas habitações, que ele chamou de "velhas choças ruinosas", "radicalmente insalubres", e essa "má habitação" designada como "moléstia do Rio". O jornal<sup>48</sup> o Correio da Manhã, do dia 5 de julho de 1909, divulgou a seguinte descrição sobre a favela:

A Favela (...) é a aldeia do mal. Enfim, e por isso, por lhe parecer que essa gente não tem deveres nem direitos, em face da lei, a polícia não cogita de vigilância sobre ela (...) – por ser o esconderijo da gente disposta a

---

48 Segundo Abreu (1994, p. 35) a imprensa da época apresentava suas visões tendenciosas sobre a favela como uma negação ao progresso, uma vez que os órgãos de comunicação exaltavam a ordem burguesa recém-instalada na Cidade.

matar, por qualquer motivo, ou, até mesmo, sem motivo algum -, não tem o menor respeito ao Código Penal nem à Polícia. [...] o Morro da Favela é íngreme e escarpado; as suas encostas em ribanceiras marchetam-se, porém, de pequenos casebres sem higiene, sem luz, sem nada. [...] divisões internas mal acabadas, como que paradas a meio, com o propósito único de subdividir o solo para auferir proventos maiores. [...] pálida ideia do que sejam estas furnas onde, [...], se alia uma falta de água, quase absoluta, mesmo para beber e cozinhar (MATOS, 2004, apud KEHL, 2010, p. 39).

Nessa época, entre 1902 e 1909, inúmeras operações higienistas de mata-mosquito, do Dr. Oswaldo Cruz, médico sanitarista durante o governo de Passos, foram realizadas no sentido de “limpar” a Cidade. O Morro da Providência<sup>49</sup> estava sempre sujeito à observação das autoridades, e, ao mesmo tempo, motivava algumas iniciativas sanitárias, como foi o caso da Campanha de Saneamento de 1907, dirigida por Oswaldo Cruz.

Até então, o termo favela ainda era utilizado de forma acanhada, reduzido à representação de aglomerações de barracos que iam surgindo nos morros, onde a imagem de terra sem lei estava sendo construída, como no caso do Morro da Favela<sup>50</sup>, no início do século XX. Contudo, foi a partir do ano de 1920<sup>51</sup> que esse termo passa a ser considerado de forma mais

---

49 Considerado a primeira favela do Rio de Janeiro, e que posteriormente, no final do século XIX, passou a ser chamado de Morro da Favela. Seus primeiros moradores eram ex-combatentes da Guerra dos Canudos, fixando-se ao local aproximadamente no ano de 1897 (FAVELA TEM MEMÓRIA, s/p, s/d) Disponível em: <[www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=40&sid=3](http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=40&sid=3)>. Acesso em: 26 nov 2013.

50 Vale salientar que a palavra Favela, etimologicamente carrega alguns significados que ultrapassam o sentido pejorativo que lhe foi atribuído. Favela designa uma espécie de arbusto e árvore da Caatinga nordestina, encontrada nas proximidades do vilarejo de Canudos, no interior da Bahia, onde se encontra um morro chamado Favela (AGUIAR, 2013).

51 Abreu (1994, p.40) ressalta que já existiam indicações de que o nome favela havia sido generalizado, como revela publicação encontrada no Jornal do Comércio de 12-3-1926: "Estas



genérica, e não somente se referindo ao Morro da Favela, mas designando "todas as aglomerações de habitações toscas que surgiam na Cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público" (ABREU, 1994, p. 40).

Nessa época, o Estado não considerava outra opção, senão tomar as devidas providências com relação ao problema da favela na Capital Federal, implicando em medidas não só policiais ou de caráter sanitário, mas também ligadas à questão de infraestrutura. O projeto legislativo proposto pelo intendente Leite Ribeiro, em 1914, propunha a instalação de fontes de água potável, em lugares estratégicos, para fornecimento às populações do morro de Santo Antônio. Esta foi a primeira atuação do Estado em prestação de serviço a uma comunidade, reconhecendo o direito dessa população ao acesso a pelo menos esse item de infraestrutura (KEHL, 2010).

O projeto da fonte de água satisfazia além de tudo, os interesses e reputação de quem não morava nesse local, devido às cenas do sobe e desce de mulheres com latas d'água na cabeça, proveniente do chafariz, próximo aos locais considerados da elite carioca, como a Avenida Central e o maior hotel da Cidade (GONÇALVES, 2006). A partir dessa iniciativa, outras ações foram implantadas. O Centenário da Independência foi outra ocasião em que uma nova ação foi estabelecida. O intendente Artur Menezes apresentou seu projeto de lei que propunha modificações no Morro da Favela, não apenas referentes às condições estéticas, mas em relação "à higiene, à segurança, à ordem e à moral" (GONÇALVES, 2006, p. 12), no sentido de livrar a Capital Federal da vergonha da precariedade e desorganização que se instalava, particularmente, nos morros da Cidade, com a presença da favela e sua expansão na década de 1920.

Gonçalves (2006) observa que o termo favela começa a aparecer no plural em alguns textos da época, como é o caso do abaixo-assinado feito pelas elites, reivindicando reformas das condutas para preservação das árvores da Cidade, uma vez que,

---

povoações que por aí já foram batizadas de favelas constituem, além de grave ameaça à salubridade pública,[...] um elemento extremamente antiestético que mais se realça na moldura das belezas naturais desta capital".

pelo corte, espaços vazios vão sendo formados nos morros, dando espaço para o aparecimento de mais favelas. O autor explica bem esse fato na citação seguinte:

Os abaixo assinados moradores em Santa Thereza vêm perante o Ilmo. Conselho representar sobre a necessidade de reforma das posturas no que dizem respeito ao corte das árvores nos terrenos particulares e na via pública (...) ficando da nossa famosa grandeza florestal o esqueleto desnudado das montanhas que reverberam o sol das seis horas da manhã às seis da tarde. O pouco que ainda resta vai-se embora com a instalação contínua das favelas (GONÇALVES, 2006, p. 9).

A expansão das favelas nos morros da Cidade já fazia parte da paisagem urbana e tornou-se um problema não só sanitário, mas também moral, estético, jurídico e de segurança pública (GONÇALVES, 2006, p. 14). O Decreto 2.087, de janeiro de 1925, dividiu o Rio de Janeiro em quatro zonas principais: central, urbana, suburbana e rural. Em seu artigo 203, as favelas já eram consideradas como partes integrantes da Cidade, o que me leva a entender que existiu uma preocupação da época com a localização de futuras favelas.

Art. 203: A construção de casas só será permitida na quarta zona e nos morros situados fora da primeira zona (o centro da cidade), não o sendo, entretanto, nos morros de Santa Tereza, da Glória, da Viúva, do Pasmado e de Santa Maria (KEHL, 2010, p. 43).

Mattos Pimenta, figura atuante no meio empresarial do Rio de Janeiro no final dos anos de 1920 (VALLADARES, 2005, p. 41), afirmou que não havia sentido em remover as favelas de onde estavam assentadas, sem que houvesse a oferta de habitações às populações menos favorecidas, pois não passaria de uma forma de acelerar ainda mais a movimentação dessas populações para outros locais, promovendo o que ele apelidou

de "dança das favelas". Ele, por iniciativa própria, apresentou uma proposta de construção de casas populares, denominada "Programa de Casas Populares", junto ao Banco do Brasil. Esse Programa tinha por objetivo construir prédios de seis andares, com 120 apartamentos por bloco, cuja aquisição seria através de um aluguel mensal. Esse empresário tinha a intenção de substituir as favelas por conjuntos de prédios, onde os moradores poderiam usufruir de um local sólido e adequado, entretanto, seus planos não foram adiante (KEHL, 2010, p. 44).

No mesmo período, um plano urbanístico foi elaborado pelo arquiteto-urbanista francês Alfred Agache, que não via na existência da favela apenas o sentido da miséria, considerada como "um mal contagioso" (VALLADARES, 2005, p.47), que precisava ser eliminado, mas se preocupou também em identificar as dificuldades burocráticas, impostas pelos regulamentos da Construção Civil e dos obstáculos que os mais pobres teriam que enfrentar para obtenção de financiamentos. Ele propôs em seu projeto de extensão, renovação e embelezamento, a construção de casas populares ajustadas à população, para não se correr o risco dos moradores terem suas moradias derrubadas e, sendo expulsos de seus locais, procurarem outros lugares com as mesmas condições em que viviam.

Agache, citado por Valladares (2005), acrescenta sua visão sociológica às propostas já sugeridas por outros reformadores urbanos, uma vez que ele tinha uma preocupação em compreender as dificuldades de acesso à habitação das populações residentes em favelas e perceber que existia, no seio desses lugares, a construção de laços sociais, como ele descreve a seguir:

Pouco a pouco surgem casinhas pertencentes a uma população pobre e heterogênea, nasce um princípio de organização social, assiste-se ao começo do sentimento da propriedade territorial. Famílias inteiras vivem ao lado uma da outra, criam-se laços de vizinhança, estabelecem-se costumes, desenvolvem-se pequenos comércios: armazéns, botequins, alfaiates, etc. (AGACHE, 1930, apud VALLADARES, 2005, p. 48).

Com a Revolução de 1930 e a Ditadura de Vargas, muitas mudanças foram surgindo e os projetos de Agache colocados de lado. Vargas teve um Governo considerado popular entre os trabalhadores, os quais receberam atenção especial por parte dele, sendo reconhecidos e protegidos com leis que regulariam a questão das relações salariais. Além disso, Vargas também modernizou a educação e promoveu o desenvolvimento da proteção social, pois tinha como projeto a transformação do Brasil num grande lar de assistência aos pobres. Este Presidente não abandonou as questões higienistas de governos anteriores sobre as condições sanitárias das moradias populares, e julgava ser a moradia e a possibilidade de uma boa alimentação para a família, os desejos dos trabalhadores (VALLADARES, 2005).

O prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto, nomeado por Vargas para o período dos anos de 1931 a 1936, teve sua gestão voltada prioritariamente para a construção de hospitais e escolas, e tratou as questões sociais com cuidado no sentido de diminuir a cultura da dependência ao assistencialismo público e o estigma da inferioridade, muito comum entre os pobres.

A relação de Pedro Ernesto com os moradores das favelas foi de tão grande importância para a política do governo Vargas, que gerou até certo temor ao Regime, devido à crescente popularidade do Prefeito e o possível caráter clientelista que essa relação desenvolvia. Entretanto, o seu afastamento, em 1936, não impediu que a ação de seu projeto continuasse a ser desenvolvida pelos próximos dirigentes, mas agora com um diferencial, que implicava no reconhecimento real da existência das favelas. A concretização desse reconhecimento veio pela aprovação do novo Código de Obras de 1937, para a Cidade do Rio de Janeiro.

O texto do novo Código<sup>52</sup>, que vigorou até 1970, visava auxiliar a Cidade a enfrentar os problemas gerados pelo crescimento urbano, em especial, a verticalização de imóveis construídos em concreto armado, e o problema das áreas insalubres dentro da malha urbana, apresentando no seu capítulo XV, o artigo 349-*caput*, referente às favelas.

---

52 As partes do Código de Obras de 1937 aqui apresentadas foram citadas em Valladares (2005, p. 52-53).

Art.349: a formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições dêste decreto, não será absolutamente permitida.

Esse Código de Obras, apesar das ambiguidades, trouxe visibilidade para a questão das favelas, pela necessidade de administrar e conhecer os interesses de sua população. Com isso, foi possível entender que, primeiramente, as favelas existentes foram crescendo pela construção de novas casas; ou por ampliação, no caso das construções que já existiam. Em segundo lugar, as favelas passaram a fazer parte do mercado imobiliário, tanto pelo aluguel da construção, quanto pelo aluguel do solo. E em terceiro lugar, o surgimento das favelas não ocorreu, apenas, pela invasão de locais vazios, mas também pelo processo de "favelização" de áreas construídas, por intermédio da tomada de posse de pátios, quintais ou jardins de imóveis que já existiam (VALLADARES, 2005, p. 53).

Nos anos de 1940, essa necessidade de conhecer mais de perto o universo das favelas e seus moradores, foi bastante vigorosa. E, nesse período, a proliferação desses espaços foi a maior do Rio de Janeiro. Segundo Abreu (1994), o censo de 1948 apresentou um total de 138.837 habitantes em 105 favelas do Rio. A expansão das favelas começou, então, a se tornar um problema político no pós-Estado Novo<sup>53</sup>, que significava por em risco a ordem social. A diferenciação entre as classes sociais se tornava evidente a partir da moradia dos ricos e dos pobres, e essa separação foi acentuada pela situação política do Governo, fragilizada pela ascensão do Partido Comunista no Brasil e sua influência nas favelas no final dos anos de 1940 e início de 1950.

Os comunistas estavam desenvolvendo nas favelas um trabalho assistencial, juntamente com médicos e professores, e sua crescente atuação política entre os moradores culminou com a criação de "comitês populares democráticos" (VALLADARES, 2005, p.76). O envolvimento político com essa população significava uma ameaça à burguesia e ao governo dominante. Foi necessária a intervenção do Governo, através da Igreja

---

53 Entre 1937 e 1945 (VALLADARES, 2005, p. 79).

Católica, com a criação de duas instituições que fossem atuantes nas favelas do Rio. A primeira, a Fundação Leão XIII, criada em 1947, com o objetivo de prestar assistência educacional e de saúde a essas populações. A segunda, a Cruzada São Sebastião, inspirada pelo Bispo Dom Hélder Câmara, em 1955, desenvolveu um trabalho voltado à produção de habitações novas e serviços de infraestrutura dentro da própria favela, e que Valladares considera uma espécie de "urbanização de favelas" (VALLADARES, 2005, p. 77), para os dias atuais.

A Cruzada São Sebastião tinha a intenção de solucionar o problema das favelas de forma "racional, humana e cristã" (KEHL, 2010, p. 48). Desta forma, a Cruzada promoveu a urbanização das favelas e realizou a construção do Conjunto Habitacional Cruzada, no Bairro do Leblon. Por iniciativa da Prefeitura foi lançado o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFA). Por intermédio do Primeiro Congresso dos Favelados do Rio de Janeiro, em 1957, foi criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, que visava buscar a melhoria das condições de vida nas favelas, através do trabalho comunitário, período em que sua população sofreu um crescimento de 7%.

As contribuições do Padre Lebre, nesse contexto de reformulações nas favelas, receberam o apoio de Dom Helder Câmara e tiveram grande impacto tanto sobre os urbanistas brasileiros, como sobre uma parcela da elite do Governo. Sua abordagem humanista e ao mesmo tempo solidária, no sentido de solucionar os problemas sociais, encantou a mocidade Católica brasileira e a elite "antiimperialista e anticomunista" (VALLADARES, 2005, p. 79) brasileira, que buscava um caminho para estimular mudanças sociais e o desenvolvimento da economia. Lebre teve um papel indiscutível na formação dos planejadores urbanos de São Paulo entre os anos de 1950 e 1960. Na sua primeira vinda ao Brasil, em 1947, este francês ficou bastante impressionado com as fortes desigualdades sociais da realidade brasileira, uma vez que o Brasil, no final dos anos de 1940, era considerado subdesenvolvido, pela miséria, analfabetismo e pela fome.

Tanto Dom Hélder, quanto Lebre comungavam da mesma opinião quanto à análise da pobreza e quanto à "temática do autodesenvolvimento e da busca de autonomia dos indivíduos" (VALLADARES, 2005, p. 86), e lutavam o mesmo

combate. Eles queriam provar que mesmo os pobres mais necessitados seriam capazes de possuir o sentido de comunidade, embora vivendo no espaço urbano. Entretanto, seria necessário tornar sua vida melhor, reconhecendo seu direito à cidade, e acima de tudo, conhecer e entender sua maneira de viver.

Os anos de 1960 trouxeram com o Governo de Carlos Lacerda, que já havia defendido a extinção das favelas no período em que era jornalista, em 1948, o programa de remoção de favelas com início da transferência de seus moradores para outros lugares, fora do círculo central da Cidade. Contudo, os favelados criaram a Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara, em 1962, como uma reação à retirada dos moradores para as "vilas populares" (KEHL, 2010, p. 49). Foram retiradas 27 favelas, deslocando 41.958 pessoas até o fim desse processo, no ano de 1965.

O Governo Federal, a partir do ano de 1968, deu origem à Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio – CHISAM -, órgão ligado diretamente ao BNH, destinado a criar uma política única para a erradicação das favelas no Rio de Janeiro, que permaneceu ativa até 1973, e que tinha como objetivo a "reabilitação social, moral, econômica e sanitária da família favelada" (KEHL, 2010, p. 50), mas, na realidade, esse fato dava início à operação para extinção dos núcleos, cujo total atingiu uma média de 100 mil moradores em 53 favelas.

Em 1979, o prefeito Israel Klabin lança uma proposta para regularização da terra e urbanização dos núcleos, além de coleta de lixo nas favelas. O Programa de Erradicação de Subhabitação – PROMORAR-, com financiamento do Ministério do Interior, destinado à extinção das favelas, não impediu a implantação de infraestrutura e urbanização dessas áreas, particularmente no Governo de Leonel Brizola, na década de 1980. Mas em 1994, é lançado o Projeto Favela-Bairro que se propunha a "integrar a favela à cidade, dotando-a de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos" (KEHL, 2010, p. 50).

Vale ressaltar que a presença das favelas não fez parte apenas da realidade do Rio de Janeiro, o então Distrito Federal, mas também do cotidiano de muitas outras cidades brasileiras

com mais de 5 ou 10 mil habitantes, evidentemente com suas histórias particulares com diferentes níveis de complexidade. Kehl enfatiza que a quantidade de pessoas residentes em favelas era crescente nas cidades do Nordeste brasileiro. E compara a proporção de habitantes que moravam em favelas nas cidades de São Paulo, Recife e Fortaleza:

Se, em São Paulo, um em cada dez habitantes está numa favela, este fator cresce para um em cada quatro em Recife, um em cada três em Fortaleza. A origem última e sempre a mesma: disparidade social e concentração de renda, às vezes aliadas diretamente a fenômenos de êxodo rural (KEHL, 2010, p. 51).

Segundo o censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a população de Fortaleza era aproximadamente 2,4 milhões de habitantes. Em 1985, foram registradas 243 favelas na área urbana, e que aumentou em 1991, quando atingiu um total de 313, mas de acordo com os dados da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, houve um aumento para 661 assentamentos, diferentemente dos dados do IBGE, que só contabilizou 177, porque considerou, para efeito de contagem, os assentamentos com menos de 50 moradias. No Município do Recife, a população era de um pouco mais de 1.4 milhões de habitantes, e que de acordo com esse censo, 1/4 (um quarto) da área da Cidade era ocupada por 490 favelas.

Contudo, São Paulo apresentava números alarmantes, especialmente levando-se em consideração toda a sua Região Metropolitana. Só na capital paulista, aproximadamente, 1(hum) milhão de pessoas residia em assentamentos subnormais.

A existência de favelas em São Paulo data dos anos de 1940, sendo consideradas mais recentes do que as do Rio de Janeiro. Entretanto, as "habitações subnormais" (KEHL, 2010, p. 53) já eram conhecidas desde os séculos XVII e XVIII, sendo mais forte sua presença no século XIX pela influência do café, que atraiu grande quantidade de imigrantes para a Cidade, pelos novos investimentos e geração de mais ofertas de trabalho.

As habitações coletivas na Cidade foram tomando conta do cenário e começaram a conviver com residências isoladas e



casarões dos ricos fazendeiros e industriais. Os cortiços já eram uma realidade nos bairros da elite pelos anos de 1870. E, com o crescimento da população de 15 mil habitantes, em 1850, para 65 mil, em 1890, abrigar a população mais pobre de trabalhadores transformou os cortiços em uma fonte de obtenção de lucro (KEHL, 2010). Além disso, os cortiços eram considerados fontes de patologias.

No final do século XIX e início do século XX, campanhas alternativas ora para eliminação dos cortiços, ora para sua regulamentação, foram lançadas. O Código de Obras de 1929 não reconhecia os cortiços dentro da legalidade. Mas em 1975 surgiu a possibilidade de criação de outro tipo de habitação, através da Lei nº 8.266/1975, com o novo Código de Edificações do Município<sup>54</sup>, que introduziu a definição de Habitação de Interesse Social:

Uma habitação permanente, quer sejam casas ou apartamentos, habitados por uma ou mais famílias e construídas em mutirão ou por iniciativa pública ou privada, com recurso do Sistema Financeiro de Habitação.

Os cortiços, nos dias de hoje, são tratados dentro da Lei Moura, nº 10.928/91, a qual estabelece as condições mínimas de habitabilidade para esses tipos de moradias, tentando reconhecer juridicamente sua existência. Em relação às favelas de São Paulo, elas tiveram um crescimento bastante grande a partir dos anos de 1970, passando a ocupar, particularmente, as áreas de risco e de proteção ambiental. Mas foi na década de 1990, que o crescimento da periferia sofreu um processo de "favelização" (KEHL, 2010, p.56) e as casas nas favelas corresponderam a um total de 52% das novas moradias em São Paulo, no período de 1991 e 1996.

Kehl (2010) aponta que as favelas paulistanas apresentavam alguns aspectos de infraestrutura bem surpreendentes. Em 1991, foi registrado um total de 99,6% das moradias da Cidade com abastecimento de energia elétrica; 89,6%, com recebimento de água encanada da Rede Pública. Em 1993, 88,4%, tinham acesso à coleta de lixo regular. O

---

54 Citado em KEHL, 2010, p. 55.

Padrão das casas, principalmente no período de 1980 e 1990, passou de barraco de madeira para alvenaria, devido ao fácil acesso dos materiais e técnicas de construção.

Algumas favelas se assemelhavam a conjuntos de prédios com mais de dois pavimentos, sendo essa verticalização responsável pelo crescimento do número de habitante por hectare. Desta forma, a área de ocupação das favelas reduziu, enquanto que a população aumentou. A origem dessas pessoas era em sua maioria, de migrantes nordestinos (70%), predominando aquelas de cor preta ou parda, entretanto, hereditariamente, outras gerações foram surgindo dentro das favelas, e, em alguns casos, foi-se diminuindo o número de migrantes, e aumentando as famílias, o que era bastante natural.

Boschi (1970, apud ZALUAR; ALVITO, 1998) aponta que a imagem da favela, na época do regime militar, era vista como um complexo de coesão familiar, de associação voluntária e de laços de vizinhança. Perlman, também citado por Zaluvar e Alvito (1998), elucida o otimismo e as experiências associativas dos favelados como uma riqueza impregnada de amizade e espírito de colaboração, onde a violência e o crime praticamente não existiam, até a chegada do tráfico de cocaína e sua comercialização, que construiu, no imaginário das pessoas, a ideia de "zona franca do crime", "habitat natural das classes perigosas". Assim, a identidade do morador de favela foi sendo construída em função dos contextos históricos, formados pelas ações de higienização da cidade, pelo desenvolvimento, que regulava o mercado, e pela globalização.

Ao final do século XIX, a perspectiva de desorganização foi aos poucos sendo substituída pela da exclusão (ZALUAR; ALVITO, 1998, p.16). Segundo Kehl, essa exclusão emerge da própria sociedade e do fato de o Estado ignorar seu papel de promover os benefícios que a Cidade formal deveria oferecer para as populações de favelas, no sentido de reintegrar esse território esquecido à malha urbana. Nesse território, considerado como livre, onde ninguém paga imposto, e muitas vezes, nem luz e água, onde não se obedece às normas ou códigos instituídos pelo Estado e Município, as populações se organizam da maneira que lhes apraz. Entretanto,

a comunidade se estrutura internamente, elege seus líderes e representantes, convive

com suas forças e contradições, apenas com base na convivência e numa norma muda que irmana a todos num destino comum de pobreza extrema e, nesta sociedade à margem de tudo, cada morador é rei. No seio da favela, são todos iguais [...]. Isto implica que não existem superestruturas, sejam econômicas, sejam legais, sejam culturais, que possam intermediar artificialmente as relações entre as pessoas e os grupos: tudo se dá de forma direta, e os valores de lealdade, franqueza e solidariedade são a base da confiança recíproca e do frágil equilíbrio entre as vontades. Não existe um coletivo ordenador; tudo se passa entre pessoa e pessoa (KEHL, 2010, p. 90-91).

Zaluar e Alvito (1998, p. 21) observam que atualmente estuda-se a favela carioca mostrando-se uma perspectiva diferente daquela que apenas reproduz a imagem de desordem e carência. Tenta-se mostrar que essa ideia de carência e falta não é suficiente para compreender esse território, e que ele "não é periferia, nem está à margem", mas que está no centro das práticas de grupos específicos atuantes no cotidiano da favela, como no caso de políticos, entidades religiosas e civis, associação de moradores, comerciantes, traficantes, moradores, turistas estrangeiros, produtores de filmes e videoclipes.

Embora prevaleça na sociedade em geral a visão negativa da favela vinculada à marginalidade e ao banditismo, a população que reside nas favelas possui "níveis de emprego formal em proporções equivalentes ao restante do município" (KEHL, 2010, p. 58), tomando-se como exemplo o Município de São Paulo. Kehl elucida o pensamento de Suzana Pasternak, por ela considerar serem "os favelados de São Paulo" (PASTERNAK, 2002, apud KEHL, 2010, p.58) incorporados ao mundo econômico, visto que seus moradores consomem tanto produtos industriais como serviços. É comum observar, em suas moradias, equipamentos como fogão e geladeira, TV colorida e outros objetos de consumo. Kehl ainda destaca nas palavras de Pasternak, a maneira como ela se refere às favelas nos dias de hoje. Ela diz que:

A favela é hoje local menos precário que há duas décadas: é habitada por trabalhadores empregados, não por *lumpen*<sup>55</sup>; tem certa infraestrutura, suas casas são predominantemente de alvenaria, enfim, integram-se ao espaço urbano, seus moradores são trabalhadores pobres que produzem e consomem e que não encontram na metrópole local acessível de moradia no mercado formal. Sobra, para eles, a ocupação de terras públicas ou privadas (PASTERNAK, 2002, apud KEHL, 2010, p.58).

Mas, mesmo ocupando as sobras urbanas, é um mundo que não se pode desconsiderar, pois além de se fazer presente pelo consumo no mercado capitalista, a criatividade e cultura próprias que emanam desses moradores-atores, acabam por fazer a diferença nesse tipo de organização habitacional, uma vez que terminam estabelecendo sua marca na Cidade da qual fazem parte, especialmente através da dança de rua, do funk, e das próprias relações sociais que instauram entre si e com o resto da sociedade.

Voltando um pouco para os anos de 1945 e 1953, as favelas do Rio de Janeiro, a então Sede do Governo Federal, eram vistas como uma área político-eleitoral de grande importância e de crescente ascendência. De acordo com Valladares (1978, p. 26), em 1950, essa população era de 7,1%, onde 50,31% dos moradores de favelas possuíam idade entre 14 e 40 anos; enquanto que em 1960, os moradores correspondiam a 10,2% do antigo Estado da Guanabara. Assim, as favelas foram e ainda são bastante exploradas como campo de disputa de voto pelos políticos demagogos que continuam lançando suas propagandas políticas para fins eleitoreiros, estabelecendo uma relação de troca de favores entre os moradores. A criação da Associação de Moradores, em 1961, serviu como ponte entre os interesses destes, com os políticos.

A partir de 1964, as transformações políticas modificaram o quadro de representação nas favelas. A possibilidade de

---

55 De acordo com o Dicionário Caldas Digital, a palavra mais aproximada de *lumpen* (do alemão, significa: trapo, farrapo) é *lumpen*, e se refere à pessoa sem ocupação profissional definida.

eleições diretas para Presidência da República ficou impossibilitada e o enfraquecimento da atuação política dentro das favelas passou a ser realidade. A partir de 1967, as favelas sofreram intervenção governamental, através do decreto nº 870, que dissolveu as associações, mas que foram substituídas por Juntas Governativas, cujo objetivo era o de normalizar a situação de todas as associações para, desta forma, realizar novas eleições. Com a consolidação do novo sistema político, o Governo adquire maior direcionamento para decidir o futuro da favela. A CHISAM iniciou seu programa removendo as favelas em volta da Lagoa Rodrigo de Freitas, devido à condição de ocupação ilegal do solo, detalhe comum a todas as favelas. Por essa falta de respaldo jurídico, as favelas ocupavam um lugar marginal no espaço urbano (VALLADARES, 1978), muitas vezes, solos perigosos sujeitos a enchentes e deslizamentos, e outros tipos de desastres naturais.

A extinção das favelas traria benefícios ao setor estagnado da Construção Civil, pois implicaria na edificação de conjuntos populares, em grande escala, para abrigar as famílias atingidas pelas remoções. A partir da reativação do setor habitacional, especialmente depois de 1968, o Banco Nacional da Habitação – BNH - começou a utilizar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS - e investir na construção de habitações populares. Segundo Valladares, (1978, p. 35), foi em agosto de 1969 que a Companhia de Habitação Popular – COHAB - e a CHISAM lançaram o "Programa Sete de Setembro" para a construção de 16.900 unidades em dez conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro. Essas duas instituições tiveram um papel bem importante na iniciativa de remoção de favelas no Rio de Janeiro, senão as grandes responsáveis por esse Programa.

Construir habitações populares dinamizou o mercado da Construção Civil no Rio de Janeiro naquele período, gerando grande interesse a empresas de porte médio, uma vez que se tornava viável esse tipo de empreendimento pelas características da edificação. O custo do metro quadrado era reduzido pelo fato dessas construções serem em série, e o material utilizado poderia ser de menor qualidade, compensando o investimento. Como resultado dessas limitações, a qualidade das habitações deixava-se muito a desejar, chegando-se a situações extremas

de precariedade. Coube à COHAB-GB, nessa época, a responsabilidade de projetar os conjuntos habitacionais e mandar fazer sua construção, além de fiscalizar e comercializar as unidades de moradia (VALLADARES, 1978).

A CHISAM assumiu a coordenação do programa, incorporando às suas atribuições a tarefa de planejamento, levantamento socioeconômico das favelas a serem removidas, e execução do Programa. As dificuldades com prazos de entrega das unidades habitacionais, a falta de verbas da COHAB pelo BNH, atrasos no cronograma de remoções, tudo isso não ajudou a CHISAM alcançar as metas do Programa em 1976, que visava remover completamente todas as favelas do Rio de Janeiro. Como resultado, observou-se que, em um período de quatro anos (1970-1974), o número de favelas quase que duplicou. E as causas desse aumento deveram-se, principalmente, ao fato de considerar a favela dentro do âmbito habitacional e fundiário, em detrimento das características de sua população e dos motivos pelos quais a levou a buscar na favela sua opção de moradia (VALLADARES, 1978).

Valladares ainda aponta que,

a favela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a se perpetuar e o processo de acumulação de capital é cada vez maior. Resulta ainda de uma situação onde o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes (VALLADARES, 1978, p. 44).

Nesse contexto, é interessante salientar, mais uma vez, a opinião de Valladares, quando ela mostra que as camadas menos favorecidas não definem a favela apenas sob o ponto de vista habitacional, mas também pelas facilidades que sua localização oferece. O acesso ao trabalho e ao transporte são dois fatores que determinam redução de gastos no orçamento das famílias, sendo para muitos uma "solução orçamentária" de sobrevivência (VALLADARES, 2005, p. 45).

O caso do Rio de Janeiro mostra que as inúmeras intervenções, realizadas na então Capital Federal, não

contiveram a problemática da habitação popular naquele período. Não houve preocupação por parte dos governos em priorizar outros fatores fora do âmbito da habitação. As migrações para a cidade grande continuaram a existir, acarretando o crescimento da Cidade e o conseqüente aumento dos assentamentos precários. A especulação imobiliária cresceu com a falta de controle dos aluguéis, dando abertura para a construção de um mercado inflacionário. As condições de vida dos menos favorecidos não deixaram de se deteriorar, uma vez que nenhum programa foi realizado no sentido de melhorar as condições de renda dessas populações. Enfim, se houve a intenção de extinguir as favelas, o efeito das intervenções realizadas resultou em um caminho oposto, que estimulou de forma crescente a sua permanência na Cidade.

Para essas questões, Kehl (2010) também trata a favela a partir de sua origem no território urbano. Entretanto, ele procura mostrar outros aspectos que estão presentes na gênese de uma favela. Segundo ele, "as favelas nascem como sociedades sem castas"<sup>56</sup> (2010, p. 88), formando agrupamento de pessoas com igualdade nas três diferentes instâncias: civil, política e social. Surgem de grupos pequenos e que vão se multiplicando, tacitamente, em um território, unidos pelas mesmas necessidades de "abrigo, proteção, convivência, busca de insumos básicos" (KEHL, 2010, p.88).

Os barracos vão sendo construídos com o mínimo de espaço aberto e cercado, circundados por quintais para criação de animais de pequeno porte e plantio, além de outras atividades que vão surgindo a partir das necessidades e de novas formas de sustento. Esses quintais, com o passar do tempo, e a evolução da favela vão sendo, paulatinamente, subdivididos em novos espaços de construção para novas habitações, o que leva a crer que o sustento dos moradores começa a ser retirado de áreas mais distantes e que, possivelmente, irão passar a consumir produtos menos naturais.

O crescimento desses núcleos vai se dando de forma tímida, e quando menos se espera, a sua rápida reprodução já

---

56 Observo que posteriormente, nesses assentamentos, começam-se a estabelecer divisões sociais, devido a instauração de lideranças, como nas associações de moradores, mas, por outro lado, surgem também as lideranças ligadas ao tráfico de drogas, em muitas favelas.

deu lugar à imagem de uma pequena cidade. Com um número crescente de habitantes e com realidades as mais diversas, esses grupos guardam algo em comum: "a miséria, a exclusão do corpo social e do modo econômico e cultural do seu tempo e do lugar" (KEHL, 2010, p. 89). É natural que os excluídos procurem seus pares e reproduzam, por analogia da sociedade hegemônica, suas formas de organização, tanto em termos de lideranças, comércio, leis, como de sustentabilidade, entre outras. Contudo, os locais que constroem para si próprios fogem das formalidades da Cidade legal a qual pertencem, e, apesar das analogias, não se apresentam como "uma miniatura empobrecida da malha urbana" (KEHL, 2010, p. 89). As favelas são locais com forma peculiar, que possuem uma linguagem diversa relacionada à vizinhança ou entorno, que convivem paralelamente com as leis da Sociedade que os cerca. Segundo Kehl,

esta micro sociedade se reflete no ambiente em que ela mesma erigiu, em suas vielas estreitas, seus becos sem saída, seus largos minúsculos, suas construções apertadas umas contra as outras. Este ambiente em nada se parece com a cidade que o cerca, em especial a área urbana moderna pós-industrial, mas em toda a parte e através dos tempos, ele é sempre semelhante, e reproduz, desde a sua gênese até a sua consolidação, as mesmas estruturas arcaicas que deram origem aos primeiros agrupamentos humanos aos quais podemos atribuir a construção de um ambiente (KEHL, 2010, p. 92).

Alvito (1998) destaca, em seu artigo "Um bicho de sete cabeças", alguns aspectos de sua vivência no Complexo do Acari, no Rio de Janeiro. Ele entende esse complexo como um conjunto de subáreas com vida social definida, e observa que o sentimento de pertencimento na comunidade é grande, provocado pela própria força da vizinhança que desenvolve uma sociabilidade mais estável que as relações individualizadas e formais da Sociedade ao redor. Kehl (2010) observa, nesse contexto de Acari, que, dentro da vizinhança, existe uma



identidade construída por quem habita o lugar e se sente parte dele. É neste sentido que a favela é considerada uma construção comunitária, construída "com as próprias mãos, pelos mesmos homens que a habitam" (KEHL, 2010, p.97).

Convém acrescentar que, no caso de os moradores serem transferidos para outras localidades, eles se veem obrigados a "desestruturar seus modos de vida" (PARENTE, 2011, p.178) e, conseqüentemente, fragilizar seus laços de vizinhança. A favela se transforma, desta maneira, em um verdadeiro "campo de batalha" (ZALUAR; ALVITO, 1998, p.22), onde a identidade construída nesse lugar, à base da ilegalidade e de uma geografia apropriada a um modo de vida cotidiano despojado, característico dessas populações e "capaz de garantir a sua identidade", ajuda a desenvolver certa "obstinação (...) em permanecer na favela" (VALLADARES, 2005, p. 150).

Em Recife, a existência das favelas reflete, também, a realidade da luta pela terra, como foi, e continua sendo o caso do Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras. Obviamente, com idiossincrasias próprias para cada região, visto que cada uma constrói suas identidades culturais no local onde estão inseridas. Os aglomerados urbanos em Recife, normalmente às margens dos rios, tornaram-se um cenário frequente na busca pela habitação digna. O caso de Brasília Teimosa traduz bem essa imagem de obstinação em permanecer numa área de alto risco provocado pelo mar. A favela para os moradores que hoje vivem num conjunto habitacional, foi um momento de construção de identidades, laços estabelecidos com o lugar e vínculos criados a ele, fatos que se traduzem pelo comportamento de alguns moradores que vendem seus apartamentos para voltarem aos lugares onde, um dia, construíram identificações e fincaram raízes. Esses motivos frequentemente trazem dificuldades ao processo de remoção e transferência das favelas para outros locais.

### *3.2 A realidade dos programas habitacionais instituídos no Brasil*

Como já fora argumentado por Parente em linhas anteriores, as transferências de assentamentos ou remoções de favelas não são um procedimento fácil, elas provocam impactos e deixam sequelas que podem comprometer qualquer tipo de reparação futura a quem a elas são expostos.

Segundo Valladares (1978), remover uma favela implicou, para a realidade do Rio de Janeiro, uma série de etapas a serem realizadas pelo Poder Público. E, definitivamente, não foi um processo rápido. Teve que passar pela retirada dos moradores dos barracos, sua relocação nos conjuntos habitacionais, até inseri-los no Sistema Financeiro da Habitação – SFH -. Neste percurso foram delimitadas duas fases: a primeira, que apresentou o morador ainda na favela, e os procedimentos pelos quais teria que se submeter para acesso à casa própria; e a segunda, constando da trajetória do morador ao entrar no conjunto até assinatura de escritura definitiva.

Valladares aponta para o fato de que houve tensões dos moradores quanto à mudança anunciada pela CHISAM, que comandava as operações de remoção das favelas do Rio de Janeiro.

Parte dos moradores era contrária às soluções lançadas pelo Programa, porque significava uma ameaça para seus comércios informais, já estabelecidos livremente nas favelas, apesar de existir previsão de "residências-comércio" para os donos de mercearias (VALLADARES, 1978, p. 51) nos conjuntos habitacionais, solução que não atendia a todos os moradores comerciantes. Outra parte acreditava que a melhor opção seria continuar onde estava, pela estrutura de vida que, ao longo dos anos, construiu para suas famílias. Outra parcela mostrava interesse no Programa do Governo, possivelmente embalada pela crença de possuir uma casa, ou por não ter alternativas.

Um ponto interessante, nesse momento de transição, levantado por Valladares, é a movimentação dos moradores no período que antecedia às remoções. Entre uma etapa e outra do Programa, o tempo era elástico, dando a oportunidade àqueles que não tinham o interesse de mudar para o conjunto

habitacional, de fugir da remoção, vender seu barraco e mudar-se para outra favela, sem ameaça de ser removida ou negociar seu barraco com alguém que quisesse morar no conjunto habitacional. Vale salientar que existiam também os "favelados de última hora". Aqueles que não eram moradores da favela, mas gostariam de conseguir seu ingresso no Programa de Habitação da COHAB. Para tal, existia dentro do programa uma "reserva técnica" (VALLADARES, 1978, p. 52), e os interessados vislumbravam a chance de conseguir sua inscrição, mesmo diante do pequeno número de vagas oferecidas. Todavia, era mais seguro tornar-se um morador de favela e participar do Programa nessa posição, o que significa que se instaurou uma produção de identidade cultural de favelados por conveniência.

A construção de novos barracos foi intensificada pela grande demanda, tendo em vista as vantagens que a circunstância de ser morador de favela apresentava. Assim, muitas pessoas procuravam usufruir de sua posição de favelado, para até mesmo construir novos cômodos, com o objetivo de alugá-los ou de receber familiares e amigos às vésperas da remoção, e, desta forma, serem considerados moradores e detentores do direito à moradia no conjunto habitacional. "O mercado imobiliário das favelas" (VALLADARES, 1978, p. 53) tornou-se aquecido e bastante adensado, tendo, os barracos, alcançado alta valorização, seja para compra, venda ou aluguel. Como exemplo de sua valorização, Valladares cita o preço de um barraco na favela da Catacumba, na Lagoa Rodrigo de Freitas, no valor mínimo de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) em 1968, equivalente a seis salários mínimos na época.

Entretanto, esse quadro de crescimento das favelas tomou um rumo diferente daquele que o Projeto estabelecia, assim, a CHISAM resolveu optar por outras medidas, baseando-se no Código de Obras, que intervinha na construção de novos barracos e bloqueava a expansão da favela. As associações de moradores tinham um papel de intermediários para conter a proliferação de novos barracos, mas, ao mesmo tempo, pairava certo interesse na nova situação, com denúncias de negociação de membros da associação com novos moradores. As associações acabaram por tirar vantagens de algo sobre o qual tinham direito de controle junto à CHISAM (VALLADARES, 1978).

Depois das repercussões do anúncio das remoções, começavam os preparativos para a sua realização. Essa próxima etapa diz respeito ao levantamento socioeconômico, onde a equipe técnica do CHISAM se dirigiria para a Associação dos moradores, a qual funcionaria como base de apoio logístico dentro da favela. As visitas de porta em porta visavam submeter chefes de família aos questionários. Nem sempre as respostas correspondiam à realidade, principalmente quando se tratava de renda. Alguns moradores procuravam aumentar a renda para tentar ganhar benefícios, quanto ao tamanho e tipo da habitação. A entrevista era um momento onde os moradores também aproveitavam para questionar quanto à data da remoção, se esta era obrigatória, onde se localizava o conjunto, tamanho da habitação, de quanto seria a prestação e prazo de pagamento (VALLADARES, 1978, p.56).

As fichas de inscrição, que eram um documento que comprovaria a participação do cidadão no Programa, adquiriram valor de mercado, por terem a possibilidade de serem cedidas a terceiros, com a condição de renúncia do antigo cadastrado. Após o levantamento era feita uma classificação dos moradores, primeiro, quanto à renda, para verificar, num primeiro momento, quem teria condições suficientes para ter acesso à casa própria. Estabelecia-se, de certa forma, um processo de "exclusão por renda", como assim afirma Valladares (1978, p. 57). E, segundo, quanto ao tamanho das famílias. Contudo, observou-se que a maioria das famílias classificadas por renda, recebia menos de um salário mínimo.

Como forma de amenizar o problema, a CHISAM estabeleceu algumas medidas de controle: as famílias não compatíveis com o tamanho e o preço, eram remanejadas posteriormente para uma habitação mais adequada ao tamanho da família e à sua renda. Quanto às famílias excluídas do Programa, essas eram alocadas em Parques Proletários, abrigos do Estado e alojamentos construídos em alguns conjuntos habitacionais da COHAB, de acordo com a renda familiar. Terminado os procedimentos de levantamento, triagem e classificação das famílias, a CHISAM voltava às favelas para distribuição das fichas às famílias cadastradas. Nessa ocasião, o morador decidia se queria ir ou não morar no Conjunto.

No dia da remoção, as famílias organizavam sua mudança na calçada para dar início à operação com a ajuda dos

veículos do Estado. As primeiras famílias removidas são aquelas que ajudaram, junto à CHISAM, com a preparação do Programa. A presença da polícia era sempre necessária para garantir a total demolição dos barracos e evitar a volta dos moradores à favela, e igualmente a chegada de novos ocupantes aos barracos desocupados. A chegada ao conjunto e a entrega das unidades habitacionais passavam pelo ritual do repasse das chaves pelas autoridades municipais. Mas, já nas primeiras semanas, a população do conjunto habitacional iniciava um movimentado período de reclamações quanto à infraestrutura, ao tamanho da habitação, à localização, etc. As invasões às unidades vazias, a espera de famílias com melhor condição de renda, tornaram-se mais frequentes.

Uma vez instalados no Conjunto, os moradores passavam a ser dependentes da COHAB e não mais da CHISAM e Secretaria de Serviços Sociais. A partir daí, os moradores entrariam num "processo administrativo-financeiro" (VALLADARES, 1978, p. 69), passando de residentes para mutuários, onde a administração de cada conjunto ficaria sob a supervisão do administrador e funcionários dos respectivos conjuntos. Os moradores, agora mutuários da COHAB, começariam a assumir pagamentos de taxas, como era o caso da taxa de ocupação, que foi posteriormente cobrada, devido às inadimplências de alguns moradores, antes da ocupação do imóvel.

Após essas etapas iniciais, seguia-se a etapa de assinatura da Promessa de Compra e Venda do imóvel, que passou a ser chamada, a partir de 1971, de Termo de Ocupação com Opção de Compra. Com essa assinatura, o residente assumia oficialmente a condição jurídica de promitente-comprador, dando-lhe a outorga de empreender reformas em sua residência. Entretanto, todo esse processo levava tempo, uma vez que a convocação para assinatura do contrato em Cartório nem sempre era atendida. Primeiro, por alguns adiarem sua ida ao Cartório, por falta de tempo e dinheiro para custearem as despesas notariais. Segundo, por alguns residentes não terem a intenção de fazer parte do Sistema Financeiro de Habitação – SFH -, mas ficariam morando por algum tempo no Conjunto. Terceiro, por alguns não terem decidido a sua permanência no Conjunto (VALLADARES, 1978, p.71).

Vale salientar que as habitações eram entregues sem acabamento, ficando, ao residente, a responsabilidade de executá-lo como lhe aprouvesse, mas esse direito de modificação e melhoria só teria o respaldo legal mediante a assinatura da promessa de compra e venda.

A realidade financeira dos residentes, especialmente daqueles que vieram de favela, era bem aquém dos valores que eles tinham que pagar por sua habitação, mesmo que esses valores se apresentassem abaixo da média dos preços dos aluguéis da Cidade do Rio de Janeiro. Esse foi um problema que se originou por ocasião do levantamento socioeconômico, onde alguns inscritos esconderam a sua real situação financeira, apresentando uma renda maior do que na verdade possuíam. Além dos moradores que vieram das favelas não costumarem ter obrigações com o pagamento de taxas decorrentes de sua moradia, deduzindo-se que seus custos eram bastante irrisórios ou quase nenhum, uma vez que nas favelas essas responsabilidades formais não existiam.

Para essas pessoas, a moradia na favela, além de ser uma solução habitacional, era também orçamentária, pois fazia parte dessa realidade a economia com aluguéis, economia de tempo e redução de custos com a mobilidade para o trabalho, e também pelas possibilidades de encontrarem serviços gerais temporários, os chamados "biscates" (VALLADARES, 1978, p.74), que ajudavam na complementação da renda familiar. Portanto, as novas obrigações se apresentaram como um dos motivos da crescente onda de inadimplência que atingiu as prestações da casa própria.

Como solução para o problema, a COHAB decidiu, depois de várias ações coercitivas, e em última instância, pelo despejo judicial daqueles mutuários que se encontravam em atraso por mais de um ano. O aviso solicitava um prazo de três dias para o morador deixar a casa. Caso não fosse atendido, o morador seria expulso e seus móveis colocados na rua. Aqueles que tinham a chance de saber a data aproximada do despejo fechavam suas casas e tentavam driblar os inspetores, mas, não escapavam de, em breve, terem que se retirar, por bem ou por mal. Como consequência, essas pessoas eram automaticamente desligadas do programa (VALLADARES, 1978).

Ainda segundo Valladares, havia aqueles moradores que se retiravam voluntariamente e se utilizavam de um novo

instrumento jurídico: a Cessão de Direitos. Como a prática se tornou comum, a COHAB estabeleceu alguns critérios. Entre eles estava a condição de que o morador deveria possuir a Promessa de Compra e Venda, além de estar com as prestações pagas, e que já tivesse alguém interessado na transação, sem pertencer ao SFH. O novo candidato ficaria responsável em pagar à COHAB a taxa de transferência para o seu nome. Caso as prestações não estivessem em dia, o comprador assumiria o compromisso de pagar e colocar em dia as prestações atrasadas, resolvendo, assim, o problema.

Valladares também aponta que a Cessão de Direitos trazia certos benefícios para quem realizava esse procedimento, pois o dinheiro do repasse dos direitos era utilizado para montar um pequeno negócio, ou, então, comprar um terreno na periferia da Grande Rio, e se libertarem do controle da COHAB. As habitações da COHAB tinham adquirido uma cotação no Mercado Imobiliário, mesmo diante da sua precariedade. Assim, o valor do imóvel era maior do que a soma dos valores das prestações pagas. Desta forma, a casa era repassada com o preço que o morador quisesse pela Cessão do Direito, e ainda conseguir certo lucro pela transação.

Uma vez longe do programa, os ex-moradores do Conjunto procuravam se estabelecer em outros locais da Região Metropolitana do Rio, normalmente voltando a residir em outras favelas, ou mudar de cidade ou estado. A volta à favela não foi tão fácil quanto se esperava, uma vez que as favelas existentes já não comportavam mais a demanda, tendo os novos visitantes que procurar favelas recém-formadas, ou em expansão, em locais mais distantes do centro da Cidade, se comparados com a distância do conjunto habitacional em que um dia moraram. Valladares (1978) salienta que a favela representava, ainda, em termos habitacionais, a possibilidade mais viável e econômica para as camadas de baixa renda da grande cidade.

Dessa forma, começou a se configurar uma nova etapa na realidade desses conjuntos habitacionais, uma vez que

seus habitantes originais (...) começaram a partir. Com novas pessoas, uma nova composição social começa a se delinear. Assiste-se a uma nova dinâmica na ocupação do espaço. As fachadas das

habitações alteram-se. Toda uma gama de atividades comerciais e de serviço aí se tem instalado. (...) o conjunto não é mais o mesmo. O processo de transformação por que passam os conjuntos só ocorre após a consolidação de sua ocupação, depois de os residentes terem passado à categoria de mutuários atravessando as etapas básicas do processo administrativo-financeiro para aquisição da moradia (VALLADARES, 1978, p. 83).

Naturalmente, cada conjunto habitacional apresenta suas próprias características e dinâmicas, não existindo um tempo certo e semelhante entre todos os conjuntos para que eles sofram as modificações do período da pós-ocupação. Isso varia muito pela tipologia do conjunto; pela quantidade de etapas para ocupação do imóvel; pelo tipo de contrato disponibilizado pela COHAB; pelo tipo de residente, a partir da forma de ocupação que ocorreu no imóvel. Enfim, por uma série de fatores que determinariam um quadro final diferente.

O Conjunto Habitacional Cidade de Deus, construído no Governo de Carlos Lacerda, em 1960, como parte da política de remoção de favelas do Rio de Janeiro, pode-se dizer que é um exemplo dessa mudança. Ele se transformou numa área de passagem. Ao invés de se configurar como um conjunto, onde os moradores iriam se fixar, e se transformarem em proprietários de sua casa, ele se mostrou altamente vulnerável à mobilidade de seus residentes. Tornou-se uma zona de passagem, "uma área de trânsito" como assim denominou Valladares (1978, p.84). Ele adquiriu um novo perfil de morador, aquele "'novo proprietário' que, aparentemente, chegou para ficar" (VALLADARES, 1978, p.90), e que representou um número elevado de "residentes voluntários de renda mais elevada" (VALLADARES, 1978, p.103).

A realidade habitacional no Recife também teve seus momentos de tensão. Souza (1990) identifica três momentos distintos da Política Habitacional nessa Cidade, a partir do estabelecimento de uma Política Nacional de Habitação, no ano de 1964. O primeiro momento, entre 1965 a 1978, foi dominado pela pressão das grandes empresas de Construção Civil e de produção de materiais de construção. E constituído,



basicamente, pela execução dos programas de construção dos conjuntos habitacionais. Esse momento teve um caráter altamente elitista e clientelista e deu atenção às reivindicações populares. O segundo momento, que correspondeu ao período de 1979 e 1986, representou a etapa da reorganização das COHABs em nível Nacional e local, mas também do surgimento de programas alternativos, referentes à melhoria habitacional; aos lotes urbanizados; aos aterros; ao financiamento para aquisição do imóvel pelo morador; à regularização fundiária e aos mutirões assistidos. E, finalmente, o terceiro período, compreendido entre 1987 e 2000, caracterizado pelo declínio da promoção de programas convencionais e predominância de programas alternativos.

Depois da extinção do BNH, em 1986, a CAIXA assumiu as funções do BNH e a Política Habitacional registrou um processo de descentralização em direção dos Municípios. Pelo fato de não possuir receita específica para habitação, os Municípios passaram a depender quase que exclusivamente de agências multilaterais e dos recursos federais para financiarem seus poucos e acanhados programas habitacionais. A promulgação da Carta Magna, em 1988, da Constituição Estadual em 1989, da Lei Orgânica Municipal em 1990, e do Plano Diretor em 1991, fortaleceram a possibilidade de transferir a responsabilidade, mesmo que compartilhada, da promoção da Política Habitacional para o Município.

Durante o Governo do Presidente Itamar Franco (1992-1994), poucas mudanças na Política Nacional de Habitação foram registradas. Entretanto, os programas alternativos continuaram a existir, como os programas de urbanização de favelas e melhorias habitacionais, através do uso de linhas de financiamento (FGTS) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), além de verbas de orçamento. Em 1995, no Governo do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, retomou-se a diretriz da inserção da Política Habitacional dentro das Políticas de Desenvolvimento Urbano, articulando os programas habitacionais com outros programas voltados para o saneamento ambiental, transportes urbanos, recuperação de áreas degradadas e urbanização de favelas. Deu-se ênfase à articulação entre Estados e Municípios, dando privilégio às “formas cooperativas e associativas que pudessem ser

desenvolvidas a partir de organizações não governamentais ou associações comunitárias locais” (PROGRAMA HABITAR BRASIL - BID, 2002, p.19). Assim, o Programa Habitar Brasil-BID<sup>57</sup> articulou-se com o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS<sup>58</sup>.

O Estado de Pernambuco realizou nas décadas de 1980 e 1990, aproximadamente 69% das oportunidades habitacionais, enquanto que o Município do Recife promoveu apenas 31% dessas oportunidades, mostrando-se incapaz, como instituição governamental, de financiar habitações populares, pela exiguidade de recursos e falta de decisão política para realizar a Política Habitacional, como qualquer outra Política Municipal.

Após uma interrupção dos programas habitacionais, entre os anos de 1995 e 1998, o Governo Federal voltou a investir no setor habitacional em Pernambuco, por meio da COHAB, com recursos do FGTS, pelo PRÓ-MORADIA<sup>59</sup> e da Carta de Crédito Associativo, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), pelo programa HABITAR-BRASIL (PROGRAMA HABITAR BRASIL - BID, 2002, p. 19). Todavia, as oportunidades habitacionais se apresentaram muito reduzidas na segunda metade da década de 1990, limitando-se a apenas algumas ações isoladas.

Entretanto, na gestão do Prefeito João Paulo, entre 2001 e 2009, a Prefeitura da Cidade do Recife empreendeu cerca de dezenove (19) conjuntos habitacionais na Região Metropolitana, com a finalidade de deslocar populações de baixa renda para habitações populares de interesse social, buscando garantir o direito à habitação digna e inserção urbana da população de baixa renda. Vale salientar que dentro desse processo existiriam alguns percalços a serem resolvidos. Os gestores públicos, muitas vezes, encontram grande dificuldade para a concretização

---

57 É um programa de incentivo à geração de renda e desenvolvimento, em assentamentos localizados em áreas de risco, com a intenção de trazer melhorias das condições habitacionais. A Caixa Econômica é o agente financeiro responsável pela execução do programa.

58 O PREZEIS é uma Lei Municipal, aprovada em 1987, com o objetivo de promover a urbanização e regularização fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

59 Programa do Governo Federal que permite que famílias com renda de até R\$ 1.395,00 mensais, tenham possibilidade de terem acesso à casa digna.

dos projetos habitacionais, especificamente, pela falta de terreno urbano para sua implantação. A primeira intenção é de o empreendimento ser edificado no próprio local onde residem as famílias, e que a infraestrutura, tal como equipamentos sociais, seja criada para que a comunidade permaneça na mesma área.

O trabalho de mapeamento de terrenos disponíveis conta com a participação das lideranças da própria comunidade que se articulam politicamente para aquisição desses espaços. Entretanto, a especulação imobiliária é muito forte e estipula valores demasiadamente altos para a compra do terreno, quando a negociação é feita com a esfera governamental. Quando um projeto habitacional é aprovado e o local da obra é o mesmo da ocupação, momentaneamente as famílias beneficiadas recebem o Auxílio Moradia para aluguel de um imóvel, durante o tempo em que espera pela habitação definitiva.

Em entrevista com o Gerente de Demandas da Secretaria de Habitação da Prefeitura da Cidade do Recife, Ricardo Rego Barros, ele ressaltou que a partir do cadastramento das famílias a serem beneficiadas se faz uma análise dos cadastrados no Programa, procurando-se, normalmente, colocar essas famílias no mesmo local em que residem, devido ao fato de se identificarem com a área e preservarem, de certa forma, sua memória. Contudo, nem sempre essa alternativa é possível, pois, muitas vezes, o terreno está localizado em área economicamente atraente para grandes investidores. Dessa forma, esses moradores são realocados para áreas mais distantes dos seus trabalhos informais, e na maioria das vezes, de menor valor econômico.

Segundo Ricardo, o Programa tem a intenção de contemplar a todos, mas não de obrigá-los a permanecerem para sempre no Conjunto, podendo desistir de sua posse e sair de lá para outras habitações, desde que tenham as devidas condições financeiras para assumirem outras responsabilidades, dentro de suas faixas de renda. Ele acrescenta que as casas são entregues através de um instrumento legal – Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) da comunidade –, dentro de requisitos arbitrados pelo citado instrumento jurídico que não permite a venda, doação, empréstimo ou aluguel. Esse instrumento é registrado prioritariamente no nome da mulher, para evitar perdas para a família, devido a brigas familiares entre

os companheiros, e tentativas da parte deles de quererem se desfazer do imóvel (ver anexos III e IV). Vale salientar que o documento do anexo III, apesar de se referir a outro Conjunto, o Habitacional da Torre, mostra deliberações semelhantes para o Habitacional do Cordeiro.

Uma vez que a quantidade de famílias é alta, não é sempre possível a escolha pelas casas térreas, e a opção pela verticalização se torna quase que obrigatória. Além disso, a construção do conjunto habitacional envolve outras áreas relevantes fora do âmbito da Construção Civil, como por exemplo: a educação, que implica em preparar os moradores de palafitas para os conjuntos habitacionais, no sentido de orientá-los como utilizar, de forma adequada, os equipamentos sanitários dos conjuntos habitacionais, pelo fato de que, na realidade anterior, não faziam uso desse tipo de benefício; seguir as regras de condomínio; dentre outras orientações consideradas relevantes e que servem para promover um bom aproveitamento dos recursos ali aplicados.

O cadastramento social realizado na área é sempre efetuado por meio de uma ficha cadastral para diagnóstico socioeconômico das famílias. Neste diagnóstico é feita uma contagem do número de crianças que estão fora da escola e de adultos que devem voltar a estudar. Também inclui a contagem de quantas famílias se encontram sem renda alguma e não estão inseridas em Programas Sociais.

Dentro do Cronograma de Atividades Sociais, que constam no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), Ricardo ressalta a existência de várias oficinas de acompanhamento; de assembleias feitas na comunidade, com comissão de moradores, mas com pouco poder de decisão sobre detalhes do projeto, pois já existe uma tipologia padronizada dos edifícios do Conjunto. Os recursos do Ministério das Cidades e do Fundo Federal são liberados pela Caixa Econômica Federal – CEF -, mediante a apresentação de um Relatório Social das Atividades, bem como um Relatório de Medição da Obra, que é desenvolvido pelos próprios técnicos da Prefeitura da Cidade do Recife, e também por empresas licitadas para cumprirem esse cronograma do PTTS.

Outro eixo que, segundo Ricardo, consta do cronograma, é o reassentamento das famílias. É montada uma estrutura operacional com envolvimento de todas as Secretarias que

gerenciam as demandas, e que incluem os veículos para transporte de mudança dos moradores, assim como, o equipamento para demolição dos assentamentos precários. Logo depois de reassentadas as famílias, outra etapa se inicia: a da pós-ocupação, que é considerada, pela Equipe Social, como um novo desafio dentro de todo o processo de acomodação.

Foi, então, dentro desse cenário de pós-ocupação do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, que minha pesquisa de campo começou.

## 4 NA TEIA DOS EX-MORADORES DE BRASÍLIA TEIMOSA

Neste capítulo procurei apresentar os entrevistados, tomando-se como base seus depoimentos<sup>60</sup>, visando destacar suas construções cotidianas, identificações com o lugar onde atualmente moram – o Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro – e as memórias da vida nas palafitas. Tudo isso foi feito na perspectiva de delinear uma visão de bem viver, segundo os sentidos incorporados em suas falas, que denotaram felicidade e bem-estar. Vale salientar que, apesar de me apresentar como pesquisadora, sem vínculos com o Poder Público, em alguns momentos da entrevista, especialmente no início, admito que desconfiei de certo cuidado, por parte dos entrevistados, em relatar fatos do cotidiano quanto à presença esporádica da polícia nas ruas do conjunto e indivíduos ligados ao tráfico de drogas, mas nenhum desses episódios ocasionou entraves nos depoimentos, não minimizou a veracidade das suas falas e nem trouxe dificuldades para as minhas análises.

### 4.1 *O bem viver no cotidiano dos entrevistados*

#### ANA EVANGELISTA

Entrevista realizada em 22/01/2013.

Ana Evangelista é recifense, mas residiu alguns anos no Rio de Janeiro. Ela é moradora do apartamento 206, segundo andar do bloco 22. Continua sendo comerciante na orla de Brasília Teimosa. Tem 46 anos de idade, solteira, porém vive maritalmente com seu companheiro Claudionor, de 33 anos, porteiro noturno. Mora com ela, uma filha (de seu primeiro relacionamento) com suas três crianças. Ana estudou até a 5ª série (6º ano do Ensino Fundamental) e seu companheiro, Claudionor, cursou até o 1º ano do Ensino Médio.

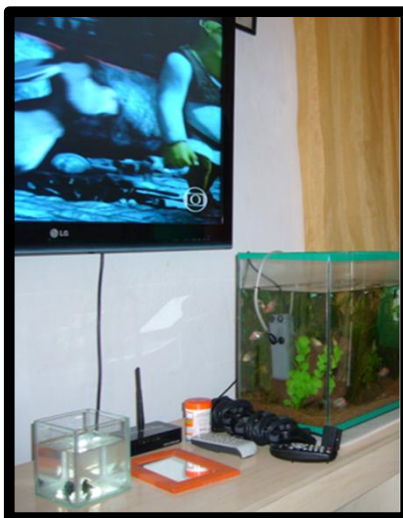
---

60 Todas as entrevistas foram cedidas a Célia Cavalcanti Braga, no Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, entre dezembro de 2012 a janeiro de 2013.

Ela falou ter sido uma das primeiras famílias beneficiadas a vir para o Conjunto. Afirmou que iria completar sete anos morando nesse local, no dia 16 de março de 2013.

Ao chegar a sua casa, Ana Evangelista recebeu-me com muita tranquilidade. No início da entrevista, mostrou-se cautelosa com as respostas, acredito que pelo fato de não me conhecer. Mas, ao longo de nossa conversa, ela foi adquirindo confiança por eu me apresentar atenta e interessada em seu depoimento, mostrando meu respeito pelas suas palavras e procurando incentivá-la, com base no roteiro da entrevista, a falar mais sobre sua vida no Conjunto, aliada às experiências do passado. Percebi em Ana Evangelista certo alívio por não mais fazer parte de sua realidade anterior. Observei que a sua casa era cuidada com muito esmero. Na sala de estar (Figura 13), o recanto da TV é o mesmo do pequeno aquário e do aparelho de recepção do sinal de antena.

Figura 13 - Recanto da TV e aquário na sala de estar.



Fonte: Célia Braga, 2013.

A cozinha parecia ter todos os eletrodomésticos necessários: geladeira, micro-ondas, máquina de lavar, etc. (Figura 14).

Figuras 14 - Cozinha vista em ângulos diferentes.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Chamou-me a atenção o banheiro com o espelho, o qual me faz crer numa satisfação de poder comprar algo novo para pendurar na parede de sua casa (Figura 15).



Figura 15 - Banheiro com espelho de parede.



Fonte: Célia Braga, 2013.

A seguir, apresento os trechos de sua entrevista que falam sobre seu dia a dia, seu sentimento pela casa, sua forma de lidar com o lugar no sentido de conviver com os vizinhos, e criar um ambiente de paz para se viver bem. Perguntei-lhe, primeiramente: *Como é a vida no Conjunto?* E ela respondeu:

*- Olhe é boa, é boa. Infelizmente, são pessoas. A vizinhança, hoje, ainda não conseguiram se adaptar a isso aqui. Tem pessoas que não sabem valorizar isso aqui que a gente ganhou, entendeu? Tem pessoas que querem fazer do mesmo jeito que era lá, né? Eu gosto, eu não tenho nada contra aqui, sou uma pessoa feliz, sou uma pessoa muito feliz. Graças a Deus, eu agradeço a Deus e a Lula porque, né? Por ter olhado pela pobreza. A*

*pobreza caiu muito. Mas a gente vai fazer o que, né? Se nem todo mundo pensa como eu penso. A gente tem que valorizar o que a gente tem, o que a gente conquista, poucas pessoas valorizam. Mas a convivência, tá bom, porque eu sei administrar as coisas (A.E. 2013).*

Percebi que Ana Evangelista apresentou certa inquietação com a falta de consciência, por parte de muitos moradores que não valorizam o que conquistaram. Ela deixou transparecer a preocupação da ausência de comprometimento de alguns deles para com a nova moradia, pois observa que continuam a manter antigos hábitos considerados, por ela, inadequados. Interpretei que, para se viver bem, é preciso saber driblar as barreiras da convivência e contornar com sabedoria as diferenças de cada um. Percebi a compreensão dela em relação à condição de que “quem tem uma casa, tem tudo”, e que uma forma de agradecer a oportunidade de tê-la é através da valorização daquilo que se possui.

Seguimos conversando, e lhe perguntei sobre os vizinhos, tanto os antigos quanto os novos que estavam chegando. Na primeira pergunta, abordei sobre os antigos: *Qual a importância dos vizinhos antigos?*

*- É porque já te conhece, já sabe do teu jeito, já sabe o teu estilo entendesse? Já tem uma certa intimidade com você, certo? E só (A.E, 2013).*

Compreendi que, na visão dela, o fato de já conhecer o outro facilita a convivência, uma vez que tudo pode ser melhor resolvido, quando existe uma maior liberdade de diálogo, sem muitas cerimônias, pois é comum se esperar uma maior abertura numa relação de amizade com o outro para se chegar a um consenso nas decisões e, principalmente, quando tensões venham a existir.

Sobre os novos vizinhos, perguntei-lhe: *O que você acha de conviver com vizinhos novos?*

- (longa pausa) *Ah, até que são pessoas decentes também. (pausa) é um ou outro só que... Mas... (A.E, 2013).*

Nessa resposta, ela se mostrou mais reticente, provavelmente pelo fato de não conhecê-los bem e julgá-los só pela aparência, entretanto, pareceu-me que acredita serem pessoas com quem pode conviver com tranquilidade. Também fiz-lhe outras perguntas fora do roteiro, para prolongar suas respostas e obter mais detalhes sobre seu convívio no Conjunto. Perguntei: *Você gosta de se reunir com os vizinhos, para ficar conversando?*

Ela disse:

- *Gosto, gosto. Ah, a gente vai ter que ouvir as fofocas também, né? a gente tem que ficar atento, tá por dentro. Eu moro aqui, mas (...) aconteceu isso, aconteceu aquilo. Não sei de nada. A não ser que quando a gente senta ali, como ontem mesmo, aí eu fui lá pra baixo. Aí a gente tava conversando, juntou umas três, quatro, cinco vizinha, aí vem outra do outro bloco ali. É tudo de Brasília. Às vezes, a gente tenta dar um parecer ao outro, dar um conselho. Fofoca em todo lugar tem, né? Mas se não fosse a fofoca, como é que o jornalista ia viver? (risos) Mas a gente tem que saber o que é que fala, né? A gente tenta conversar com os amigos pra dar umas orientações (A.E, 2013).*

Também perguntei: *São seus vizinhos antigos de lá?* Ela respondeu:

- *São, são, e outros que já vieram pra cá criança, né? Hoje já tão na fase adulta. A gente dá um puxão de orelha de vez em quando, quando tá fazendo uma traquinagem (A.E, 2013).*

E complementei: *Você se sente em casa com os vizinhos antigos?*

- *Me sinto* (A.E, 2013).

E para confirmar a minha percepção de que os vizinhos antigos seriam mais fáceis de lidar, eu falei: *as conversas são sempre com os vizinhos antigos de lá?*

- *Os novos são mais fechados, eles ficam meio... (o companheiro que estava presente acrescenta: eles tão chegando agora). Mas eu sou mais assim, eu já sou mais comunicativa, né? Eu sou mais assim de chegar na hora que... Do socorro. Eu faço mais esse estilo. Eu faço mais assim, (...) porque eu vou lá saber. Não, eu sou... "ah, fulano tá adoentado, fulano tá passando mal, ali". Eu me sinto muito bem com isso, entendesse?(...) eu não sou de sair da minha casa pra ir lá pra casa de fulano conversar, entendeu? Eu não tenho essa intimidade toda, converso, brinco, mas quando chegam aqui, "oi colega", "oi Ana tudo bom?", "E aí, como é que tá a praia?", "Tá tudo bem", assim... Eu não sou de sair daqui pra ir pra lá. (...) elas vêm porque tem outras pessoas aqui que conhecem, entendeu? Aí, elas vêm, é nesse motivo. Mas eu sair daqui assim pra ir conversar realmente só se for uma coisa de muita necessidade* (A.E, 2013).

Os recortes acima me ajudaram a entender que a preferência pelos vizinhos antigos é clara, e com os novos, ao passar do tempo, e com a adaptação, a amizade poderá vir a existir. Entretanto, percebi que Ana Evangelista, por ter um lado mais solidário, e ao mesmo tempo caseiro, prefere se aproximar para ajudar os outros, a viver visitando seus vizinhos. Percebi que, para ela, é necessário estabelecer limites para se manter uma boa relação com os outros e viver bem.

Ficou claro, para mim, que a casa para Ana Evangelista é seu refúgio. E durante a nossa conversa lhe perguntei: *Como é que você se sente morando nesta casa?* Ela disse, com muita emoção em suas palavras:

*- Ah, eu me sinto feliz. A melhor coisa do mundo que aconteceu na minha vida. (...) felicidade plena. Pra mim, eu estar em paz com aquilo que é meu (ênfase), entre aspas, até porque ninguém aqui tem documento da casa, entendeu? Mas só o fato de você tá... Não tá pagando aluguel, não tá naquele sufoco da beira da praia, da maré, entendeu? Isso é tudo! Pra mim, eu sou a mulher mais feliz desse mundo. Quando eu cheguei aqui, que eu peguei a chave, que eu abri, mesmo que não tinha reboco, tava ainda no tijolo, né? Não tinha piso ainda, era aquilo grosso, é... Cheio de poeira. "Ah, meu Deus, muito obrigado, e obrigado". Quem tem uma casa tem tudo, (...) isso aqui é tudo. Você tem que pagar o que você gasta. A luz, a água, mas, eu me sinto como uma mulher felizarda, uma pessoa realizada por tudo que eu já passei na minha vida, entendesse? (A.E, 2013).*

O depoimento dela deixa claro que casa é sinônimo de felicidade. E que para se viver bem, não precisa de luxo, mas da segurança que a construção sólida de alvenaria lhe trouxe. Percebi que a casa também lhe proporcionou a paz da estabilidade, e que nem o fato de pagar as taxas<sup>61</sup> por seu consumo de água e energia, e nem o de não possuir Escritura de Registro no Cartório de Imóveis, como proprietária do imóvel, não mudou seu sentimento de auto realização, pela nova realidade que estava vivendo. Interpretei que a cena de pegar a chave e abrir a porta simbolizou, para Ana Evangelista, a entrada no paraíso. Se antes vivia na incerteza dos riscos que corria

---

61 A taxa popular tem percentual mais baixo.

diariamente, hoje sua casa lhe oferece segurança, que, na minha ótica, remete a uma situação de bem viver.

Na ânsia de saber mais sobre sua rotina no Conjunto, perguntei a ela: *Quais são as atividades que você costuma realizar aqui na sua casa?* Ela disse:

- *Eu sou dona-de-casa, né? Eu faço o que a dona-de-casa faz, (...) eu lavo, eu (...) cozinho, eu cuido do meu amado, ele cuida de mim. (...). Mas eu ando muito cansada, desde os sete anos, você trabalhando, chega aos quarenta e seis, você já se sente cansada. E trabalhar em beira de praia, é muito cansativo, além do Sol, tem a maresia, tem o estresse de cliente. Você tem que ter a cabeça muito boa, pra você lidar com o povo, o povão que não é fácil, né? Aí, eu já tô me sentindo cansada, por causa disso aí. Mas amo arrumar minha casa, ajeitar minha casinha (A.E, 2013).*

Notei que o cansaço da dura lida da praia como comerciante é um detalhe que é esquecido quando contrasta ao falar de sua casa, de cuidar de seu cantinho, que lhe dá a satisfação de realizar as tarefas de casa, de cuidar de tudo e se sentir cuidada e amparada pelo aconchego do lar. Senti que, mesmo a distância e as dificuldades de trabalhar na praia, como vendedora ambulante, nem a privam do prazer de zelar pela casa que agora lhe pertence nem lhe impedem de sentir contentamento por ela, o que me leva a crer numa situação de bem viver.

Em outro momento da entrevista lhe perguntei: *Tem alguma coisa que você mais gosta de fazer aqui no conjunto?* Ela respondeu:

- *Ah, eu adoro limpar lá embaixo, limpar, lavar, deixar tudo limpinho, a escada. (...) o que eu mais gosto de fazer é limpar, ir lá pra baixo, quando eu posso, dar uma olhadinha, porque ficar enfiada aqui dentro... (A.E, 2013).*

Pareceu-me que, mesmo sendo uma pessoa caseira, Ana Evangelista não esconde o prazer pela limpeza da área externa e comum dos moradores de seu prédio, isso leva a entender que, para ela, a higiene do local onde se vive é imprescindível para a manutenção de uma vida saudável, reação inconsciente em relação às condições precárias da vivência anterior. Percebi que ela também demonstra simpatia em conhecer o lugar em que mora, quando desce para *dar uma olhadinha* no movimento das ruas do Conjunto, e conversar com algum vizinho que, porventura, esteja por perto, essa percepção me leva a crer em outra situação de bem viver, porque conhecer o lugar onde se mora, favorece a identificação com ele.

Em meio a essas conversas, acrescentei outra questão: *Em sua opinião, o que faz uma pessoa gostar de um lugar e se identificar com ele?* Achei interessante a maneira como ela abordou a questão, que depois de uma pequena pausa respondeu:

- *Quem faz o ambiente é as pessoas. Se você não consegue se adaptar naquilo ali, então é melhor você sair. Porque, ou você vai viver infeliz pro resto de sua vida, né? Se não consegue se adaptar com o local e com as pessoas, a gente tem que aprender a lidar com elas, certo?(pausa). A resposta é essa. Ou você aprende a conviver com aquelas pessoas... É uma questão também de respeito, então você é, ou talvez, eu tente mostrar pra você, que você é melhor do que você se coloca. Porque tem pessoas que gostam de viver deprimido, ou fazer isso, ou aquilo. Então, você chega e mostra pra pessoa que você é melhor, que ela tem coisas melhores pra oferecer. Você tá entendendo o que eu quero falar?(...) assim, se fulano se acha que é pior do que o outro, então você chega e tenta conversar com ele, mas você sabe que ele não vai (...), então, você respeita fulano, fulano na dele e eu na minha, se é*

*coisa que não dá pra tu se envolver, então tu, fulano lá e eu cá. Se você não pode chegar até o indivíduo, você deixa ela lá, na dele, e siga a tua vida. Precisou, entendesse? Eu não sofro com isso aqui não, graças a Deus! Respeito todo mundo e todo mundo me respeita. Quem não me respeita, dou desprezo, e deixo o camarada pra lá, agora... Entendeu? (risos) (A.E, 2013).*

Interpreto que Ana Evangelista apresenta, em sua narrativa, uma forte preocupação com o respeito ao próximo. Para mim, ficou claro que ela entende que a felicidade de morar num lugar depende das relações estabelecidas entre as pessoas que fazem parte daquele ambiente. Entendo que ela vê o outro como elemento importante, que deve participar e perceber sua importância como pessoa, que pode contribuir para uma convivência pacífica e tranquila. Percebo que ela se sente atuante quando se aproxima do outro e tenta ajudá-lo com sua atitude, para que o outro também entenda que é importante, e que tem que agir para o bem de todos. Vejo que existe em Ana Evangelista uma consciência de cumprir sempre com seu dever e de mostrar ao outro o caminho para melhorar a convivência. Nessa leitura que faço de seu agir e de se preocupar com o outro, percebo o bem viver.

Abordei também o assunto sobre o descarte do lixo, porque creio que a limpeza faz parte de uma parceria entre moradores, e que significa trabalhar pelo desenvolvimento e cuidado do lugar onde se vive, em prol do bem viver de todos. Perguntei a Ana Evangelista: *Como é que você descarta o lixo?* Ela respondeu:

*- O lixo? Fizeram uma lixeira lá na frente. Uma coisa que eu achei muito errada desses bloco, foi fazer lixeira embaixo do prédio. Porque era uma imundície tão grande, criatura! Assim, quando a gente chegou pra morar aqui. Parece que tinha aquele (...), o coletor, como é que chama, o caminhão quando vinha tirar o lixo. Aí, passou a dizer que*



*não era mais trabalho deles fazendo, que a gente não pagava condomínio, a não ser quando era condomínio fechado, disse que não tinha obrigação mais de entrar aqui pra fazer a limpeza, a arrecadação do lixo. Eu disse, e porque fizeram lixeira, aqui? Já de imediato, já fez errado. Que a lixeira tem que ser lá fora, aí, isso aqui ficava, minha nossa senhora! Se juntava o pessoal do prédio todo, vamo fulana, bora fulana, aí era um monte de mulher pra fazer a limpeza. Aí, a gente descia ali, eu como eu tenho fobia, eu não descia (riso) dentro da cisterna, porque eu tenho medo. Então, as meninas descia e eu ficava só arrecadando água suja e a gente fazia a limpeza todinha, né? Fazia a higiene da cisterna, e da caixa lá de cima (A.E, 2013).*

Ao perceber que, na sua narrativa, ela criticava bastante a situação de sujeira no andar térreo do prédio, resolvi estender um pouco mais a pergunta para dissipar minha curiosidade: *e quem é que jogava o lixo lá embaixo, de cima?*

*- Os moradores, minha linda!(...) depois foi diminuindo, quando o coletor foi lá pra fora. Aí, foi que deu uma melhorada. Aí, já ninguém, muita gente já não queria mais descer pra limpar. (...) mesmo sem lixo ali, tem que limpar, tem que varrer, né? Porque vem lixo voando, (...) sempre aparece um engraçadinho, que joga uma sacolinha ou outra, entendeu?(...) aí, como a gente não sabe quem foi, fica difícil. Quando eu vejo na hora, eu chamo a atenção, mas chamo a atenção com jeitinho, que é pra eu não apanhar também, né? (risos). Aquela delicadeza: “amor, faça isso não, amor”, “pegue esse lixinho e deixe dentro da sua casa”, “ah, mas é lixo!”, “é lixo, por que você vai deixar aí?”, “eu sou sua empregada?”. “Quer*

*dizer, que eu saio da minha casa pra não ver isso aí sujo, (...) deixo de fazer minhas coisas dentro de casa, pra ir limpar o que você está sujando?”, “Você tira a sujeira da sua casa, e põe aqui embaixo pra eu limpar?”, “eu não tô dizendo isso não, D. Ana”, “você não tá dizendo, tá fazendo!”. Você tem que bater de frente e falar de um jeito que a pessoa se manque, e também não fique com raiva, né? Você também não cria inimizade. Mas teve um que fazia tanto, (...), que eu peguei as duas sacola de lixo, eu digo: “você quer que eu coloque dentro da sua casa?”, (...), “não”, então, pôxa, eu limpo tudinho ali, vê como tava bonitinho, só tua sacola de lixo que foi pra lá”.(...) Aí, eu vou e falo daquele jeito todo espranaviado, aí, a criança manda eu pra aquele canto...(...) Então é nessas coisas que eu tô falando (risos) (A.E, 2013).*

Nos dois recortes acima, percebi que Ana Evangelista tem uma preocupação pelo lugar onde mora. Fica claro, para mim, que ela está sempre envolvida com a limpeza de seu bloco e procura mostrar para os outros moradores que é necessária a ajuda e empenho de todos para o bem estar da coletividade. Percebi que ela sempre tem cultivado o respeito entre as pessoas com quem tem contato e procura ajudá-los, pois sabe das dificuldades de lidar com elas, até mesmo porque conhecia a realidade anterior. Entendi que os moradores, aos poucos, mesmo que com resistência por parte de alguns que não mais queriam descer para efetuar a limpeza do andar térreo, foram se adaptando com as novas lixeiras, e, aos poucos, a prática de levar o lixo para o lugar adequado foi se tornando parte da rotina dos moradores. As lixeiras facilitaram muito a coleta pelos caminhões de lixo, que agora entram e recolhem direto dessas lixeiras. Mas, apesar de haver ainda certa resistência de algumas pessoas em se deslocarem para colocar o lixo no lugar adequado, entendo que as iniciativas de Ana Evangelista em esclarecer e chamar à responsabilidade os moradores, e lhes mostrar o que é certo e errado num condomínio, habitado por

peessoas que antes não praticavam esse costume, apresentam-se, para mim, como uma atitude em prol do bem viver.

CLÁUDIA MARIA

Entrevista realizada em 16/01/2013.

Cláudia reside no apartamento 108, térreo, do bloco 22. Tem 43 anos. Coursou o Ensino Fundamental até a 7ª série e hoje é Cabeleireira. Vive em união estável com seu companheiro, e, dessa união, tiveram uma filha, Clara, que nasceu em Brasília Teimosa, na época em que vivia na palafita. Atualmente, sua filha está com 17 anos, já concluiu o Ensino Médio e trabalha como Jovem Aprendiz<sup>62</sup>. Ao lado de seu apartamento, Cláudia abriu o próprio negócio: um pequeno Salão de Beleza (Figura 16), para complementar a renda da família. Ela mencionou o fato de sua clientela ser pequena por ter mantido seu negócio fechado por algum tempo. Agora, ela pretende conservá-lo aberto para atrair mais clientes. Entretanto, ressalta que, por causa do baixo poder aquisitivo dos condôminos, não pode almejar ter muitos clientes de forma regular, nem almejar grandes lucros que dispense qualquer outra fonte de renda. O casal possui uma renda mensal de aproximadamente um salário mínimo<sup>63</sup>. Ela mora no Conjunto com seu companheiro e sua filha, há aproximadamente sete anos<sup>64</sup>. Observei que ela tem um cuidado especial com seus jarros de planta e em manter a fachada de seu apartamento sempre limpa (Figura 17).

---

62 O Programa Jovem Aprendiz do Governo Federal é uma parceria estabelecida entre Instituições e Empresas, que tem por objetivo preparar o jovem estudante para o mercado de trabalho.

63 Em 2013, o salário mínimo era de R\$ 678,00.

Disponível em: <[www.contabeis.com.br/tabelas/salário-minimo/](http://www.contabeis.com.br/tabelas/salário-minimo/)>.  
Acesso em: 06 ago 2014.

64 Ela afirma ter-se mudado para lá em março de 2006.

Figura 16- Vista do salão de beleza e, aos fundos, muro limite da área lateral do Conjunto.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Figura 17- Frente de seu apartamento.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Quando entrevistei Dona Cláudia, na sala de seu apartamento (Figura 18), estávamos sozinhas, a princípio, antes de sua filha aparecer e presenciar silenciosamente nossa conversa. Percebi que em suas palavras havia certo tom de emoção. Logo no início de nossa conversa, ela se mostrou bastante à vontade para responder as minhas perguntas. Conversamos sobre o passado em Brasília Teimosa e o presente, no Conjunto.

Figura 18 - Recanto da TV e vídeo na sala de estar.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Ficou claro, durante toda a entrevista, que o fato de agora morar numa casa de alvenaria trouxe muitas mudanças para sua vida. Ela me contou sobre a dificuldade de adaptação logo que se mudou, mas que conseguiu superar a estranheza do novo lugar, depois que se deu conta de sua grande dimensão simbólica e real, a partir do momento em que passou a vivê-lo e, por consequência, conhecê-lo.

A seguir, apresento trechos da entrevista onde ela fala sobre a vida no Conjunto e o sentimento por sua nova casa, a partir da pergunta: *Como é a vida aqui no conjunto?* Ela respondeu o seguinte:

- Ah, aqui, é como eu tava dizendo, né? No começo eu tive crise de nervos, porque eu não conhecia o lugar, é uma estrangeira, né? Eu não conhecia o lugar, o povo falava muito daqui, porque aqui não presta, porque não sei o que, e aqui é uma loucura, aí, depois eu fui conhecendo o lugar, né? Fui conhecendo o lugar, fui vendo que não era nada daquilo que o povo dizia. Aqui tem hospitais, que você pode ir a pé, sem precisar pagar ônibus. Tem vários hospitais aqui perto, que você pode ir a pé. Aqui tem Bompreço, aqui tem supermercados grandes, né? Aqui tem, é... Shopping que você pode ir a pé, se você for a pé, você ainda chega em shopping aqui. Então, ônibus aqui, passa ônibus pra tudo quanto é lugar. Então, eu, de repente, eu parei pra analisar, meu Deus, que lugar maravilhoso que eu moro! (C.M., 2013).

Compreendi que, para Cláudia, conhecer o lugar é condição necessária para se estabelecer uma boa relação com ele. Notei que, para ela, as pessoas perdem tempo em discutir sobre situações que, muitas vezes, aparecem como verdade, e, por falta de conhecimento e interesse em verificar como verdadeiramente as coisas acontecem, acabam por estabelecer falsas conclusões, e criar estereótipos que comprometem as relações com o lugar. Ficou claro, ao longo de seu discurso, que através de um olhar atento, ou mesmo dedicar uma atenção especial, seria possível encontrar nas imediações do Conjunto Habitacional a existência de serviços essenciais.

Interpreto que Claudia apresenta, em sua narrativa, uma preocupação em construir e consolidar para si uma imagem diferente daquela construída por outras pessoas a respeito do Conjunto, antes mesmo de sua transferência de Brasília Teimosa para lá. E que, ali chegando, pôde sim, ver que havia imensas vantagens em residir no novo espaço, por existir serviços essenciais, e de fácil acesso, nunca antes pensados, se

comparados ao lugar de outrora, e viu nisso benefícios que dignificam sua vida.

Se para fazer compras de gêneros básicos teria que recorrer à venda próxima de sua casa, o supermercado, onde nunca imaginara colocar os pés, agora poderia ir a pé. Se antes não pensara em ir a um shopping por ser longe, agora estava a poucos minutos de sua moradia. Os ônibus para todas as localidades da Cidade passavam ali, na frente de sua casa. Se antes teria que tomar ônibus para obter uma consulta médica, agora o hospital está perto, pode ir a pé. Logo, sua leitura daquele espaço projetou para si todas as vantagens que um lugar como esse lhe oferecia. Nestes termos, ele foi ressignificado, por lhe proporcionar melhores condições de vida e, por isso, julgo essa descrição como uma circunstância de bem viver.

Na tranquilidade de sua casa, continuei nossa conversa para saber mais sobre sua vida e a relação com os vizinhos. Perguntei a ela: *qual a importância dos vizinhos antigos?* Ela respondeu:

*- A importância é assim, a gente pode conversar melhor, né? A gente sabe que aquela pessoa conhece melhor a gente. Qualquer mal entendido,... Alguma coisa, né? Aquela pessoa já conhece a gente, aí diz: "ah, não Cláudia, é assim.", "a irmã Cláudia é assim, assado, deixa, não faz nada não, não fala nada não. Não fala nada, que ela é conhecida, conheço ela, sei da índole dela", entendeu? A vantagem é essa (C.M., 2013).*

Entendi que o fato da pessoa ser conhecida traz confiança para Cláudia, e dessa forma, a familiaridade gera benefícios para sua relação com as pessoas. Morar num lugar onde você é respeitado, porque você já tem um grau de intimidade com aquela pessoa, e você tratar bem o outro, e ser correspondido, pela confiança da amizade já construída, traz a facilidade, satisfação e a segurança de saber que se pode contar com o outro, em qualquer situação. Percebi que as amizades antigas na vida de Cláudia fazem mais sentido, pela

possibilidade de maior cumplicidade, de se perceber que é mais fácil lidar com o que já se conhece. Percebi que ela se sente protegida e amparada pelas amizades construídas do passado, condição que me leva a acreditar num estado de bem viver.

Entretanto, a presença de pessoas que ela não conhece, mesmo que vizinhos da situação anterior, também faz parte de sua realidade. Perguntei a Cláudia sobre essas pessoas que, em sua maioria, não teve a aproximação necessária para desenvolver laços de amizade. A seguir apresento o trecho da entrevista onde lhe perguntei sobre o assunto: *O que acha de conviver com vizinhos novos?* Ela respondeu:

- *É difícil, viu? É difícil a adaptação, né? É como a gente chegar numa cidade nova, né? É difícil, mas a gente sabe que todo mundo é de um lugar só, porque conforta, o que é melhor é isso, né? A gente sabe que: "ó, fulano, tu morava onde?", "eu morava na rua tal, morava em tal rua". Já cria uma certa intimidadezinha, mas é difícil, inclusive por eu não viver muito na casa dos outros, por as pessoas não viver em confusão, essas coisas. As pessoas praticamente não me conhecia, nem conhecia minha família. Então, teve muitas pessoas que disse: "quem é essa daí?", "morava na palafita?", "conversa, menina! tu comprasse esse apartamento, eu morei lá há doze anos em tal canto assim". Aí, depois foi que as pessoas foi vendo que a gente morava realmente lá. Porque eu fechava meu barraco de manhã, abria de noite e ninguém quase não via a gente (C.M., 2013).*

Percebi que a segurança que Cláudia sente no Conjunto é estabelecida pela presença daqueles que já conhece, e que vieram da situação anterior em Brasília Teimosa. Mesmo que, para ela, muitos não a conheciam, e vice-versa, apenas por saber que todos vieram da mesma localidade, traz-lhe confiança. Não é fácil mudar para um lugar estranho, e perceber que vai



morar nele. Percebi em Cláudia a segurança de morar no Conjunto, mesmo sem conhecê-lo, porque sua situação era semelhante a de todos que vieram do mesmo local onde moravam, e que permaneceram moradores-vizinhos no novo lugar. Entendi que, apesar dela considerar a convivência difícil com pessoas que nunca teve aproximação, existe uma zona de conforto para ela, pois todos vieram da mesma realidade anterior, e que entendo como uma condição de bem viver.

Quanto a sua casa, percebi que Cláudia sente imensa felicidade em ter seu canto pra viver. Perguntei a ela: *como você se sente morando nessa casa?*

*- Ah, eu me sinto gente, né? Me sinto gente (com lágrimas de emoção nos olhos). Quando eu cheguei aqui, que eu recebi a chave disso aqui, eu me senti uma rainha, era a única coisa que faltava na minha vida, né? Pra eu me sentir gente. E eu me senti. "Meu Deus do céu, é meu! (com ênfase no M), isso aqui é meu! É minha (ênfase) casa". Quando eu abri o chuveiro e vi essa água todinha no chuveiro, quando eu olhei a pia, que tinha água na pia, eu digo: "Meu Deus, que coisa maravilhosa!" Foi uma sensação de que eu virei gente, porque eu acho assim, minha mãe tem um ditado que diz assim: o camarada que não tem uma casa pra morar ele é pobre miserável. Né? Ele não tiver uma casa pra morar, ele é pobre miserável. Porque você paga hoje, já tá devendo na mesma hora. Minha mãe viveu muitos anos de aluguel. Então, eu sei da importância que é a gente ter uma casa própria, eu sei a importância. Então, foi muito importante pra mim, é uma virada, né? Você muda de situação, assim... De repente você se vê... Mudou a situação, você já tem endereço, você já pode botar um telefone, você já, é outra coisa, você já chega, já tem carro de lixo, né? Você já tem, né? Chega uma carta na sua casa, é*

*outra coisa, você já pode dizer assim: “Olha, eu moro em tal canto assim... assim”. É sua casa, é minha casa, não precisa mais dar o endereço dos outros. É muito bom. Muito bom mesmo (C.M., 2013).*

Nessa conversa, Cláudia se manteve tranquila e bem à vontade para relatar seu sentimento pela morada. Tomada pela emoção, a entrevistada deixou transparecer uma noção de pertencimento e identificação com aquele lugar, que passou a ser legitimado por ela, quando se referiu a ele como seu. A partir dessa leitura, observou-se que novas ações e relações sociais passaram a ser percebidas e construídas pela própria moradora, quando falou da possibilidade de se instalar um telefone, da sua casa receber os serviços da Prefeitura através da coleta efetuada pelo carro do lixo, e do fato de ter endereço fixo. Pode-se afirmar que a estabilidade que lhe foi concedida pela realidade da casa nova, conferiu-lhe identidade, configurada no sentimento de sentir-se gente, como se antes, a pessoa, dada a vida que levava, fosse um animal irracional ou mesmo um vegetal, e que dali em diante pudesse mesmo se reconhecer, como gente. Entendemos que essa postura aponta para uma virada do sujeito no mundo, visto que se sente objeto das ações políticas do Estado. Direitos mínimos elementares como um banho digno, de chuveiro, não constava dentre seus benefícios cotidianos. Uma série de instrumentos e serviços que se apresentam como direitos elementares da pessoa, passavam por longe, sem que ela tivesse acesso. A partir daquele novo habitar, tudo estava ao seu dispor, contando que já projetava novas aquisições para melhorar ainda mais seu conforto, daí sentir-se gente. Sentir-se gente resume a plenitude de sentimentos que aponta novo devir na vida da cidadã Cláudia.

As atividades que Cláudia realiza em sua casa são as que já costumava fazer, e percebi que, pela forma como narrou, são regadas de satisfação e orgulho em mostrar que fazem parte de sua vida como cidadã. Perguntei-lhe: *quais as atividades que você costuma realizar em sua casa?*

*- Lavando prato, lavando roupa (risos). Eu tenho um salãozinho aqui do*

*lado, né? Raramente aparece um cliente, (...). Eu gosto muito de cuidar do meu cantinho. Você vê, né? Que não tem piso, mas tá tudo limpinho. Tem cachorro, mas não parece que tem cachorro, né? Tudo cheirosinho, tudo limpinho, tudo cheirosinho, mantenho minha casa sempre limpinha, arrumadinha. Sempre que eu posso faço um almoçozinho, alguma coisa, né? Com a minha família. Reúno minha família, uma vez ou outra, minha família de Brasília Teimosa vem por aqui (C.M., 2013).*

Entendi que a nova casa lhe trouxe a possibilidade de cuidar dela com esmero. Ficou claro que a maneira como se referiu às suas atividades, usando os adjetivos na forma diminutiva, trouxe um ar de zelo, atenção, respeito pelo seu novo espaço e, sobretudo, valorização de seu trabalho, quando percebe que é possível manter sua casa arrumada, mesmo que sem luxo. Percebi que o lazer também faz parte de sua rotina, quando planeja o almoço da família, com o prazer de receber em sua casa seus demais familiares.

Na minha visão, a casa trouxe para Cláudia a chance de poder se sentir parte da Cidade, onde ela organiza sua vida, cria possibilidades, e faz dela seu aconchego, quando diz que gosta de cuidar de seu “cantinho”. Percebi, que pelo fato de ter cachorro, vindo da situação anterior, a casa poderia ser infectada ou mal cuidada pela presença do animal. Entretanto, interpretei a sua preocupação em se fazer clara que nem mesmo o cachorro tiraria a atmosfera de bem estar que a nova casa lhe proporcionara. Essas atitudes me levaram a acreditar num quadro de bem viver.

Perguntei a Cláudia sobre, além de sua casa, alguma coisa que também gosta de fazer no entorno do Conjunto. Perguntei: *Tem alguma coisa que mais gosta de fazer no Conjunto?* Ela pensou um pouco e disse:

*- (...) Eu gosto de me sentar ali na frente, quando eu tenho tempo, né? Me sentar ali na frente, às vezes, eu fico*

*conversando, que não é sempre que eu tenho tempo, a gente que... (...) não é nem muito bom, né? Tá muito assim, mas às vezes, eu fico ali na frente, sentadinha, levando ali um ventinho, né?(...) com alguns vizinhos. (...) Os novos daqui, né? De lá, tem alguns que moram pra lá, não moram aqui no bloco que eu moro, não. Então, eu, geralmente, não vou pro lado de lá. Vou, quando eu passo, mas pra tá indo pra lá, pra tá indo... Não, eu fico aqui. E, as raras vezes, eu gosto muito de tá ali sentadinha. Às vezes, pego meu prato, às vezes quando meu marido tá, né? É raramente. Ele pega o prato, senta ali na calçada, e eu e minha menina vai almoçar ali. Se junta três ou quatro vizinhos: “oh, vamo almoçar fora, minha gente!” Se senta ali na frente, fica comendo. e é assim que eu gosto, de me reunir com meus vizinhos (C.M., 2013).*

Percebi que Cláudia, apesar de se considerar um pessoa mais caseira, e de gostar de estar em sua casa, ela demonstra interesse em interagir com os que ali moram. Imagino que a brisa, no Conjunto, trouxe para ela a tranquilidade de seu frescor, sem o agito de antes. Percebi também a satisfação presente em sua vida, em ela poder se reunir com os vizinhos e entender que, naquele espaço, ela pode se divertir, jogar conversa fora, e até improvisar a hora da refeição. Achei interessante que as ruas do Conjunto também proporcionam esses momentos de lazer, quando Cláudia se encontra com seus conhecidos de antes. Interpretei que existe sentimento de bem-estar nesse tipo de atividade e, igualmente, bem viver.

Entendi que gostar de um lugar para Cláudia vai além de sua estrutura física, e que para isso vir a acontecer é necessário se sentir bem nele. Então lhe perguntei para confirmar o meu entendimento: *em sua opinião, o que faz uma pessoa gostar de um lugar e se identificar com ele?*

*- Quando você se sente bem num lugar, aí, você gosta dali. Se você se sente*

*bem onde você mora, você gosta daquele lugar. (...) Tem a ver com tudo. Com o espaço, com as pessoas, o local onde você mora. Você se sentir bem ali, naquele lugar... (...) é você tá perto de tudo, né, aqui eu me sinto perto de tudo. Eu me sinto satisfeita em morar aqui, eu me sinto muito bem em morar aqui. Porque, primeiro, é minha casa, minha casa própria. Primeira casa. Agora vai ser a minha (ênfase) casa. Aí, não tinha como eu não gostar. E pela localidade também, como eu disse, a localidade é perto de tudo. Minha mãezinha também mora aqui no Conjunto, lá na frente. Então eu me sinto melhor por isso, porque minha mãe mora perto de mim, né? Se minha mãe não morasse, que se minha mãe não morasse perto de mim, eu já tinha vendido isso aqui por qualquer (...) ia-me embora lá pra perto de minha mãe. Mas ela mora aqui pertinho de mim. E eu tô bem, eu me sinto acobertada. (...) Aqui eu me sinto como se eu tivesse no interior. (...) eu me sinto, quando eu respiro aquele ar, é como se eu tivesse respirando ar puro mesmo do interior, de mata. Aqui tem isso, você vê tão perto da Cidade, né? A vida na Avenida é tão agitada, mas esse pedaço aqui é bem calmo, é bem arejado, bem gostoso mesmo, natureza. É isso, é bem natureza. (...) A gente tirou os capim, porque tinha uns capinzinho, né? (...) eu quando cheguei plantei muita, tive muita planta, mas os meninos começaram a pisar, começaram a coisar, aí, eu peguei e não botei mais. E, pra você vê, tem na maioria dos térreos, fizeram essa puxada, que eu já não fiz ainda por conta de dinheiro que eu não tenho, que é bem melhor pra gente, inclusive lá atrás eu fiz uma puxadazinha, porque era horrível, a turma ia lá pra trás pra fazer o que não*

*devia, né? Aí, eu já fiz essa puxada pra evitar. Que ninguém conseguia dormir de noite aqui. E aqui eu já não puxei aqui na frente, onde é esse jardim por conta de dinheiro também, pode ver que a maioria fizeram essa puxadazinha, onde era o jardim, fizeram essa puxadinha, por que aí, já aumentou, já fizeram uma área de serviço. Faz uma coisa maior, né? (C.M., 2013).*

Percebi que Cláudia é bastante próxima de sua mãe, fato que a faz se sentir segura no Conjunto e, ao mesmo tempo, percebo que ela, igualmente, quer trazer segurança para sua mãe. Entendi que, para Cláudia, gostar de um lugar é condição *sine qua non* para se ter satisfação em estar ali. É clara a posição de Cláudia quanto aos benefícios de morar no Conjunto, e, sobretudo, em dispor dos serviços de que necessita, bem perto de sua casa. Percebi que a satisfação de Cláudia vem também da realidade de ter sua casa, porque, ao contrário das incertezas de antes, agora se tornou uma realidade em sua vida. Pelo fato de não ter mais como perdê-la, entendo que existe em Cláudia a referência sólida de que não vai mais haver a possibilidade de não mais tê-la. A ideia de propriedade me leva a crer numa condição de bem viver.

Entendi que o ar do Conjunto, para ela, traz o frescor e o cheiro do interior, em contraste com o ar da Cidade, uma vez que mora numa área urbana. Interpretei que isso lhe dá satisfação e bem-estar pela proximidade com a natureza.

Percebi, também, que as modificações físicas, realizadas por ela em sua casa, transmitem a necessidade de transformar o lugar num ambiente que imprima a marca da segurança, como foi o caso do puxadinho do Salão de Beleza, que além de lhe dar possibilidade de aumentar a sua renda, ainda permite que se sinta tranquila em não mais ter que permanecer acordada, pelo incômodo dos fumantes que se dirigiam ao local para consumir sua droga. Além disso, existe também a vontade de ampliar sua casa para criar novos espaços de convivência, fato que ainda não se realizou, por não ter condições financeiras para realizar as transformações que considera necessárias.

A questão da organização do seu bloco também foi abordada na entrevista. Eu então perguntei a Cláudia: *Como você descarta o lixo?*

*- A gente deixa numa esquina, tem um lugar ali, tipo uma lixeira. Fizeram uma lixeira. Aí, vem o carro do lixo, à noite, todo dia, ou dia sim dia não, e vem e pega o lixo. Foi a gente que fez a lixeira. Se juntou os moradores, e fez a lixeira, mas não tinha não. A gente que fez. Tinha a lixeira, que foi feito com lixeira. Acontece que, por conta de alguns moradores não civilizados, aí, o que é que eles faziam? Eles jogavam abaixo, ficava aquela imundície aí, não botava dentro da lixeira, e, também, os carros de lixo não vinham direto pegar na lixeira aqui. Aí, às vezes, voltava dali. Vinha pro começo dos prédios e voltava. Não vinha até o final. A gente tinha que levar os lixos pra lá. Aí, a gente interditou e começamos a botar lá fora (C.M., 2013).*

Entendi que a colaboração dos moradores para que se tivesse um lugar específico e mais visível, onde o carro do lixo pudesse recolher o entulho, foi de muita valia, o que prova que existiu vontade, por parte dos moradores, em implantar melhorias para facilitar as coletas. Percebi que o lixo no Conjunto era um problema, sem a colaboração das pessoas.

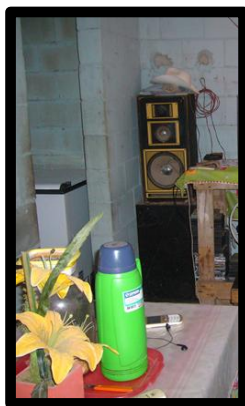
Naturalmente, as dificuldades em organizar um condomínio desse porte vão sendo minimizadas quando os moradores começam a entender que é preciso colaboração para uma convivência tranquila e organizada. Nesse sentido, entendendo que a preocupação em dirimir os obstáculos que levariam a situações já existentes no passado, acusa uma condição de bem viver.

**JOSÉ AMARO**

Entrevista realizada em 26/12/2012.

No período em que vivia em Brasília Teimosa, José Amaro era pescador. Na entrevista, ele falou que tinha 44 anos de idade. Ele mora na casa 14, na área do Conjunto reservada às casas térreas. Com ele vive sua companheira e sua filha. Sua casa é aconchegante e parte de sua mobília, segundo ele, é doada. Observei um conjunto de som na sala, e remeti ao que me falou sobre a tranquilidade que a música lhe traz (Figura 19). José Amaro cursou o Ensino Fundamental, mas não chegou a concluí-lo. Ele alegou estar desempregado, entretanto, procura realizar serviços informais, aos quais os chama de “bicos”. Sua companheira recebe aposentadoria por invalidez, devido a problemas de saúde. A renda da família se resume ao salário mínimo percebido pela companheira, além dos biscates que ele procura para complementar as finanças. Ele afirmou morar no Conjunto há seis anos e na palafita de Brasília Teimosa, por aproximadamente quatro anos. José Amaro reclamou do Posto de Saúde comunitário, e afirma que o mesmo está lá apenas como figura ilustrativa, ou “de enfeite”, como assim se referiu ao local.

Figura 19 – sala de estar e jantar com acesso à cozinha



Fonte: Célia Braga, 2012.



A entrevista com Seu José Amaro aconteceu no quintal de sua casa, um ambiente reformado por ele para permitir mais privacidade a sua família e, de certa forma, mais segurança. É uma área reservada a jardim, mas requalificada por ele para ampliar seu espaço de convivência dentro de casa, para a realização dos serviços domésticos como lavagem de roupa, área livre para o cachorro, etc. (Figura 20).

Figura 20 - Quintal-terraço da casa.



Fonte: Célia Braga, 2012.

José Amaro se mostrou bem solícito em ajudar, respondendo as perguntas, e contou muitas histórias da época em que morava em Brasília Teimosa. Da mesma forma que agi com os outros, utilizei o roteiro de entrevista, e lhe perguntei sobre a vida no Conjunto: *Como é a vida aqui no Conjunto?* Ele disse:

*- Minha rotina era às mil maravilhas, mas aqui em Cordeiro a minha vida foi de mal a pior. Lá eu tinha meu dinheirinho abençoado, tinha minha*

pescaria, (...). Tudo tinha. (...) Quando eu não ia pescar, eu ia lá e ajudava, eu ganhava meus quarenta, cinquenta reais, vinte reais, eu botava no bolso... “óh, o dinheiro da carne nega”, entendeu? Mas só que aqui não melhora nada, só faz piorar. Eu, no meu futuro, não queria sair nunca de meu barraco. Pois, se o pessoal fizesse de alvenaria, era na beira da praia, porque tudo a gente tinha ali. Tudo. Era médico, tudo ali, e como tem. Aqui, um médico não tem. Um médico? Tem que marcar daqui a um ano, daqui a um mês, pra marcar pra gente aqui. E a gente sofre. E aí, como se diz o ditado, a gente veio pra aqui morar porque, graças a Deus, foi Lula, primeiramente Deus no Céu e a gente na Terra, e ele disse que ninguém nunca tira a gente dali. Ele lutou pela gente pra tirar a gente dali. Eu sei que o PT não tem nada a ver com a gente, mas ele fez uma moradia digna pra gente morar. Mas se eu soubesse que aqui era desse jeito, eu não tinha ficado nessa casa. Eu tinha dado um jeito pra vender essa casa pra voltar pra Brasília Teimosa. Ninguém aqui, todos os pescadores da Brasília Teimosa tá tudo morrendo de cachaça, doente de tudo. Tem um posto, mas é só de enfeite. (...) Eu, com toda a sinceridade, eu não me arrependo de tá morando aqui não, a área é boa de se morar, mas o ganha pão, ninguém ajuda em nada. Se vê uma pessoa morrendo aqui, ninguém socorre. Deixa morrer lá, mas não socorre. (...) Eu chegava na minha casa, trabalhava no Shopping Center, lá no barraco, trabalhava no Shopping Center Recife, trabalhei muito tempo de carteira assinada, trabalhava no Shopping Center, fazia a minha feirinha num saco preto de lixo, já para o pessoal não vê de lá. O pessoal quando vê uma mercadoria chega fica assim, lá não, mas

*aqui, é demais. Eu não me arrependo por causa de uma coisa, aqui a moradia é mil vezes melhor, porque aguentar a ressaca do mar, quando batia lá no paredão, meu barraco chega fazia assim (gesto tremendo os ombros e braços), tava parecendo que tava pegando espírito no barraco. Eu morava em palafita. (...) pra falar a verdade, no meu ponto de vista, aqui na minha casa, eu me sinto às mil maravilhas. Melhor. Mas na Brasília Teimosa (interrupção pelo entrevistador). (...) o canto aqui nesse lugar é calmo. Não tem zuada, zuada de som, o negócio de a pessoa arrastar o móvel, fica (faz zuada como se tivesse arrastando o móvel) não, aqui ele levanta para não incomodar o vizinho. É seguro. (...) Aqui, por enquanto, tá sendo um pouquinho bom. Não tôu dizendo que mil maravilhas não... Por causa disso aí, da calma. (...) Aí, eu digo assim, eu não sei quando eu tiver escutando um sonzinho, boto a caixa para ali, boto ali, ligo de novo, fico aqui sentado, só ali (...) no nível certo pra não incomodar ninguém. (...) a segurança aqui não vale nada. A segurança daqui é somente Deus. Porque polícia aqui só pela misericórdia. Tem o GOE ali, mas o GOE só pega gente do interior que traz muito fardo de cocaína, maconha, esse negócio (J.A., 2012).*

Percebi que José Amaro tem uma ligação bastante forte com o lugar em que viveu. Mas essa ligação está bem voltada para a sua vida profissional. Entendi que morar em Brasília Teimosa significava sua segurança financeira, afinal de contas ele é o provedor de sua casa. Entendi a sua preocupação em ressaltar “trocados” que sempre conseguia, as oportunidades estavam mais, segundo ele, às suas vistas. Compreendi que, para ele, as coisas aconteciam com menos contratempos e acredito que, por esses motivos, Brasília Teimosa foi o seu porto seguro no que tange ao aspecto financeiro. Entretanto, apesar

das inúmeras reclamações que esboçou na atual realidade do Conjunto, tanto em relação as suas dificuldades de emprego, de acesso aos médicos do Posto de Saúde e de segurança policial, ele não escondeu opiniões que me deram motivos de construir percepções de bem viver. Ele pareceu satisfeito por ter sido retirado daquela situação de perigo e de ter sido contemplado com uma casa que lhe trouxe dignidade e estrutura física adequada. Entendi que o lugar lhe trouxe tranquilidade para viver, para realizar suas vontades de ouvir seu som; para investir em sua casa, quando aumentou o jardim, criando desta forma um espaço de lazer só seu; e segurança, pela calma que o lugar lhe proporciona e pelo prazer em poder relaxar.

Continuando com nossa conversa, perguntei-lhe sobre seus vizinhos: *Qual a importância dos vizinhos antigos?* E ao mesmo tempo, sobre os novos: *o que acha de conviver com vizinhos novos?* Porque comecei a perceber que sua resposta já incluía tudo, sem separar um do outro.

- Os vizinhos lá eram mais dignos um com o outro. (...) lá tinha meus vizinhos bons. (...) se vê uma pessoa morrendo aqui, ninguém socorre, deixa morrer lá, mas não socorre. (...). A amizade é oi, oi, oi, lá, lá, lá, chau, chau, chau. Aqui o certo, o certo aqui era pra ter uma união de morador. Feito Eli, como em Brasília Teimosa, não sei se a senhora já ouviu falar dela. Eli, lá na Brasília Teimosa. Vou explicar. Um conselho de morador, aqui era pra ter, aqui não tem nada, aqui não tem nada, só quem tá com esse processozinho aí é Seu Manoel que faz aquele negócio, aquela reunião todo final de ano. A gente vem, no final de mês, a gente faz, a gente conversa, explica, a gente ajuda, eles vêm aqui, veio, tôu precisando...(...) o pessoal quando vê uma mercadoria, chega, fica assim...lá não. Mas aqui? É demais!(...) aqui o vizinho já sabe. (...) se tiver aqui, uns quatro moradores de Brasília Teimosa nas casinhas, o resto é tudo no prédio. (...)

*ninguém nunca morou, (...), ninguém é pombo pra ficar engaiolado lá em cima. Daqui que chegue pra descer com a sacola de lixo... Daqui que chegue pra descer para jogar, eles jogam lá de cima das janelas (vummmmm). Quer dizer, aquela noção de barraqueiro, de barraco, de morar, estão fazendo a mesma coisa, quer jogar pombo voando, cocô na sacola, e joga, eles chamam pombo voando, aí joga.(...) quem tiver passando ali, leva uma sacolada nas costas, juro a senhora! Eles não têm educação. Eu digo na cara de qualquer um deles: "você ainda está com o processo de barraco na mente, tira isso daí, meu irmão! Vamos lutar pela melhoria da gente, isso aqui a gente manda fazer aqui pra proteção da gente! (J.A., 2012).*

José Amaro mostra sua preferência pela antiga realidade em que os vizinhos eram mais solícitos e confiáveis, onde se podia contar um com o outro, sem ter que esconder até a comida que se comia. Percebi que ele reprova a falta de zelo e respeito por parte dos vizinhos, e isso lhe traz certo incômodo, principalmente quando se sente invadido pelos vizinhos que se aproximam da sua casa para encontros regados a bebida. Compreendi sua revolta em ter que fazer por todos, e os vizinhos não valorizarem seu trabalho e não contribuírem para a manutenção do Conjunto. Entendi que José Amaro reprova o comportamento de muitos moradores, que por simples acomodação da parte deles, não se esforçam para a melhoria do ambiente de morada, e que insistem em continuar com antigos hábitos que trazem problemas para o bem-estar de todos. Percebi que sua relação de vizinhança é bem superficial, mas entendi, quando mencionou o Conselho de Moradores de Brasília Teimosa, que não acharia uma má ideia que se organizasse no Conjunto algum tipo de Associação, onde as pessoas pudessem se reunir para se organizarem e conversarem sobre os problemas relativos ao local de morada. Contudo, na sua reação e vontade de transformar o ambiente em que reside, transparece um gostar do lugar, que tem lhe dado responsabilidades e a

oportunidade de fazer os outros entenderem que cada um é responsável pela construção do ambiente em que vive. E a esse esforço e interesse em prol do Conjunto, percebo a presença do prazer e cuidado pelo ambiente em que mora, e a isso atribuo o bem viver.

Também lhe perguntei sobre sua morada: *Como você se sente morando nessa casa?* Ele disse:

*- Minha opinião é que a casa é boa. A casa é boa. (...) tem dois quartos, sala, cozinha, banheiro, tem uma caixinha d'água. Todo dia tem a aguinha da gente, todo santo dia temos aguinha. Agora vem falta d'água, agora fica só pingado, pinga lá na caixa d'água, que essa água aqui ela faz um retorno muito grande. Pra chegar aqui é bem dizer... Ela chega aqui nas últimas. (...) e eu tôu querendo ajeitar. E ninguém quer com isso. Então, vai ficar do jeito que tiver (J.A., 2012).*

Entendi que existe satisfação em viver na sua nova casa. Enquanto que na situação anterior ele e sua família eram desprovidos de um espaço adequado, com saneamento básico e água na torneira. No Conjunto, ele dispõe de uma estrutura que lhe dá condição de sua filha ter um quarto só para ela, e um quarto para o casal; de poder ir ao banheiro e ter água para suas necessidades domésticas. Tudo isso significando para ele uma melhoria de vida, mesmo apesar das dificuldades com a falta de colaboração dos vizinhos.

Em relação ao que costuma fazer no Conjunto, perguntei: *Quais são as atividades que você costuma realizar aqui?*

*- De vez em quando eu faço serviço de encanção aqui. Que lá na caixa d'água tem esses probleminhas. Quando dá problema no cano, eu vou lá e olho pra ver onde é o defeito. Eu acho, ajeito, é registrada toda a água que vem da COMPESA pra gente. (...) Eu já peguei tudo destruído. Porque foi os abençoados daqui que quebrou, com raiva da moradia.*

*Aí, fica tudo na rua da amargura, aqui a gente quer ajeitar uma coisa pro pessoal... Dez quer que ajeite o resto nada. Quer mais usufruir. Aí, fica difícil. (...) meu tempo dentro de casa é só para tomar conta da minha vêia (risos), é o único tempo que eu tenho, não vou mentir, (...) meu tempo é esse aqui... Ou senão daqui pra caixa d'água, da caixa d'água pra aqui. Pronto. Aí, amanhã, eu tenho um serviço, que eu vou fazer lá pras bandas da CEASA, com o rapaz. Aí, o rapaz me dá umas frutinhas, fruta, verdura, que às vezes fica ali, aí pra não estragar, pra não jogar fora, aí ele diz: "leve pro senhor", "aí ó, irmão, leve pro senhor", aí me dá uma caixinha de verdura e me dá mais trinta reais. Vou na CEASA, abasteço com o carro dele, venho me embora, aí na Torre, abasteço com ele na Torre, boto na prateleira tudo organizado, limpo tudinho, organizo... (...): trinta reais... "Oh fia, trinta reais, eu ganhei, e uma caixinha de frutas aqui", fruta, verdura, ele me dá. (...) Já agora antes da senhora chegar, ele ligou pra mim: "ói, irmão! e aí, vamos amanhã?" "Tá de pé... Vamos, meu fio, vamos embora..." "Que horas? Quatro horas?" eu digo: "tôu aí...Três horas da manhã, tôu de pé na sua casa", porque ele mora aí nesse predinho daí, nesse prédio de frente da padaria. Ele mora ali. Aí, eu vou (J.A., 2012).*

Percebi que José Amaro já está mais acostumado com a nova vida, no Conjunto, uma vez que suas atividades correspondem à realidade do novo ambiente. Ele procura driblar suas dificuldades financeiras, inventando formas de fazer, seja através dos amigos, dos serviços que arruma nos arredores do Conjunto, e até mesmo, sem receber, e sem ajuda, compromete parte de seu tempo com o controle da água, liberando ou não água para os vizinhos. Achei interessante que todo o seu trabalho gira em torno do bem estar de sua casa. Seja trazendo

comida, dinheiro, água e cuidando de sua companheira. Toda essa preocupação me leva a inferir mais uma imagem de bem viver.

Quando lhe perguntei: *O que faz uma pessoa gostar de um lugar e se identificar com ele?* Sua resposta foi a seguinte:

*- Na minha opinião, é as amizades. Tem a amizade que é boa e aquela que é de duas caras. Tem a inimizade. A inimizade é o que? A inimizade é aquela pessoa que tá bem com a pessoa. Depois, a gente vira as costas, aquela pessoa tá cortando a gente. Essa não me serve. Se eu ver morrendo, ao invés de ajudar, eu acabo de matar. Não vou mentir, não vale a pena. Eu pra me sujar com a minha mão, não vou me sujar, deixa que ela se suja pra lá, e ela se vira pra lá. Aqui amizade é pouquíssima. Boa, pouquíssima mesmo. Se tiver umas 5 a 6 amizades boas, é muito. Boa, nem é tão boa assim não. Tôu dizendo assim. Mas, realmente não é muito boa, não. Pra você vê que eu já mandei fazer esse portão alto assim, óh! Pra não ver ninguém e ninguém me ver. Só abro a janela com o olho mágico. É! Olho ali (aponta para o olho mágico) “quem é?” (risos), “é o que?” Pronto. É assim que eu me viro (J.A., 2012).*

Percebi que José Amaro é uma pessoa bem autêntica e às vezes, contraditória em suas opiniões, uma vez que, por um lado considera as amizades o motivo de sentir-se bem num lugar, e que por outro, isola-se delas. Entendo que essa atitude é uma forma de assegurar sua tranquilidade no lugar onde mora, de saber observar tudo sem se envolver, mantendo a política do bom vizinho e de certa forma, assegurar seu bem-estar. Entendo que essa relação de circunscrição, na vida de José Amaro, é também uma configuração de bem viver.

Em relação ao descarte do lixo, não poderia ser diferente, pelo fato de José Amaro se mostrar bem consciente de suas



atribuições e responsabilidades como morador do Conjunto. Perguntei a ele: *Como você descarta o lixo?* Ele disse:

- *Eu não jogo nada na canaleta, meio ambiente é isso, né isso? Eu mesmo não jogo nada no lixo, certo? Garrafa de reciclagem, eu tiro do lixo, que eu faço gelo, na freezer, aí, que eu comprei, faz um bom tempo, ou compro umas garrafas pet, vazia, (...) o rapaz que trás, (...) ele não dá não, ele vende. Eu lavo tudo direitinho. Eu encho bem de água da COMPESA e vendo a um real. Garrafa de pet de dois litros. O que eu jogo no lixo é só papel higiênico. Negócio de cocô de cachorro, eu boto na sacolinha, eu boto aqui dentro. (...) Nunca fui de jogar lixo na beira da praia. Nunca. Então, o cocô de cachorro eu botava na bolsinha, botava na rua, com outro saco de lixo e o saquinho de cocô de cachorro, assim amarrado, assim. Separado já pra não botar com negócio de lixo. E aqui, todos eles aqui, esses prédios aqui, de um canto a outro, todos eles têm lixeira. Agora, o próprio morador foi que quebrou tudinho. Aí, as lixeiras dos prédios ficam pro lado de fora, que a Prefeitura queria fazer agora a pouco. Tem uma lixeira aqui, tem mais três aí na frente. Tem duas lá na frente, logo na entrada. Você sabe que é umas lixeirinhas. (...) aquelas lixeiras ali fui eu e o rapaz que fez. Eu e o rapaz da Prefeitura que veio (J.A., 2012).*

Nesse trecho da entrevista pude perceber o cuidado de José Amaro em separar o lixo. Ficou claro, que sua preocupação em organizá-lo não se iniciou no Conjunto, mas já veio com ele da situação anterior, onde as condições precárias de moradia propiciavam uma atitude contrária a que ele afirma ter não só hoje, mas desde aquela época. O que me admirou nessa sua narrativa é que ele está conseguindo criar alternativas de

geração de renda para sua família no Conjunto, sem ter que depender das oportunidades favorecidas pela proximidade com o mar e das facilidades que o Bairro de Brasília Teimosa e arredores lhe asseguravam. Vejo tudo isso como progresso em sua vida, aos quais julgo ser bem viver.

#### LOURIVAL VITAL

Entrevista realizada em 14/01/2013.

Lourival afirmou ter 43 anos, cursou o Primeiro Grau completo, que atualmente corresponde ao Ensino Fundamental. Ele comentou sobre seu Estado Civil, estando ele separado no momento, mas em busca de uma companheira que o complete. Possui dois filhos do primeiro casamento: uma adolescente de 17 anos, e um garoto de 9 anos de idade, os quais moram com a mãe, também moradora do Conjunto, no mesmo bloco, no terceiro andar. Ele falou que trabalhou como servente e repositor de supermercado, mas que estava desempregado, em busca de trabalho. Ele enfatizou que mora com o pai, de 69 anos, aposentado como alfaiate da Marinha, acometido de AVC, ficando sem condições de trabalho. Seu pai vive da pensão, e por enquanto tem sustentado a casa. Lourival relatou que nasceu em Brasília Teimosa, morou em palafita por muito tempo, e que morava no *Casarão*, como ele assim se referiu ao Conjunto, há aproximadamente sete anos. Observei que em seu apartamento a simplicidade é aparente, tanto na cozinha como no terraço (Figuras 21 e 22). Ele menciona o fato de não arrumar a casa tão cuidadosamente como uma mulher e a conserva limpa, com pouca decoração. Mas afirma que o cuidado com as plantas no hall de seu bloco é essencial para embelezar o ambiente onde mora (Figura 23).

Figura 21 - Cozinha do apartamento.



Fonte: Célia Braga, 2013

Figura 22 - Terraço construído em local reservado ao jardim.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Figura 23 – Jardim no hall de entrada do bloco 13.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Em nossa entrevista conversamos sobre sua rotina no Conjunto e outras questões relativas à convivência entre os moradores, a organização de seu bloco e sua casa. A entrevista aconteceu à tarde, no corredor de acesso ao seu apartamento, onde havia crianças brincando, pessoas passando, contudo, foi um diálogo tranquilo em que ele respondeu a todos os meus questionamentos. Comecei por lhe perguntar: *Como é a vida aqui no Conjunto?* Ele respondeu:

*- A vida aqui no Conjunto é ótima, os vizinhos são ótimos, cada um respeita a privacidade de todo mundo. Aqui é ótimo é tranquilo, não tem violência, essas coisas, a gente vê aqui a polícia passando, mas é normal em todo canto vê, né? Mas não tem esse tipo de confusão essas coisas, muito raro. De ver isso por aqui. (...) o que mudou aqui foi o que falei pra senhora, né? Que lá, como faz dois meses que eu tôu desempregado, lá esses dois meses lá,*

*eu ganhava, porque eu ia pro Bóia! E eu ia pescar, ia com meus amigos, pro bote fazer uma limpeza no bote, ganhava peixe, ganhava dinheiro, e aqui não tem. Entendeu? (L.V., 2013).*

Percebi satisfação nas palavras de Lourival quando fala com serenidade sobre o Conjunto. Entendi que a vida nesse lugar lhe trouxe a segurança que não tinha na situação em que vivia, sobretudo porque mencionou o fato da presença da polícia fazendo sua ronda, e que considerou ser um procedimento normal em toda a Cidade. Isso me fez perceber um sentimento de inclusão incorporado a sua fala, pela segurança com que mencionou a normalidade do trabalho da polícia. Entendi que Lourival transpareceu ser um indivíduo que procura lidar com as pessoas, buscando preservar o respeito e o espaço do outro. Percebi sua preocupação com a dificuldade de arrumar trabalho, que segundo ele, o Conjunto não lhe trazia as facilidades de Brasília Teimosa. Contudo, não o deixou desestimulado para ir buscar outros trabalhos. Observei que a mudança também lhe proporcionou outra realidade de moradia, deu-lhe a segurança que precisava para ter forças e continuar lutando. E isso me leva a acreditar numa situação de bem viver.

Em relação aos vizinhos, perguntei: *O que acha de conviver com vizinhos novos?* E ele disse:

*- É diferente, né? Porque a gente não conhece como é o temperamento da pessoa, mas devido os dias, a gente vai vendo como é que é, e graças a Deus, a gente vai descobrindo e vai se dando tudo bem. (...) Se respeita, pronto. Tá tocando aí, (música com som muito alto) se tiver alguém que tá dormindo aqui, e eu chegar lá, olha, já desliga, respeita, entendeu? Graças a Deus, eu, particularmente, não tenho problema com vizinho. (...) e nenhum vizinho tem problema comigo, eu não incomodo ninguém (L.V., 2013).*

Percebi que, para Lourival, a amizade independe de ser nova ou não, porque para ele o importante é você desenvolver um bom relacionamento. É fato que tudo no início apresenta dificuldades, principalmente porque antes já havia uma rotina, as pessoas moravam no mesmo local, passavam as mesmas dificuldades. Entretanto, Lourival sabe que os dias passarão, e o que era novo e desconhecido vai se tornar familiar.

Interpretei que Lourival é um homem de agir com cautela. Ele procura observar, para depois se aproximar daqueles com quem ainda não tem muita convivência. Entendi que incomodar, para Lourival, não faz parte de seu agir, porque o respeito é o caminho para a tranquilidade e a paz, dentro de suas relações sociais. Por isso, entendo que esse comportamento remete a uma construção de bem viver.

Quanto aos vizinhos antigos, perguntei-lhe: *qual a importância dos vizinhos antigos?* E respondeu:

*- Ah, os antigos têm muita história, que a gente conversava..., passou um aqui agorinha que morou pertinho de mim, Seu Elias, foi meu vizinho. Eu era pequeno. Aquele ali é dos antigos. A importância é que a gente tem mais conversa, assim, mais lembrança de como a gente conversava como era a nossa vida lá. Os novos não, os novos a gente fica conhecendo aqui, e tá fazendo as amizades aqui mesmo. (...) às vezes, de tarde, a gente se junta pra conversar, aí, depois, cada um vai pras suas casas. Eu não sou de tá saindo pra tá conversando, não (L.V., 2013).*

Percebi que Lourival gosta de estar em sua casa, mas também de conversar. Lourival me pareceu ser uma pessoa nostálgica, porque quando falou da importância dos vizinhos antigos, ele remeteu a essa intimidade que se tem com quem viveu com ele no passado, e da saudade em lembrar as conversas de Brasília Teimosa, onde só aqueles que vivenciaram as mesmas coisas possuíam. Compreendi que os novos vizinhos, para Lourival, um dia vão se tornar antigos, pela

convivência. Mas que esboça preferência pelas antigas amizades, e a satisfação em conservá-las. Tudo isso me faz inferir construção de bem viver, pelo aconchego das conversas sobre o passado, pelas amizades já consolidadas e a disposição em querer fazer novos amigos.

Perguntei a Lourival sobre sua casa: *Como é que você se sente morando nessa casa?*

- *Óh, me sinto bem, porque lá a gente tinha maré alta, aquela correria. Era os barracos dando choque, e aqui, não. Aqui é uma moradia digna, né? (...) a minha casa eu gosto. Se essa casa fosse lá, se eu pudesse carregar ela e botar ela lá num lugar, eu fazia isso (L.V., 2013).*

Lourival, hoje morando numa casa que lhe trouxe dignidade, tem satisfação em residir nela. É o lugar que lhe traz segurança, ao contrário de sua morada anterior. Mas fica claro que, mesmo tendo carinho pela atual morada, não esconde a afeição pelo Bairro de Brasília Teimosa, quando diz que transportaria sua casa para aquele lugar. São dois sentimentos que se entrelaçam na vida de Lourival: a segurança da casa que lhe proporcionou alegria de se libertar da antiga realidade, e a saudade do lugar cheio de lembranças. Entretanto, fica implícito em suas palavras que essa saudade não se sobrepõe à felicidade de poder dizer que hoje não precisa mais correr riscos. A esse quadro também atribuo bem viver.

Quando perguntei: *Quais atividades você costuma realizar aqui?* Ele respondeu:

- *Ah, na minha casa, com meu pai aqui, eu cozinho, eu lavo roupa, eu passo pano na casa, tudo que, assim, porque não tem mulher aí dentro, né? Então, sou que faço, eu que faço. Porque meu pai teve um AVC, aí, ele não pode fazer muita coisa. Aí, eu tenho que fazer almoço, quando eu vou sair pronto, vou trabalhar, quando eu tava trabalhando, deixava almoço pronto pra ele já, todo dia o almoço tinha que*

*ser..., o doutor disse que não desse, assim, comida dormida a ele. E é tranquilo, dá certo. (...) o que eu mais gosto de fazer aqui? Assim, é conversar com esse meu amigão aí, (referindo-se ao senhor que nos observava). Eu não saio para canto nenhum, né? Daqui, eu vou pra Igreja. Pronto, minha atividade aqui é trabalhar, ir pra igreja e ficar em casa. Eu não gosto de carnaval, eu não gosto dessas coisas (L.V., 2013).*

Lourival reforça sua ideia de ser um homem que gosta de usufruir da paz e da tranquilidade que sua casa lhe transmite. A sua maneira de fazer com a organização da casa, do cuidado com o pai, em lhe preparar a comida antes de sair, fez-me construir uma ideia de zelo pelas coisas e pessoas que estão ao seu redor, em tudo isso vem implícito o prazer em dizer que é possível, para ele, mesmo que tenha que fazer atividades normalmente praticadas por mulher, dar conta de tudo e ainda ter tempo para outras atividades como ir à Igreja, ao trabalho (quando está empregado), e, sobretudo, ficar em casa. Essa atitude me leva a inferir bem viver.

Em relação a se identificar com o lugar, perguntei-lhe: *Em sua opinião, o que faz uma pessoa gostar de um lugar e se identificar com ele?* Ele respondeu:

*- Aqui eu gosto de morar, mas se eu pudesse voltar pra minha terra... eu voltava, pra Brasília. (...) acho que é amizade. A pessoa construir amizade, saudável, respeitar, se dar bem com todo mundo. Isso é que a gente deixa de bom, né? (...) as amizades que eu faço, onde eu chego, gosto de fazer amizade, gosto de respeitar muito. (...) Aqui me identifico, mas melhor é a casa, minha casa é... (L.V., 2013).*

Nesse recorte, percebi que a ideia da casa como o lugar seguro de hoje é muito forte para Lourival, porque é nela, e a partir dela, que tudo é planejado e realizado em sua vida. É a



referência para tudo, para as amizades, para a construção das relações sociais, é o lugar que lhe deu essa a confiança de se sentir abrigado dentro dela, a tal ponto dele dizer que a levaria para Brasília Teimosa, se fosse possível. Notei, constantemente, em suas palavras, que Brasília Teimosa foi o marco de sua vida, entretanto, percebi que sua casa de hoje lhe trouxe a certeza e confiança de poder dizer que se identifica com ela, pois deixa no ar o sentimento de satisfação em tê-la. Isso, para mim, é bem viver.

Quanto ao lixo, perguntei a ele: *Como você descarta o lixo?* Ele disse:

- *Aqui a gente varre tudinho, tem um depósito ali, cada um varre as suas portas e tem um depósito ali e todo mundo leva. De manhã, eu varro isso aqui tudinho, antes da senhora chegar, tava sujo, eu já varri, porque tem menino que passa e joga lixo aqui, aí eu já varro e deixo tudo limpinho. Aqui todo mundo limpa suas portas. Eu não tenho planta. Eu cuido, eu cuido assim. Eu não tenho espaço pra plantar, aí atrás, no bloco, tem um jardim. Eu gosto de planta. Foi a gente. O bloco 13, porque a entrada dele é do outro lado. A Prefeitura já deixou essas áreas assim pra plantar (L.V., 2013).*

Compreendi, por um lado, que havia preocupação de Lourival com a organização e limpeza de seu bloco, e, por outro, uma satisfação pela participação dos moradores em cada um fazer a sua parte. Percebi, igualmente, o interesse por parte dele em melhorar a aparência do bloco, quando falou da sua participação, junto a outros moradores, pela confecção do jardim no hall de entrada do bloco, que fica localizado aos fundos de seu apartamento. Interpretei essa situação como bem viver.

## MANOEL FERREIRA

Entrevista realizada em 22/01/2013.

Manoel é pescador aposentado. Ele trabalhou nessa profissão desde os 12 anos de idade, e apesar de estar aposentado, continua com uma “pescaria leve”, como se referiu a suas investidas esporádicas pelo mar. Aos 61 anos, como citou, mal sabe ler, pois não chegou a completar seus estudos. Ele afirmou ter apenas cursado, e mesmo assim de forma incompleta, o 2º ano do Ensino Fundamental (1ª série primária), mesmo tendo estudado em cinco lugares diferentes. Ele relatou viver com sua companheira e um filho de 18 anos de idade, que se encontra em período de alistamento militar. Ressaltou, de forma bem precisa, ter vivido em Brasília Teimosa por quatro anos, quatro meses e seis dias. E afirmou possuir quatro casas alugadas no Bairro do Pina, vizinho a Brasília Teimosa. Falou que mora no Conjunto há aproximadamente sete anos. Recebe uma renda de R\$ 400,00 mensais, dependendo de sua pescaria, somada a sua aposentadoria. Mencionou o Programa Chapéu de Palha das mulheres marisqueiras da Colônia, Associação que ajuda com uma feira, mais a quantia de R\$ 246,00. Entretanto, acrescentou que ainda não recebe esse valor, mas que, a partir dali, com o espaço de dois meses, passaria a recebê-lo. É morador do apartamento 208, no bloco 21, 2º andar. O apartamento de Manoel é rico em detalhes. Observei a organização da sala de estar, da cozinha, do quarto do filho e do banheiro. Próximo à estante da sala havia um caderno de estudos deixado sobre um banquinho, o porquinho de depositar moedas ao lado da estante da sala de estar e a parede pintada de tinta acrílica verde, para esconder a rusticidade da parede de blocos de concreto (Figura 24), o computador e impressora no quarto do filho, com parede pintada de branco e verde, que acredito mostrar preocupação em diferenciar o ambiente pela cor (Figuras 25 e 26). O detalhe do sabonete e do remédio sobre a pia, a toalha verde pendurada com borda azul combinando com a tampa do vaso sanitário (Figura 27), tudo colocado de forma arrumada.

Figura 24 - sala de estar. Detalhe do caderno de estudos do filho e do porquinho.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Figura 25 – Quarto do filho do casal



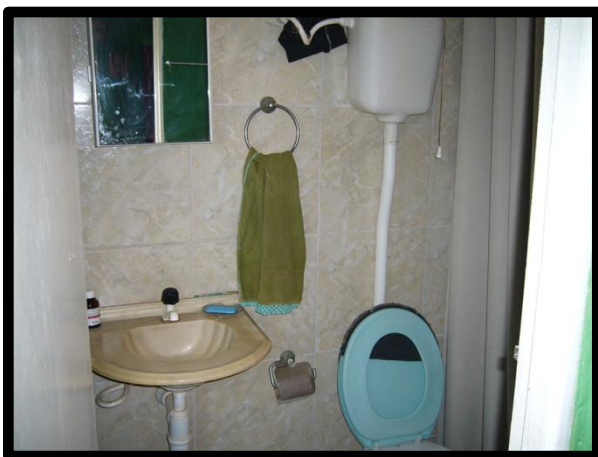
Fonte: Célia Braga, 2013.

Figura 26 – Quarto do filho com detalhe de cores e quadros sobre a parede.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Figura 27 - Banheiro.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Conversei com Seu Manoel no interior de seu apartamento. Observei a organização da sala de estar, da cozinha, do quarto do filho e do banheiro. Percebi que ele se preocupou em pintar a sala toda de verde, em equipar a casa com mobiliário, principalmente a cozinha, observei que na parede havia o retrato de seu filho e os quadros que o rapaz pinta. Seu Manoel se mostrou uma pessoa bem solícita, porém tímida, mas não deixou de mostrar simpatia em responder todas as perguntas. Comecei por lhe perguntar: *Como é que é a vida aqui no conjunto?* Ele falou:

*- Tá boa, Mas droga agora é em todo canto, né? Mas nenhum bole com a gente, os vizinho é bom, tanto daqui do corredor, quanto de cima, a gente faz por onde não incomodar o debaixo, e vai vivendo. (...) eu me sinto melhor porque tôu aposentado, já tenho o meu certo né? Não vivo mais sofrendo mais que nem vivia, que eu pescava direto mesmo, tanto de dormida como um dia de vinda, e agora eu vou só assim, quebrar um galho, né? Três vez por semana, quatro vez ,dando uma agulhinha eu pego, quando não dá eu venho pra casa, fico na casa da minha mãe. (...) é interando, né? Tem semana que dá melhor, tem semana que é mais ruim. É isso mesmo, é só no verão. Quando bater o inverno, eu não pesco mais não. Fico só em casa. Já faz dois invernos que eu não pesco. Depois que me aposentei, não fui mais (M.F., 2013).*

Percebi em Seu Manoel a tranquilidade e a segurança em viver numa casa que lhe permite sair, dormir fora e voltar, sem ter a correria de antes. Entendi que vir para o Conjunto lhe deu a chance de se aposentar e a estabilidade de não mais precisar sair de madrugada para enfrentar o mar, por conta de sua pescaria. Entendi que a pescaria para ele, hoje, se tornou um complemento para sua renda. Interpretei que sua vida no Conjunto lhe dá satisfação, e que nem a presença das drogas, que considera ser um mal presente em toda sociedade, tira o

prazer por sua casa. Compreendi que para ele, o respeito está em primeiro lugar, e procura agir de forma que sua ação lhe traga o benefício de ser aceito por todos, sem discórdias. Isso, para mim, denota bem viver.

Perguntei a ele: *O que acha de conviver com vizinhos novos?* E respondeu:

*- Achei bom, porque a gente vai conhecendo outras pessoas, né? Vai fazendo amizade, até aqui, tá dando tudo certo. Nenhum incomoda a gente, nem a gente incomoda eles. (...) dos que eu morei lá, onde eu morei mesmo lá, não tem nenhum aqui, não. Daqui onde eu moro mesmo, não tem não. Tem na área, né? Mas perto de mim, aqui, não tem nenhum, não. Perto de mim, onde morou lá, não tem ninguém, não. (...) tem deles que eu conheço de vista, e deles que eu conheço mesmo. Desde tempo, desde pequeno (M.F., 2013).*

Entendi que Seu Manoel acha importante novos relacionamentos, uma vez que, agora, a configuração espacial é outra, são prédios de apartamentos, e não incomodar os outros nem se sentir incomodado viraram palavras de ordem para ele. Compreendi que o contato com os moradores da realidade anterior é feito esporadicamente, ou quando se encontram pelas ruas do Conjunto. Percebi que, para Seu Manoel, independente de ser vizinho já conhecido ou não, o prazer em respeitar e continuar a renovar sua lista de amizades é o que vale. Percebi que os vizinhos da situação anterior se espalharam pelo Conjunto, não ficaram próximos uns dos outros. Mas isso em nada afeta Seu Manoel, quando o assunto é respeitar os outros e suas diferenças. Nessa atitude vejo bem viver.

Também, perguntei sobre os que vieram de Brasília Teimosa: *Qual a importância dos vizinhos antigos?* Ele falou:

*- Dos antigos? Mesma coisa, né? Mesmo ritmo daqui, nenhum incomodava a gente, também não. Nem a gente*

*incomodava eles. (...) pelo tempo mais atrás, eu preferia os antigos. Porque não tinha o que tem hoje em dia, né? (...) muito veio, agora, tem uns que não tá mais aqui, porque já venderam. Muitos já vendeu os apartamento e foi-se embora, muitos alugou, muitos vendeu, trocou. (...) foram pra outros cantos, que lá não faz mais, né? Que fez a orla, não pode fazer mais. Aí, outros tão morando em aluguel, outros foram morar em outros cantos. Outro vendeu pra acabar com droga mesmo, tem muitos que vendeu e acabou com droga (M.F., 2013).*

Compreendi que para Seu Manoel não existe diferença entre antigo e novo, porque o que importa, de fato, é o respeito mútuo. Entretanto, entendi que os antigos apresentam um peso maior no rol das pessoas com quem se relaciona no Conjunto, devido aos problemas que lá têm existido com relação às drogas, coisa que, segundo Seu Manoel, não havia na realidade de antes, e isso tem feito muitas pessoas conhecidas suas se mudarem para outros lugares, seja por motivos de falta de identificação com o Conjunto, ou por existirem pessoas que, pelas drogas, vendem seus apartamentos.

Perguntei a ele em relação a sua casa: *Como você se sente morando nessa casa?* Ele respondeu:

*- Me sinto bem, graças a Deus. Que eu morava numa palafita, né? Quase dentro d'água, lixo passando em baixo. Hoje eu tô numa de alvenaria (M.F., 2013).*

Percebi que a nova realidade para Seu Manoel é sinônimo de satisfação. A sua casa de alvenaria, no meu entender, trouxe para ele a estabilidade, por não mais oferecer perigo, e por lhe ter proporcionado a segurança de não mais viver quase dentro d'água, vulnerável às eventualidades da situação em que vivia antes. Por isso que atribuo esse

sentimento de proteção de Seu Manoel pela sua casa, uma realidade de bem viver.

Continuamos falando sobre sua vida no Conjunto e perguntei a ele: *Quais as atividades que o senhor costuma realizar aqui na sua casa?* Ele respondeu:

*- Eu dentro de casa eu faço tudo, tudo dentro de uma casa eu faço. Lavar, varrer, arear, zelar, limpar, é comigo mesmo. De manhã esse corredor quem varre ele todinho é eu, todo dia quando eu tô aqui. Eu passei cinco dias no Pina, cheguei, tava tudo sujo aí embaixo, tem uns que bota aí, (...). Não tá limpinho? Eu varro, eu lavo as escada, varro tudinho, eu gosto. (...) de primeiro tinha três homens que varriam, eu e mais dois. Eles se abusaram mais com a turma aí, deixou mais, algumas vezes que um varre. Mas quem mais varre agora é eu. Mas eu não faço questão, tem um vizinha aí que ela pegou, me deu R\$ 10,00 pra eu comprar uma vassoura, foi a única, ninguém nem ajuda. Na vassoura, eu ainda gasto o cheiro pra botar nas escada, que os cachorro às vezes mija, mas eu gosto mesmo, eu compro vassoura pra varrer (M.F., 2013).*

É interessante perceber que Seu Manoel consegue vencer todas as barreiras construídas pelos vizinhos que não contribuem com a ajuda da limpeza. Entendi que ele realiza sua parcela de ajuda e não espera que outros contribuam para a manutenção do espaço coletivo. Interpretei que ele toma as iniciativas que são necessárias que lhe beneficiam, em primeiro lugar, e assim garantir seu bem-estar, o que atribuo a uma situação de bem viver.

Perguntei a ele: *Em sua opinião o que faz uma pessoa gostar de um lugar e se identificar com ele?*

*- Eu acho que é a convivência, né? Enquanto uma pessoa vai vivendo, né? Vai*



*se adaptando ao lugar e vai gostando, né? O tempo vai passando, a pessoa vai gostando, né? Quando eu cheguei aqui, eu não queria passar um dia aqui. Aí, vai acostumando já, a gente gosta muito do Pina, né? Aí, minha mulher é de Belo Jardim, ela adora o Pina, né? A mãe dela, tudo. E eu, o tempo vai passando e vai acostumando mais, né? E tá no que é da gente, né? O que eu digo a ela, graças a Deus, a gente tá no que é da gente, não sabe onde vem uma goteira, é de alvenaria, só não é rebocado porque eles não rebocaram, aqui a pessoa vai rebocando, né? Já que eu não reboquei, eu pinteí tudinho de tinta a óleo. Vou pintar o piso. Depois devagarzinho a gente bota uma cerâmica, reboca, tem que fazer aos poucos, né? Já faz sete anos a gente tá bem acostumado. E eu digo a ela, todo dia eu digo, eu só saio daqui pro Pina. Pra vender aqui, trocar, noutro canto pior, eu não vou, não. Vai começar tudo de novo, e aqui, eu já tô acostumado. Enquanto eu tô morando aqui, eu gosto. Porque eu tô no que é meu, né! Agora, num dia que eu puder, eu só saio daqui pro Pina. Se Deus quiser! (M.F., 2013).*

Nesse recorte, entendi que para Seu Manoel conviver no lugar é condição para conhecê-lo melhor, não só as pessoas, mas também o ambiente físico em que se vive. Seu Manoel deixa claro que sua casa é a razão de sua felicidade. Entendi que agora ele não precisa mais se preocupar com a goteira de sua antiga casa, mas pode ter a tranquilidade de usufruir da certeza de dormir seguro, sem o medo de antes. Para ele, o piso não muda a sua satisfação pela casa, e usa suas táticas para embelezar seu novo espaço. Interpretei que começar tudo de novo para ele está longe de seus planos, não pensa em sair daquele lugar, porque é dele, é seu porto seguro, a não ser que surja uma oportunidade de ir para a terra que gosta: o Pina. Isso pra mim é bem viver.

Finalmente, perguntei a ele: *Como é que o senhor descarta o lixo aqui?*

*- O lixo, de primeiro, tem a lixeira, todos ele, né? Aí, a turma botava, aí, aí os caminhão vinha pegar dentro do prédio, depois deixou de pegar, aí, a gente começou limpando e botando lá fora, né? Aí, uns, a turma ainda ficava botando. Tem prédio aí, esse daí mesmo, a turma bota é muito lixo dentro. Aí, depois a gente reuniu, aí, pra ninguém botar mais lixo no prédio, que tem a lixeira lá na frente. Tem um bocado de lixeira aí, aí, bota aí na frente e o caminhão pega. Aí, foi, (...) alguns ainda vai botando o lixinho, aí, passa dois dias, três dias sem varrer, vai juntando, né? Eu passei agora 5 dias no Pina, quando eu cheguei tinha mais lixo, eu varri tudinho, lavei. Deixei tudo limpo, porque eu gosto mesmo de limpar. Sempre tem que ter um pra limpar, senão vira jacaré (M.F., 2013).*

Entendi que Seu Manoel fez o seu caminhar no Conjunto, como pessoa humilde que é, pelo seu esforço em desenvolver seu ambiente de morada, em participar dessa trajetória de luta em zelar pelo que é seu, e não se deixar levar pelas pessoas que não pensam igual a ele, e que não dão o devido valor pelo que conquistaram. Por isso, acredito que essa maneira de encarar a vida com tranquilidade e de zelar, cuidar do que é seu, é bem viver.

**MARIA DO CARMO**

Entrevista realizada em 21/01/2013.

Maria do Carmo é casada, tem dois filhos e um neto. Na ocasião, tinha 41 anos de idade, trabalhou em casa de família, e, no momento, é do lar. Concluiu a 5ª série, possui renda de um salário mínimo mais o auxílio do Programa Bolsa-família. Morou em Brasília Teimosa por oito anos, e, há aproximadamente sete anos, mora no Conjunto. É moradora do apartamento 107, térreo, no bloco 22. O bloco 22 é o último do Conjunto, nos fundos do terreno. Observei preocupação em cuidar de sua casa, em mantê-la limpa e organizada por fora e por dentro (Figura 28 e 29). Mas tinha um lugar especial que falou com muito carinho, seu jardim, o qual apelidou-o de “Jardim do Édem”, talvez pela sua crença no Evangelismo (Figura 30).

Figura 28 - Entrada do apartamento.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Figura 29 - Sala de estar com meia parede para a cozinha.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Figura 30 - “Jardim do Édem”.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Maria do Carmo também mostrou muita emoção ao falar de sua trajetória até o Conjunto Habitacional. Tal qual Cláudia, Maria do Carmo enfrentou muitas dificuldades como moradora de Brasília Teimosa. Quando perguntei: *Como é que é a vida aqui no Conjunto?* Ela respondeu:

- *Pra mim é boa, né? Porque eu vivo na minha casa. Só não é melhor porque devido o desemprego, né? No momento agora procurando emprego, mas tá bom. Tenho nada o que reclamar, não, porque eu tô numa casa digna, né? Que onde a gente morava era no lixo. Morava na imundície, aqui não, aqui graças a Deus eu tenho a minha casa. Aqui eu posso dizer eu tô no paraíso. E foi o único Presidente que ajudou foi ele. Só ele mesmo, abaixo de Deus, né? Só foi ele, porque se não fosse ele, a gente não taria aqui, não. Tem muitos também que não agradece, né? Mas eu agradeço todo dia pela existência da vida dele. Porque se não fosse ele, eu não tinha minha casa. (...) A gente sofreu muito, muito (ênfase) mesmo, quando a maré enchia. Derrubava, eu botava meus filhos pra morar na casa dos outros, dormir na casa dos outros. Porque não tinha onde botar, era um cômodo quadrado do tamanho dessa sala aqui, e era meus 4 filho, ela não, que ela não morava comigo (a mãe da criança que estava na sala) era meus 4 filho e eu vivi durante oito anos passando pela prova. Mas hoje eu tenho minha casa (M.C., 2013).*

No recorte acima, percebi que Maria do Carmo apresenta um encanto especial pela atual casa. Se antes a instabilidade e o medo eram uma realidade na sua vida, hoje, sua situação lhe dá a tranquilidade e serenidade para dormir com sua família, numa casa de alvenaria que lhe tem dado a força necessária para trabalhar. Entendi que mesmo sem emprego, ela demonstra

satisfação em poder dizer que hoje mora numa casa que é sua, e que lhe proporcionou dignidade urbana. Compreendi que diante de tudo que passou em Brasília Teimosa, ela hoje se vê habitando o paraíso, comparação que me leva a visualizar o bem viver.

Perguntei a ela: *o que é que você acha de conviver com vizinhos novos?* Ela respondeu:

*- Normal, eu sempre procuro ser amiga, eu sempre procuro compreender, eu sempre procuro ajudar, na medida do que eu posso. E, assim, um orando pelo outro, a gente vai tendo vitória (M.C., 2013).*

Entendi que, para Maria do Carmo, a compreensão é o melhor caminho para se viver bem. Interpretei que, independente do lugar em que esteja, ela sempre procura estar presente para ajudar quem dela precisa. Naturalmente, percebi nas conversas com ela, que essa sua forma de ser lhe ajuda a conquistar seus objetivos, o que lhe traz satisfação e bem estar.

Quando lhe perguntei: *Qual a importância dos vizinhos antigos?* Ela falou:

*- É bom, porque a gente se conhece um ao outro, não tem estranheza de dizer assim: não, eu não sei como tu eras, mas pra quem conhece tá normal, é normal, tá bom, vivo na minha casa aqui, fecho meu portão. Passo o dia aqui dentro, quando querem precisar de mim, de alguma coisa, quando eu quero precisar de algum vizinho, eu vou e, cada um vive lá, e eu vivo cá (M.C., 2013).*

Percebi que, para Maria do Carmo, a privacidade lhe traz paz. Ela se apresentou uma pessoa caseira, e que prefere o isolamento. Entendi que os vizinhos de antes são mais fáceis de lidar, uma vez que conhecer o jeito do outro faz a relação fluir melhor, sem muita cerimônia, e isso traz certo alívio em saber que se pode confiar mais em alguém que já se conhece, de pisar

em solo amigo. Todavia, mesmo com tudo isso, prefere o recolhimento em sua casa, que lhe dá a segurança de que necessita, e, entendendo que, para evitar a quebra de harmonia em sua casa, prefere se afastar de intimidades com os vizinhos em geral. A essa busca pela paz no lar, atribuo bem viver.

Continuando com as perguntas, indaguei-lhe: *Como é que você se sente morando aqui na sua casa?* Ela respondeu:

- Ah, muito bem! Não tem comparação. (...) sinto alegria. (...) Deus quando Ele falou pra mim que ia me dar uma casa digna de mim, merecedora, eu não acreditei, aí, se passou-se três anos e nada da promessa se cumprir, quando o Presidente ganhou. Aí, Deus disse: “vou Eu usar alguém na Terra pra te beneficiar”, e hoje eu tenho tudo que eu não tinha. Hoje a minha casa não faz vergonha de ninguém entrar. Mas, lá eu tinha vergonha, até do namorado da minha filha chegar lá na minha casa, eu dizia: “meu Deus, morro de vergonha”. Mas hoje, não. (...) Eu tô aqui na minha casa: sala, cozinha, quarto, que eu não tinha, eu não tinha um banheiro, não tinha uma pia pra lavar um prato, eu não tinha uma frente maravilhosa dessa, eu boto a cadeira aí, óh, só me balançando, curtindo, é muito bom você ter a certeza. Por isso que eu digo: “lutar pra vencer, é bom demais”. Lutar com fé, que lá na frente você vai ter uma vitória. Por isso que eu agradeço a Deus todo dia. Hoje, eu abro as minhas porta e digo: “pode entrar”. E não tenho vergonha, tá desarrumada, né? Minhas coisa é tudo nova que Deus me deu, tudo aqui não é meu não, é de Deus (M.C., 2013).

Percebi que o seu lado religioso é muito forte em sua vida, e compreendi que isso a ajuda na sua lida diária, seja cuidando de sua casa, ou se sentindo realizada por agora ter dignidade de moradia. Compreendi que morar naquela casa lhe

trouxe o prazer de se sentir importante diante dos outros quando disse que não mais tem vergonha de receber as pessoas, o que não acontecia na situação anterior de moradia. Compreendi que conseguiu realizar suas vontades e usufruir coisas que antes só faziam parte de seus sonhos, como é o caso do banheiro, da pia, que não tinha, de poder ter seus utensílios domésticos, e conservá-los, antes estragados pela situação precária da moradia antiga, em condições insalubres e de risco. Tudo isso se apresenta, para mim, como melhoria de vida, e que considero bem viver.

Perguntei-lhe: *O que você costuma fazer aqui na sua casa?* Ela disse:

*- Ah, eu sempre conservo ela limpa. Eu gosto de ver a minha casa arrumada, e sempre digo, né? Quando eu vou pra Igreja, que as irmã me dá oportunidade, assim, eu agradeço a Deus. (...) eu gosto de tá dentro da minha casa, curtir. A minha casa, eu gosto, porque hoje eu digo a Deus assim, pôxa, hoje eu tenho tudo que eu nunca tive. Eu não tinha uma cadeira pra sentar, eu não tinha uma televisão, eu não tinha um DVD, eu não tinha uma geladeira, nada do que eu tenho hoje, eu não tinha lá (M.C., 2013).*

Percebi que Maria do Carmo tem um zelo especial pela sua casa, e entendi que ela sente prazer em conservá-la limpa, e ficar dentro dela para usufruir da realidade da casa de alvenaria, onde, se antes não possuía os eletrodomésticos dos seus sonhos, agora pode contar com a ajuda deles na sua nova casa. Ela compara sua situação atual com a anterior, o que me ajudou a entender que as mudanças que houve lhe trouxeram benefícios e lhe proporcionaram satisfação em morar naquele lugar. A meu ver, isso é bem viver.

Perguntei a ela: *Em sua opinião o que faz uma pessoa gostar de um lugar e se identificar com ele?*

*- A convivência, né? A amizade, a união, porque, entre aspa, aqui, não existe*



*muita união. Não existe, cada um quer ser melhor do que o outro, cada um se julga melhor do que o outro, não porque eu posso, porque eu sou, porque eu tenho. Ninguém pode, ninguém é, e ninguém tem. Tudo é de Deus, e quem pode é Ele. Aí, o ruim daqui só é isso, mas devido isso, graças a Deus, não tenho o que falar dos meus vizinhos, não. (...) eu gosto da minha casa. (...) do lugar eu gosto, porque aqui é perto de tudo, é perto de supermercado, é perto de hospital, é perto de tudo. Mas só que o lugar não é culpado, o culpado é quem mora. (...) Lá é bom porque a gente tem onde trabalhar, até a gente indo pra maré, pegando siri pra vender, a gente ganha dinheiro. E aqui, não, aqui muita gente passa necessidade. Muitos têm seu carro na frente, porque já arrumou outro meio, outro serviço, outro emprego. Mas a gente, no começo aqui, sofreu. Mas sabe o que é, também, é a falta de experiência de procurar. A preguiça, entendesse? Mas lá é bom por causa disso, porque até a gente ali no mercadinho, coisando verdura, comprando mais barato, porque na frente de sua casa você vende. E aqui é muito ruim. Mas a morada é boa. Só é mesmo o lugar pra se viver, que aqui só vive bem quem trabalha. Lá na Brasília, se você for na maré e pegar até umas piabinha pra vender, você ganha dinheiro, entendeu? Aqui é difícil o meio de vida (M.C., 2013).*

No meu entender, existe uma preocupação muito grande por parte de Maria do Carmo em relação ao convívio com os moradores. Ela deixou isso claro quando se referiu ao gostar de estar dentro de casa, e que suas amizades, por mais que sejam próximas, não ultrapassam os muros de sua casa. Percebi que para ela viver em harmonia, traz-lhe paz; estar em sua casa, dá-lhe a segurança de morar num lugar adequado dentro da Cidade,

e que não precisa se deslocar tanto para usar os serviços que o entorno do Conjunto oferece.

Compreendi que, para ela, as pessoas são responsáveis em darem sentido ao lugar, por isso que acredita que a convivência pacífica e a união é que traz bem estar às relações que se produzem no lugar. E essa percepção que Maria do Carmo tem de lugar, entendo como preocupação em construir bem viver.

Percebi também que as dificuldades no Conjunto existem, porque as oportunidades de trabalho não aparecem com facilidade, como era em Brasília Teimosa, uma vez que há, segundo ela, ainda o preconceito das pessoas em quererem empregar moradores do Conjunto. Mas mesmo diante dessas mazelas, Maria do Carmo expressa sua afeição pelo lugar, e isso vem reforçar que existe satisfação, felicidade, e, portanto, bem viver.

Fomos, então, para a última pergunta: *como é que você descarta o lixo?*

*- Horrível, a imundície geral, total. Você viu aí na frente? Imundície geral, porque nem todo morador aqui tem higiene. Horrível, horrível. A higiene aqui tá péssima. Tá horrível mesmo a higiene. Mesmo com os lixeiros. Agora o culpado são os moradores, porque aqui atrás tinha uma lixeira, aí, a gente limpava toda semana, uns limpava, outros não limpavam. Eu digo: sabe de uma coisa eu não vou me acabar limpando uma coisa que ninguém quer higiene. Aí, na frente, a gente limpa tudinho, eu limpo, não adianta. Um limpa, pra outro sujar. Um limpa e o outro não quer limpar. Mas eu já pensei de ir pra Prefeitura denunciar aqui. Porque aqui tá demais. Rato, barata, cobra, tudo quanto não presta você já imagina eu ver aqui. Devido o lixo. (...) pessoas de lá de Brasília, jogam pela janela. (...) é absorvente, é camisinha, é cigarro, fumam, joga cotonete, limpou o ouvido, jogam pela janela da casa dos outro. A higiene é*

*horrível, péssima, zero. A educação também, zero. A educação é a mesma coisa. Porque aqui pensam que vai dar maré. Vai levar. Tá entendendo? Mas se a gente não varrer, aí, a imundície... Eu mesmo, aquelas latinha ali é reciclagem que eu junto. Já pra levar um trocadinho pro meu filho, que eu tô desempregada, né? Mas eu não deixo a frente da minha casa nessa imundície, não. Mas só que eu não vou limpar pros outros sujar. Aí, eu me revolto, mas tirante isso, tá bom. (...) Mas, é eu gosto daqui (M.C., 2013).*

Entendi que Maria do Carmo, pelo fato de querer a melhoria do ambiente do Conjunto, através da limpeza, tece suas críticas ao comportamento dos moradores, que, da mesma forma que ela, podem usufruir dos benefícios de uma colaboração mútua. Percebi que ela rebate todas essas posturas de alienação e descaso por parte dos moradores, e atribui a isso uma carência de educação dos moradores em não respeitarem os direitos dos outros. Contudo, mesmo diante de tanta diferença, pude perceber que nada lhe tira o prazer de estar em sua casa, seu ambiente de morada.

RICARDO SALES

Entrevista realizada em 21/01/2013.

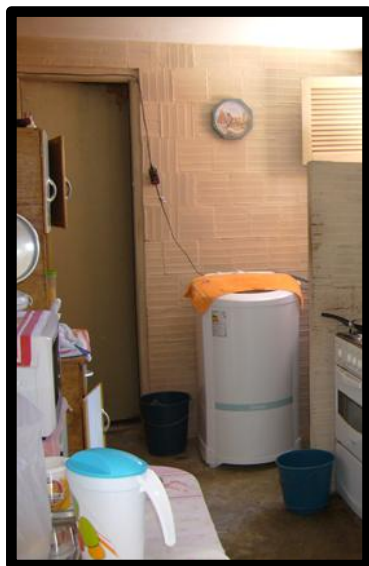
Falou que tinha 28 anos de idade. Trabalhava como servente, mas que naquele momento estava desempregado e à procura de trabalho. Casado, tem um filho de seis anos de idade. Concluiu o Ensino Médio. Morou em Brasília Teimosa, cerca de sete anos, e mora no Conjunto por cinco anos. Relatou que se encontra no auxílio-desemprego<sup>65</sup>, e recebe ajuda do Programa Bolsa-família. Ele mora no apartamento 101, térreo, no bloco 22. Seu apartamento é bem organizado. Observei as paredes pintadas na cozinha, o relógio sobre a parede de alvenaria, a

---

65 Afirmou receber o valor de R\$ 100,00 mensais.

máquina de lavar roupas (Figura 31), a grade instalada na janela e porta, detalhe presente em outros apartamentos, principalmente os dos andares térreos (Figura 32), o jardim bem cuidado na entrada do apartamento (Figura 33).

Figura 31 - Cozinha com porta do banheiro ao fundo.



Fonte: Célia Braga. 2013

Figura 32 - Grade na janela e porta de entrada do apartamento.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Figura 33 - Visão do jardim de sua casa.



Fonte: Célia Braga, 2013.

Entrevistei Ricardo na sala de estar de seu apartamento. Ele se apresentou bastante solícito e simples na sua forma de ser. Também estava na sala sua esposa, Damires, que é a enteada de Maria do Carmo. O roteiro de entrevista foi o mesmo para todos os outros e comecei por lhe perguntar: *Como é a vida aqui no Conjunto?*

- *Rapaz, graças a Deus a gente vive bem, né? Assim, pra quem sabe viver, né? Porque tem muita gente que, como em todo canto, escolhe o caminho errado, né? Se junta com quem não presta. A gente não se envolve com gente que não presta, né? Quando a gente veio do Pina pra cá, um monte de garoto que eu via lá, quando veio pra cá se juntou com gente ruim, muitos estão presos, né? Mas muitos tão..., graças a Deus, tem muita gente que..., tem gente ruim, tem gente trabalhador, né? Aí, dá pra viver, né? Muita gente aqui reclama que não tem emprego, não sei o que, mas é porque não procura, né? No caso, né? Porque, graças a Deus, a gente, querendo ou não, tem uma agência de trabalho aqui bem pertinho, né? Que o povo de vez ir procurar, vai procurar o que não presta, né? Tá entendendo? Mas graças a Deus, assim, no começo, foi um pouco dificultoso, assim, porque muita gente não se adaptou, né? Por causa que era longe, não ia se adaptar, porque as coisas aqui, um, o mercadinho é perto da Caxangá. Mais pra dentro, entendeu? Mas devagarinho muita gente se adaptou, logo quando chegou aqui muita gente vendeu seu apartamento a preço de banana, né? No caso, (...) muita gente vendeu e voltou pra lá, pra morar de aluguel, alguns conseguiu comprar até um barraquinho, assim, um quitinho, assim, outros venderam e tão vivendo de aluguel, né? Cada um*

*conseguiu se adaptar como pôde, né? No caso, né? No caso, mudou, assim, cada um tem seu apartamento, tudinho, né? Mas muitos ainda tão com aquela mentalidade de lá. A turma quando morava lá tinha a praia, a turma jogava lixo na praia, né? Muitos, pode ver até (...) aqui, o povo ainda pega na janela e sai jogando lixo, né? Ainda tá com aquela mentalidade na cabeça, né? E muitos ainda não percebeu que tá numa residência, né? Entendeu? Ainda falta muita coisa pro pessoal se, ficar muito civilizado ainda, né? Tá entendendo? (R. S., 2013).*

Percebi que, para Ricardo, morar num lugar requer cautela e sabedoria para viver em sociedade. Ele diz viver com tranquilidade no Conjunto porque tem consciência do que precisa fazer para que essa convivência se torne prazerosa. Entendi que muitas pessoas não se acostumam porque não se preocupam com sua adaptação, querem repetir costumes da realidade anterior, sem compreender a necessidade de participarem como moradores, responsáveis pela melhoria de seu ambiente de morada.

Compreendi que Ricardo tem dificuldade de aceitar certos comportamentos dos moradores que repetem atitudes da época anterior, onde, pela falta de saneamento básico, o lixo era descartado diretamente na praia. Infelizmente, o descarte no Conjunto, para alguns, ainda não deixou de ser realizado pelas janelas de seus apartamentos, sendo um costume que incomoda bastante Ricardo e outros residentes. Entendi que ele procura caminhos para driblar posturas que não considera corretas e condizentes com a realidade atual de moradia, porque se preocupa em manter-se equilibrado para garantir sua paz e serenidade no Conjunto. E isso me faz perceber uma situação de bem viver. Perguntei ainda: *o que você acha de conviver com vizinhos novos?* Ele respondeu:

*- Graças a Deus, né? Essa parte que mora aqui nesse bloco aqui, nunca teve problema nenhum, problema nenhum,*

*não viu? Algumas vezes teve, assim, com o vizinho que (...) na vida errada, mas, graças a Deus, ele nunca trouxe problema pra aqui, não, entendeu? Esses dois meninos, eu me lembro, quando eu jogava bola na praia, que eles moravam na Colônia, aquela parte perto do Biruta, por ali, eles eram bem calmo, né? Aí, vieram pra cá e se juntaram com gente ruim. Vieram pra cá com a mãe, e se juntaram com quem não presta, aí acabou..., tão preso, né? Tem um que tava solto, mas eu não sei se voltou a ser preso. Cada um deles procuram a vida deles, assim, não afeta a vida de ninguém, não, entendeu? Nessa parte, graças a Deus, não, é aquele negócio, né? Fora isso aqui, graças a Deus, aqui essa parte daqui é a mais tranquila, entendeu? Esses blocos separados pra cá, são mais tranquilos, né? O povo reclama mais daquele, parece que é um perto do outro, o pessoal diz que lá o pessoal fuma maconha na frente da casa da pessoa, né? Não tem respeito com nenhum e é uma bagunça. Tanto é que os pessoal (...) vem pra cá, pergunta se quer trocar de apartamento, se vai voltar dinheiro, tá entendendo? Aí, o pessoal aí, não quer, não, entendeu? É sair de uma tranquilidade pra ir pra um..., graças a Deus, não aceitei nenhuma proposta, não. Pra falar a verdade, o apartamento não é meu, né? O negócio é da minha mãe, né? (R.S., 2013).*

Percebi que Ricardo sente certo alívio por não morar num bloco com muitos problemas, como o que acontece com outros blocos do Conjunto. É interessante perceber que tem paz e tranquilidade em seu apartamento por seu bloco ser aos fundos do terreno, lugar considerado mais calmo, por estar longe da rua de acesso e do grande fluxo de pessoas moradoras ou não do Conjunto. Entendi que não troca o seu apartamento por nenhum



outro do Conjunto, porque gosta de sua localidade, pois lhe traz paz e bem-estar. E a isso atribuo bem viver.

Perguntei-lhe: *Qual a importância dos vizinhos antigos pra você?*

- *Rapaz, é bom assim, porque é um pessoal que a gente tem mais intimidade, que a gente já conhece de bom tempo, tanto é que essa vizinha Cláudia, quando eu cheguei lá, ficou desde quando eu era pequeno, entendeu? Graças a Deus, é uma pessoa assim, que a gente pode confiar, né? Normalmente, entendeu? Apesar de ter vizinhos novos que a gente conhece tudinho, mas às vezes, a gente como vive bem, graças a Deus, não tem problema, não (R.S., 2013).*

Percebi que, para Ricardo, possuir amizade com vizinho antigo, da morada anterior, é sinônimo de confiança. E compreendi que como Ricardo faz a política do bom vizinho, ele diz não ter problemas, porque sabe ultrapassar as barreiras para viver com tranquilidade, e, portanto, garantir o bem viver.

Na pergunta: *Como você se sente morando aqui nessa casa?*

- *Graças a Deus, assim, comparado com o que a gente vivia antes, né? Hoje, graças a Deus, a gente tem uma casa, tudinho, não precisa passar por aquele apertado que a gente passou, né? Quando tinha maré cheia a gente tinha que dormir lá, entendeu? Aí, muitas vezes quando a gente dormia lá que tinha maré cheia, que a gente não sabia, entendeu? Aí, de uma hora pra outra assim, a maré dava uma quebrada, entendeu? Aquele negócio que tem da lua, tudinho, aí, minha mãe não dormia, entendeu, aí, ficava noites acordada ainda tinha que trabalhar no outro dia, era complicado, né? Aí, hoje em dia, graças a Deus, se contar aquilo, foi*

*muitos anos de luta, né? Pra sair daquilo de lá. Aí, graças a Deus, hoje em dia a gente tá... (R.S., 2013).*

Ricardo deixa claro, em suas palavras, que a casa de alvenaria mudou sua vida. Se antes ele passava suas noites na incerteza de sua casa permanecer de pé no outro dia, agora ele consegue dormir, sabendo que possui um lugar seguro, onde pode acordar com sua família e não se preocupar com os percalços da instabilidade que um dia viveu. E a essa mudança física que desencadeia sentimentos de bem estar e satisfação, atribuo o bem viver.

Continuando com a nossa entrevista, perguntei: *Quais são as atividades que você costuma realizar aqui?* Nessa conversa, sua esposa estava presente e ela também acrescentou sua opinião. Quanto à pergunta, ele respondeu:

*- Rapaz, geralmente, aqui, atividade normal. Às vezes, uma festa de filho, um casamento (a esposa fala), mas é muito difícil, é muito raro. A gente prefere mais a casa, assim, pra uma paz, uma tranquilidade. A gente quando quer curtir, assim, a gente sai, mas, na minha opinião, casa é mais um momento de tranquilidade.(...) Era mais difícil. (esposa fala), eu morei 8 anos lá, minha experiência lá foi bem mais difícil, porque quando minha mãe foi embora eu tinha 4 anos. Aí, ela me deixou, junto com minha irmã, com meu pai, que é casado com a atual esposa, e dois filhos dela. E era bem difícil porque, quando tinha a maré de agosto, a gente tinha uma certa dificuldade em relação..., financeiramente, a gente dormia no chão, aí, quando tinha a maré de agosto, era tábuas caindo, telhado, a maré quando batia lá de cima da gente, aí, era bem difícil, bem complicado.(...) a gente gosta mais de se reunir com a família aqui na frente pra conversar, a única coisa. Essa parte aqui é a parte mais*

*tranquila que tem, e aqui, no geral a única coisa que mais de bom pra fazer aqui é só se reunir com a família (R.S., 2013).*

Entendi que viver a nova realidade lhe deu a segurança de poder realizar suas atividades sociais com mais tranquilidade. Percebi que ele, juntamente com sua esposa, gosta de usufruir das vantagens de estar dentro de casa, pois, ao contrário da situação anterior, hoje ele pode dizer que tem paz. Deixou claro que prefere a tranquilidade da casa, opinião que acredito ter tido a influência de uma situação de instabilidade em que vivia. Interpretei que a mudança para a casa nova e a estabilidade trouxeram para ele e sua família essa tranquilidade a que tanto se referem, e isso me leva a acreditar num bem viver.

Perguntei a ele: *Em sua opinião o que faz uma pessoa gostar do lugar e se identificar com ele?* Ele respondeu:

*- Eu acredito que quem faz o lugar é a própria pessoa, no caso, né? A própria..., o jeito da pessoa de conviver com cada morador, entendeu? Aí, se identifica até com os outros moradores, né? Eu acho (...) que a pessoa é quem faz o seu ambiente, né? Que cada morador tem o seu jeito de viver, né? E um gosta de fazer festa, faz, aquela zuada toda, incomoda outra pessoa, né? É isso que eu acredito, que cada um faz seu jeito de ambiente, né? (...) olhe no começo, como todo mundo aqui, foi complicada a adaptação. No começo eu não gostei muito daqui não, viu? Questão de adaptação, muita gente nova, você pra conhecer, muita gente já revoltada da vida, né? Às vezes, não dava um "oi", aquela agonia toda, olhava pra pessoa com cara feia. Aí, devagarzinho, eu fui me adaptando. A turma tava acostumada a viver naquela..., muitos eram pescador, entendeu? Aí, muita gente largou a pescaria porque ficou longe, entendeu?*

*Devagarinho, eu fui me adaptando, entendeu? (R.S., 2013).*

Percebi aqui que, para Ricardo, o ambiente em que vive é construído pelas relações sociais que acontecem nele. E, assim, cada um tem sua forma de pensar e de fazer, e que ao final, preenche o lugar, dando-lhe vida. Entendi que, para Ricardo, assim como para todos os outros moradores, o começo traz sempre as dificuldades da adaptação. Enquanto na situação anterior se vivia dentro de uma ordem, no Conjunto, a nova configuração trouxe algumas tensões que foram sendo dissipadas ao longo do tempo. Percebi que as dificuldades daqueles que tinham na pescaria sua única fonte de renda, foram o motivo para que abandonassem essa prática. Contudo, entendi que Ricardo, mesmo passando pelo obstáculo que a transição certamente traz quando se está acostumado a determinado estilo de vida, conseguiu superar as dificuldades, com seu jeito tranquilo de ver o mundo e de transformar seu ambiente de morada para alcançar seu bem estar. A isso atribuo bem viver.

Finalmente, perguntei a ele: *como é que descarta o lixo?* Ele respondeu:

*- No começo tinha o depósito ali atrás, né? Aí, como tava juntando mosca, esse negócio, por aqui pelo prédio todo, né? Aí, fizeram ali na frente um lixeiro coletivo da população, aí, tá sendo depositado lá, né? Aí, lá o caminhão do lixo pega e dá destino. Ficou até melhor porque antes aqui era um mosqueiro medonho. Às vezes, até o mau cheiro. Acredito que a ideia foi do pessoal aqui, tinha um líder comunitário aqui, eu acredito que seja ele, antes era outra pessoa, aí, fizeram isso em cada um, fica até melhor. (...) muitos respeitam, outros ainda estão com aquela mentalidade da praia, ainda de..., a senhora pode ver ali, que o pessoal de longe tá jogando o lixo, a gente só escuta a zuada do saco (chchchchu). É complicado (R.S., 2013).*

Entendi que não é fácil a mudança, diante do costume já arraigado da situação passada, mas que para Ricardo, tudo isso pode ser resolvido com a colaboração de todos, através da higienização e limpeza do ambiente em que se vive. Percebi a sua reprovação diante da atitude de certos moradores que continuam a agir de forma inadequada em relação ao descarte do lixo, porque não têm a consciência que está prejudicando não só a comunidade inteira, mas a si próprio, também. Interpretei que Ricardo tem essa consciência de coletividade e que, a meu ver, é uma preocupação pelo seu bem estar e de sua família, e que considero bem viver.

#### 4.2 *Costurando os recortes*

Em todas as falas, a ideia que se evidenciou é que os benefícios da casa bem estruturada se sobrepõem à exiguidade da vida na moradia de outrora, exercendo no sujeito um desejo exacerbado de comparar e, ao mesmo tempo, de excluir de suas vidas, tudo aquilo que não lhes trouxe felicidade. Para essas pessoas, a vida no Conjunto foi reconstruída em função de uma nova configuração espacial: a moradia vertical.

Analisando os depoimentos dos entrevistados, percebi, no geral, certa homogeneidade de sentidos implícitos nos recortes. Isso indica que existe uma forte incidência de opiniões convergentes entre os entrevistados, que se justifica pelas similaridades do cenário onde viveram em Brasília Teimosa. Foi possível perceber em seus relatos, certa fluidez na vida cotidiana, sem eliminar as dificuldades diárias que envolvem os serviços domésticos, as atitudes banais dos vizinhos, que manifestam suas formas de ser, e que extravasam as próprias regras, mesmo que desautorizadas. Mas não podemos atribuir a isso uma contrariedade aos princípios do bem viver, muito pelo contrário, acentuam a dinâmica da vida, onde os sujeitos, em cada local que se encontram, enfrentam problemas a resolver, ou facilidades na vida a conquistar, mas, acima de tudo, prevalece a felicidade pela conquista da moradia segura, em oposição ao quadro de insegurança habitacional em que se encontravam antes, porque é isso que importa para os sujeitos.

Embora numa análise minudente, constatee que o sentido de bem viver nesse contexto é permeado, primeiro, pela *estabilidade* que a casa de alvenaria propiciou aos moradores, pois trouxe-lhes a possibilidade de reconfigurarem suas posturas de convivência no lugar, diante dos antigos e novos vizinhos; de criarem suas táticas diante do desconhecido para o lugar se tornar familiar e com identidade, segundo a visão deles: como Maria do Carmo, que fez do seu quintal um jardim que lhe dá prazer; como Lourival que ajudou a criar o jardim do Hall de seu bloco; como José Amaro, que tomou para si a responsabilidade de cuidar do controle da caixa d'água que abastece as casas vizinhas e a sua própria casa; como Manoel e Ana Evangelista que se preocupam em manter a limpeza de seu bloco; como no caso de Cláudia, com a abertura de seu Salão de Beleza, e José Amaro, que comprou um freezer para vender água, ambos procurando novas formas de garantir a renda familiar, por meio de seus pequenos comércios. Segundo, pelo *endereço*, que lhes deu um referencial no âmbito físico e a certeza de legalmente pertencerem ao espaço urbano, uma vez que eles não mais precisariam recorrer a terceiros para permitir-lhes realizar seu cadastro nas instituições comerciais ou receberem suas correspondências. Terceiro, pelo *respeito* mútuo nas relações diárias, procurando estabelecer um ambiente sadio e pacífico diante das diferenças, trazendo vantagens ao convívio dessas pessoas. Quarto, pela *segurança* de não mais viverem expostos ao medo das marés, nem à vulnerabilidade do lugar, proporcionando à família contentamento em poder acordar com tranquilidade. Quinto, pela *higiene* alcançada diariamente com a presença da água encanada e do esgotamento sanitário. Sexto, pelas *regras de convivência* criadas por eles próprios. Sétimo, pela *tranquilidade* em estarem naquilo que é deles por direito.

Compreendi que tudo isso é resultado de um desenvolvimento gerado pela nova realidade habitacional. Compreendi, também, que a felicidade é consequência de uma situação de dignidade de moradia, que não traz vergonha para seu morador, nem causa medo pela insegurança, mas que abriga a condição necessária para a construção do bem viver diário.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS - TECENDO AS ÚLTIMAS LINHAS

Se, ao iniciar esse trabalho, propus como objetivo geral *estudar a relação dos moradores com seu novo lugar de morada* e consegui compreender que são essas relações que dão abertura ao conhecimento e à construção de novas identidades que irão imprimir personalidade a esse lugar e dessa forma, torná-lo aprazível para habitá-lo. Agora, a título de considerações finais, aponto alguns entendimentos a que cheguei no transcurso da obra.

Ao problematizar o cotidiano das pessoas no Conjunto Habitacional, por meio de suas falas e da observação direta durante as entrevistas, pude perceber que suas práticas refletem a influência do sistema e do meio em que vivem. Percebi, igualmente, que o indivíduo, quando se instala num novo lugar, tem a capacidade de agir, participar e se sentir parte da sociedade, pois existem nesse espaço físico, construído, referências, já presentes em seu contexto sociocultural, mas que são reinventadas ou mesmo readequadas de acordo com as necessidades e projetos de vida de cada um. Destacou-se o fato desse espaço físico construído ser de alvenaria, e agregado a isso, surgiram novas posturas, e entendimentos de posse do lugar. O Conjunto se tornou um espaço social aberto à criatividade e ação de seus moradores. As modificações idealizadas e realizadas por eles mostraram que o indivíduo pode se adequar a uma vida diferente daquela de degradação em que se encontrava na época de Brasília Teimosa.

As construções cotidianas foram, assim, geradas a partir das relações sociais desenvolvidas diariamente entre as pessoas participantes dessa realidade. As subjetividades emergentes nessas relações trouxeram significados que me ajudaram a entender as construções do dia-a-dia dessas pessoas. E, dessa forma, o conviver, as trocas naturais que ocorrem nessa coabitação corroboram para a composição de um quadro real de práticas, onde as diferenças se misturam, dando dinamicidade ao ambiente em que elas acontecem, a partir do momento em que se estabelece uma relação de intimidade com o lugar. E essa

intimidade foi estabelecida e ativada pelo ingresso do morador em sua nova casa.

Notei que tudo no Conjunto acontece em função da casa, que passa a oferecer condições para uma melhor qualidade de vida a seus moradores. As manifestações de novas posturas evidenciam-se no sujeito, morador do Conjunto, que demonstra mais interesse em organizar o novo espaço. Essa exposição de comportamentos permite identificar, no indivíduo, a capacidade de influenciar o lugar e de ser influenciado por ele. Nessa exposição, incorporam-se novos valores que favorecem a construção de identidades, a partir das lutas diárias de adaptação com o lugar, e da nova realidade urbana que o Conjunto passa a oferecer e, indiretamente, solicitar.

As observações realizadas no momento das entrevistas possibilitaram perceber que a compra de utensílios domésticos e a possibilidade de poder tê-los e organizá-los em casa, foi de fundamental importância para o indivíduo que veio de uma realidade de grande escassez. Percebi que nele aflora um sentimento de igualdade que o leva a sentir-se parte da sociedade e, conseqüentemente, inserido nela. O sujeito consegue sentir satisfação em se socializar, apresentando-se, para o outro, como um indivíduo que, sem os constrangimentos da realidade sofrida e sub-humana em que vivia antes, entende essa condição como inclusão social.

E é nesse sentimento de inclusão que o morador procura suas maneiras de se adequar à realidade, impondo-lhe suas influências socioculturais ao lugar onde passa a habitar, manifestando-se como autor e protagonista das práticas cotidianas nesse lugar.

As dificuldades que as pessoas apontaram, relativas ao Conjunto Habitacional, existiram no começo, logo que eles chegaram lá. Como em todo lugar, a adaptação levou algum tempo e, segundo os relatos, alguns moradores procuraram suas soluções, vendendo seus apartamentos, mesmo cientes de que o negócio seria irregular para ambas as partes, mas principalmente para o comprador, o qual também tinha consciência de que nunca lhe seria possível transferir o documento para seu nome, uma vez que a Prefeitura cede apenas o direito de posse para os contemplados na época do cadastramento, no sentido de evitar qualquer tipo de fraude. Entretanto, a possibilidade de se obter uma casa de alvenaria e do valor ofertado despertar o interesse



de possíveis compradores em busca de facilidades era real, mesmo cientes de todos os riscos que viriam a correr, pela negociação irregular.

Essa prática tornou-se possível no Conjunto devido a fatores, como: a falta de adaptação do morador ao lugar, voltando o beneficiário do apartamento a morar em outros assentamentos; a necessidade de dinheiro para pagar dívidas relativas ao envolvimento de familiares com as drogas, ou como a criação de renda extra pelo aluguel do apartamento a terceiros. Mesmo diante da certeza da negociação irregular, e da consciência de que nunca essa compra será averbada no Cartório de Registro de Imóveis, o novo adquirente encara a situação.

Portanto, é uma realidade que está começando a tomar forma dentro do Conjunto e que, de certo modo, fragiliza o conceito de Habitação de Interesse Social que a Política Habitacional preconiza. Considerando-se que a finalidade de existir do Conjunto visava receber comunidades em fragilidade social, por morarem em locais de riscos, e ao se configurar a transferência do imóvel para outro morador, leva-nos a crer que esse novo quadro pulveriza os objetivos da Política Habitacional, que já vinha apresentando uma trajetória de fracassos como pudemos perceber nas ações realizadas no Rio de Janeiro ao longo do século XX, descritas no capítulo 3 deste trabalho, mas que, apesar de tudo, trouxe importante contribuição social para o planejamento urbano.

Percebi que as práticas dos moradores, de uma forma geral, foram-se amoldando à nova realidade, longe do mar e do lazer que a praia lhes proporcionava. Foi comum encontrar no Conjunto, nas observações de campo, espaços improvisados como quitandas, minimercarias, oficina mecânica, lava a jato, e bares. Serviços, em geral, prestados pelos moradores para os próprios moradores. É natural que, pelas incertezas que emergiram nesse novo lugar, essas pessoas procurassem alternativas para suprirem suas necessidades, onde o imprevisto também fez parte de um quadro de soluções.

As “táticas de fazer” dos moradores, remetendo-se ao pensamento de Michel de Certeau, estudado no capítulo 2, encontram-se sempre voltadas para a relação que eles construíram com seu ambiente de morada. Nessa dinâmica de

estratégias, as trocas diárias passam a ser regidas por dispositivos culturais que comandam a ação do indivíduo, levando-o a caracterizar seu lugar da maneira que lhe satisfaz. É um fazer que modela o lugar aos seus costumes, e vice-versa, considerando-se a própria lógica que o lugar apresenta, denominada pelo próprio Certeau de “economia do lugar próprio”, que possibilita o indivíduo desenvolver um sentimento de identificação, na medida em que as trocas diárias entre o sujeito e o lugar são estabelecidas, e a partir disso, colher seus frutos.

Não se pode esquecer que o morador do Conjunto está inserido numa sociedade onde o poder econômico exerce forte autoridade em meio às suas práticas. E, assim, é quase impossível viver nesse mundo ditado pelo Capitalismo, e organizado em função do consumo, e não adotar essa influência econômica nas práticas sociais. Isto quer dizer que, por um lado, as práticas sociais são vulneráveis a influências externas, relacionadas ao poder econômico da sociedade, e, por outro, essas práticas podem ser geradas a partir do ambiente em que se vive, onde o indivíduo e seu hábito contribuem para essa configuração.

Nas construções cotidianas dos entrevistados, pude perceber que o costume é persistente, mas não resistente ao tempo. Esse comportamento começa a ser moldado pelas apropriações que o indivíduo vai adquirindo com o passar do tempo, na convivência e conhecimento do lugar. As maneiras pelas quais o indivíduo se utiliza nesse processo de apreensão do lugar, vão se ajustando e acomodando ao longo dos anos, e terminam por se conformar a partir das necessidades diárias de cada um. Nesse sentido, Chartier e Hébrard (1998, p. 37) concordam com Michel de Certeau, quando este autor relembra em vários momentos que “cada novo dispositivo estratégico produz, inapelavelmente, novas artes táticas de fazer: elas só precisam de tempo para serem inventadas no dia-a-dia.”

As relações sociais dos vizinhos com os moradores entrevistados não aparentaram ser tão fortes no Conjunto, quanto eram no passado. Percebi que morar em blocos não favoreceu uma maior aproximação entre eles, mas uma vida fortemente voltada para dentro de casa. Naturalmente, existiram as conversas da tarde, nas calçadas, mas se resumiam a momentos para reverem antigos vizinhos e fazerem novas amizades. Essas práticas vão começando a fazer parte do

cotidiano dessas pessoas e as novas identidades se consolidando em meio à rotina.

Viver a experiência do novo, mas ainda influenciados pelas situações vividas em Brasília Teimosa, ainda se apresentou para alguns moradores como uma realidade. A instabilidade da morada anterior e a mudança para uma nova estrutura habitacional provocaram rupturas de identidade, pelas incertezas de um lugar caracterizado pelo risco, a estranheza de um lugar ainda não vivenciado, e, portanto, não identificado. Percebi nos entrevistados, a fragilidade inicial com o lugar, o medo do novo, a incerteza da relação com as pessoas desconhecidas, a segurança com a presença dos antigos vizinhos, estabelecida pelos laços afetivos, desenvolvidos no passado e, a naturalidade, para alguns, em lidar com a nova conformação da moradia: a verticalização.

Mas, a segurança da casa de alvenaria é que imprime nos moradores sua outra identidade: a de morador de conjunto habitacional. E é nesse momento que o lugar começa a fazer sentido para o seu habitante e sua identidade começa a ser construída. Mas é o "espírito do lugar" quem produz no sujeito uma atitude de aceitação ou rejeição por ele. O que me chamou a atenção nas narrativas foi a caracterização desse espírito do lugar, pelos moradores entrevistados. Na realidade, ficou claro que o espírito floresce quando é vivenciado, e se apresenta de forma diferente para os que experimentam. Para todos os entrevistados, o Conjunto foi considerado um lugar estranho, no início, mas que se tornou familiar, com o tempo.

A condição de ex-morador de área alagada leva-o a agregar à sua nova realidade, uma bagagem de experiências vividas na praia. Evidenciou-se, nas falas dos moradores entrevistados, que no início foi bem difícil a convivência com a nova configuração espacial. A verticalização promoveu uma espécie de reorganização do modelo comum da casa térrea, característico da realidade dos assentamentos da beira da maré. Assim, a identidade foi, aos poucos, ressignificada no processo de convivência com o lugar. Mesmo sabendo que as práticas são a reprodução de uma realidade já existente em Brasília Teimosa, transpareceu uma relação do indivíduo que buscava, através de elementos ligados a sua cultura e seus velhos costumes, transferir para o novo lugar uma identidade que, ao longo do

tempo, estaria transformada pela adequação e adaptação a esse lugar.

Percebi que o passado esteve sempre presente nas narrativas dos moradores entrevistados, e que suas identidades de antes estiveram presentes desde o início, mas que, aos poucos, estão sendo ressignificadas, mas nunca apagadas, pelas novas relações com o lugar. A memória individual nunca desaparece. Ela pode ser revisitada sempre que acionada. Os hábitos trazidos, da antiga moradia ao Conjunto, permitiram indicar que o presente convive com o passado. E é a memória-hábito que é reproduzida espontaneamente, naturalizada, através do morador que continua a jogar o lixo pela janela, tal qual fazia em Brasília Teimosa, e que, tem se revelado como negativa aos olhos dos entrevistados.

Todavia, emerge uma memória-recordação que se mostra melancólica, pelas referências ao mar como paisagem esteticamente bela e poética, e também de caráter econômico, ou aquela que se torna naturalmente hostil. Mas o desejo de um dia voltar para Brasília Teimosa não é apagado pelas mazelas da antiga moradia, pelo contrário, o lugar se tornou especial pelo seu espírito. Contudo, a realidade do conjunto permitiu um reordenamento desse sentimento, através da casa de alvenaria, que fez surgir outro sentimento: o de segurança e de dignidade para as pessoas.

Entendi que Brasília Teimosa foi um lugar de muitas histórias, muitas delas boas, ou muito ruins. Nos relatos de todos os entrevistados, a referência ao mar, como uma ameaça, foi marcante para eles. Ficou claro, nas falas desses moradores, que a opção por Brasília Teimosa, não significou um desejo de volta à realidade vivida naqueles espaços, mas foi esboçada a vontade, por parte de alguns entrevistados, de poderem um dia voltar a morar no Bairro de Brasília Teimosa, pelos amigos deixados para trás, pelas facilidades de serviços que o Bairro continua oferecendo, e pelo lazer da orla.

Não só Brasília Teimosa, mas todas as experiências nas vidas das pessoas têm seu lado amargo, e também doce, pontos positivos e negativos, se assim preferirmos. Entre as tristezas existiam também as alegrias. Mas o Conjunto trouxe para as pessoas o lado urbano e ordenado da habitação planejada, que desperta até sensações jamais imaginadas numa atmosfera de cidade grande, percebidas nas palavras de Cláudia

que as descreveu como cheiro de natureza, e que lhe lembrava da realidade das cidades do interior; percebidas igualmente em Maria do Carmo, quando criou seu próprio jardim, o qual apelidou de Jardim do Édem, simbolizando um lugar de paz, definido por ela como o Paraíso.

Neste momento, em que se procura estabelecer as percepções do bem viver dos entrevistados deste trabalho, circular pelo seu cotidiano, compreender suas táticas de identificação com o lugar e viajar ao passado dessas pessoas para compreender suas posturas atuais, foi fundamental para tecer uma possível costura da tese, a qual procura conhecer o conceito de bem viver construído a partir do cotidiano dos moradores do Conjunto Habitacional, e perceber que é possível ser feliz nessa conjuntura habitacional, se comparado ao que fora sobreviver em Brasília Teimosa.

Não resta dúvida que, na vida cotidiana, estamos acostumados a ver os comportamentos e atitudes dos sujeitos serem mobilizados pelo desejo do ter, em detrimento do ser. E a felicidade ser reduzida à esfera material, valorizando posturas características das classes hegemônicas da Sociedade Capitalista. Todavia, percebi que o bem viver em grupos sociais menos aquinhoados tende a ser vinculado mais fortemente à ideia de uma felicidade baseada na satisfação de necessidades humanas básicas e, nesse contexto, esse entendimento me levou a crer na confirmação da tese de que, sendo atendidas determinadas condições essenciais, viver bem é possível.

Considereei, neste trabalho, uma trama tecida pelas visões subjetivas de cada entrevistado, porque acreditei que por este caminho transitariam os múltiplos sentidos do bem viver, onde cada um lida de maneira particular, com base em suas percepções. Revisitei os objetivos junto aos temas abordados no trabalho e, pelo contido nos perfis dos relatos, cheguei à conclusão de que *o bem viver é uma condição alcançada pela dignidade e pelo respeito imprimido aos sujeitos nas conquistas de condições seguras de habitação, aqui mensuradas pela aquisição de uma morada estável, sem sujeição às intempéries ambientais, risco de perda da vida pela violência do local exposto à livre circulação de usuários de drogas, mas também na capacidade do sujeito intervir no lugar, apontando outros*

*horizontes pela busca contínua da paz, da tranquilidade, da felicidade e do bem-estar.*

Aqui registrei aspectos que consegui vislumbrar neste trabalho, que não considero como encerrados, mas me permitiram abrir outros olhares para novas possibilidades de pesquisa, no que a vida segue. Como tal, julgo que consegui exercitar nuances da temática que abracei nesta pesquisa, que possibilitam avançar ainda mais nas minhas buscas, na tentativa de encontrar soluções para problemas humanos na vida contemporânea, visando aplacar o sofrimento das pessoas. E, diria mesmo, não só encontrar soluções, mas procurar compreender o que ocorre, objetivando dar saltos maiores rumo ao bem viver.

## REFERÊNCIAS

### FONTES ORAIS

Ana Evangelista  
Claudia Maria  
José Amaro  
Lourival Vital  
Manoel Ferreira  
Maria do Carmo  
Ricardo Sales  
Manoel Dias (Liderança comunitária)  
Tácio Marcos Alves (Assistente Social da Secretaria de Habitação da PCR)  
Ricardo Rego Barros (Gerente de Demandas da Secretaria de Habitação da PCR)

### FONTES DOCUMENTAIS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:2002. Informação e documentação: referências e elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 10520:2002. Informação e documentação: citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 6024:2012. Informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

\_\_\_\_\_. NBR 14724:2011. Informação e documentação: citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

Lei Nº 14.511/83 - Uso e Ocupação do Solo. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/14511/original/1>>/. Acesso em: 23 mai 2013.

LEI Nº 16.293/97 – Regiões Político-administrativas do Município do Recife. Secretaria de planejamento urbanismo e meio ambiente. Prefeitura da cidade – Recife 2000.

Lei Nº 16.113/87- PREZEIS. Disponível em:  
<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/853472/lei-14947-87-recife-0>>. Acesso em: 24 jun 2013.

PREFEITURA DO RECIFE/ DIRETORIA DE HABITAÇÃO/DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (DIRHAB-DAS). Planta de locação e coberta – Conjunto habitacional Casarão do Cordeiro. 2008.

PREFEITURA DO RECIFE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE. Termo de permissão de uso a título precário e gratuito. 2004.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial. Lei nº 17.226/2006 – Ementa. 2006.

PREFEITURA DO RECIFE/SECRETARIA DE HABITAÇÃO. Conjuntos habitacionais construídos - 2001 a 2008, s/d.

PREFEITURA DO RECIFE/SECRETARIA DE HABITAÇÃO/DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO SOCIAL/GERÊNCIA DE CONJUNTOS HABITACIONAIS. Relação dos conjuntos habitacionais entregues pela prefeitura do Recife na gestão de 2001 a 2009.

PREFEITURA DO RECIFE/SEPLAN/DIRETORIA DE HABITAÇÃO. Catálogo de tipologias. 2003.

PREFEITURA DO RECIFE-EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE-DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA – DIUR. Relatório: projeto Recife sem palafitas – orla de Brasília Teimosa. s/d.

PROGRAMA HABITAR BRASIL – BID. Política municipal de habitação de interesse social. Prefeitura da Cidade do Recife. Recife: URB Recife, 2002.



SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Programas habitacionais: guia de orientação. Brasília, 2006.

### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, A. K. **Introdução à Gestão Habitacional**. TT/PCC/12. São Paulo, 1995. Disponível em: <[www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT\\_00012.pdf](http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT_00012.pdf)> Acesso em: 08 out 2014.

ABREU, M. de A. **Reconstruindo uma história esquecida**: origem e expansão inicial das favelas do Rio. Espaço e debates, São Paulo, v.14, n.37, p. 34-46, 1994.

ACOSTA, A. **El Buen Vivir em El camino Del post-desarrollo** - Uma lectura desde La Constitución de Montecristi. Policy paper 9. Fundación Friedrich Ebert, FES-ILDIS. Casilla, Ecuador, 2010.

ACOSTA, A. **O buen vivir**: oportunidade de imaginar outro mundo. In: Campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. Série Democracia.

AGUIAR, F. de P.M. **A favela, ontem e hoje**. Recanto das letras, 2013. Disponível em: <[www.recantodasletras.com.br/artigos/4532605](http://www.recantodasletras.com.br/artigos/4532605)>. Acesso em: 09 out 2014.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

\_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. 2 ed. ver. e atual.. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2004. 236 p.

ALCANTARA, E.; MONTEIRO, C. **Em que a vida na favela é melhor do que em um conjunto de apartamentos?** O caso de Abençoada por Deus, Recife. V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis: 2010.

ALVITO, M. Um bicho-de-sete-cabeças, In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ANDERSON, B. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. Rev. ed. London: Verso 1991.

ANDRADE, L. M. S. de. **O conceito de Cidades-Jardins**: uma adaptação para as cidades sustentáveis. Vitruvius, arquitextos. 2003. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/637>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

ANDREWS, S. **Dra. Susan Andrews**: a nova ciência hedônica. Felicidade Interna Bruta–FIB.2008. Disponível em: <<http://felicidadeinternabruta.blogspot.com/2008/11/dra-susan-andrews-nova-cincia-de.html>>. Acesso em: 01 jul 2014.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO RECIFE, 2005, In: **Prefeitura do Recife** – a cidade. Disponível em: <[www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa-4/cordeiro/](http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa-4/cordeiro/)>. Acesso em: 10 ago 2014.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOFF, L. **O viver melhor, ou o bem viver?** Agenda Latino-Americana, Petrópolis, RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=38>>. Acesso em: 23 set. 2013.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOTEGA, L.R. **A política habitacional no Brasil (1930-1990).** Revela - periódico de divulgação científica da FALS. Ano I. nº 2. São Paulo, 2008.

BOTO, C. **Ética e educação clássica:** virtude e felicidade no justo meio. Educação e sociedade, ano XXII, n 76, 2001.

BRAGA, C.C. **Manifestações Patológicas em conjuntos habitacionais:** a degradação das fachadas. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Recife, 2010.

CALABRE, L. **A história oral como ferramenta fundamental na reconstituição da história do rádio.** Rio Grande do Sul: 2008.

Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-20081/A%20historia%20oral%20como%20ferramenta%20fundamental%20na%20restituicao%20da%20historia%20do%20radio.pdf>>. Acesso em: 6 jul 2014.

CERTEAU, M. **The Practice of Everyday Life.** Berkeley: University of California Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano 1 – artes de fazer.** 16. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil.** 4 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1989.

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO, 2009.

Disponível em:

<<http://www.derechoteca.com/constitucion-politica-del-estado-plurinacional-de-bolivia-febrero-2009.htm>>. Acesso em: 01 out 2013.

COSTA, A.M. **Representações sociais de participação social:** em busca do planejamento urbano participativo. 2012. Tese (Doutorado em desenvolvimento urbano) - Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Artes e Educação, Recife, 2012.

CRUZEIRO, M. M. **Memória individual / memória coletiva:** conflito e negociação. Caminhos da memória, 2009.

Disponível

em:<<http://www.caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/09/23/memoriaindividualmemoria-coletiva-conflito-e-negociacao/>>.

Acesso em: 12 out 2013.

DAVIS, M. **Planeta favela.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; MINAYO. M. C. de S (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa, In: DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; MINAYO. M. C. de S (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE-URB-RECIFE/CENDHEC/FASE-NE. **PREZEIS** – plano de regularização das zonas especiais de interesse social: manual para liderança. 1997.

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE-URB-RECIFE/ DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA-DIUR/ DIVISÃO DE PESQUISA E ACOMPANHAMENTO-DPA. **Diagnóstico sócio-econômico** – palafitas Brasília Teimosa. 2003.

FATHAUER, T. Buen Vivir – the right to a good life, In: **Buen Vivir** – a brief introduction to Latin America's new concepts for the good life and the rights of nature. Vol. 17 – series on Ecology. The Heinrich Böll Foundation, Berlin, German, 2011.

FAVELA TEM MEMÓRIA. Disponível em:<[www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=40&sid=3](http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=40&sid=3)>. Acesso em: 26 nov 2013.

FERNANDES, T. M.; COSTA, Renato Gama-Rosa. **Histórias de pessoas e lugares**: Memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FERREIRA, L.F. **Acepções recentes do conceito de lugares e sua importância para o mundo contemporâneo**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V nº 9, 2000.

FREITAS, S. M.. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2 ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa, In: DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; MINAYO, M. C. de S (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GONÇALVES, R. S. **A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro**: das origens ao Código de Obras de 1937. XI Seminário de história da cidade e do urbanismo, São Paulo, 2006.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso, In: ROJAS, M. (coord.). **La medición del progreso y del bienestar**. Foro Consultivo Científico y Tecnológico, México, 2011. pp. 103-110.

GUDYNAS, Eduardo. **Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo**. América Latina en movimiento. Publicación Internacional de la Agencia Latinoamericana de Información. Quito, Ecuador: 2011. pp. 1-20.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARVEY, D. **Spaces of Hope**. Edinburgh: Edinburgh University Press and Berkeley (Ca), University of California Press, 2000.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

HOUTART, F., **El concepto de sumak kawsay (buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad**. ALAI – América Latina en Movimiento. 2012. Disponível em: <<http://www.lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1101280766#.Ukd7A9LFXfl>>. Acesso em: 27 set 2013.

¡DICCIONÁRIO-AULETE. **Dicionário online Caldas Aulete**. Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br>>. Acesso em: 09 abr 2013.

KEHL, L. **Breve história das favelas**. São Paulo: Ed. Claridade, 2010.

LACERDA, A. L. **Programa fez de favela do PE área valorizada**. O Estado de São Paulo. Jan/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,programa-fez-de-favela-do-pe-area-valorizada-,984057,0.htm>>. Acesso em: 20 mai 2013.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LEI Nº 16.293/97. Disponível em: <[www.recife.pe.gov.br/pr/leis/1629397.doc](http://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/1629397.doc)>. Acesso em: 08 out 2014.

LÉON T., M. O bem viver: objetivo e caminho para outro modelo (trad.), In: **Análisis: nueva constitución**. ILDIS – La Tendencia, Quito, 2008.

MANCE, E. A. **O Capitalismo Atual e a Produção da Subjetividade**. IFIL, 1998. Disponível em: <http://www.solidarius.net/mance/biblioteca/subjetividade.htm>. Acesso em: 02 ago 2014.

\_\_\_\_\_. O Bem Viver, In: **Revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 220 p.

MARTINS, D. **Planejamento urbano**: Capitais do Norte e Nordeste têm proporção maior de favelas. Observatório de informações municipais. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [www.oim.tmunicipal.org.br/?pagina=detalhe\\_noticia&noticia\\_id=33013](http://www.oim.tmunicipal.org.br/?pagina=detalhe_noticia&noticia_id=33013). Acesso em: 24 jun 2013.

MATOS, H. A. **Uma introdução à Filosofia da Libertação latino-americana de Enrique Dussel**. Livro eletrônico gerado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Metodista de São Paulo, sob a orientação de Daniel Pansarelli. São Paulo, 2008.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. de. **História oral como fonte**: problemas e métodos. 2011.

MAX-NEEF, M. A. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Montevideo: Icaria, 1993.

MILLS, C. W. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social, In: DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; MINAYO, M. C. de S (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTEIRO, M. **O avô das favelas**. Favela em memória. 2004. Disponível em: [www.favelatemmemoria.com.br/publique/CGI/cgilua.exe/sysqst art.htm?sid=4&inoid=63](http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/CGI/cgilua.exe/sysqst art.htm?sid=4&inoid=63). Acesso em: 25 nov 2013.

MONTYSUMA, M. F. F.. **Um encontro com as fontes em História Oral**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 117-125, junho 2006.

NETO, F.; SOUZA, J. de A.; ALMEIDA, M. A. Os Mocambos do Recife. O direito de morar, In: **Revista Ciência Hoje** – Especial Nordeste. Rio de Janeiro: SPBC, vol. 3, nº18. Maio-junho, 1985.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação, In: DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; MINAYO. M. C. de S (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NÓBREGA, N. G. **A escrita de si: uma leitura sobre a questão**. Centro de Pesquisa e Estudo do Teatro Infanto-juvenil – CEPETIN-, 2010. Disponível em:  
<[http://www.cepetin.com.br/index.php?page=artigos\\_texto&artigo\\_texto=34](http://www.cepetin.com.br/index.php?page=artigos_texto&artigo_texto=34)>. Acesso em: 09 out 2014.

NORA, P. Entre memória e história, In: **Projeto história: revista do programa de estudos pós-graduados em História e do departamento de História da PUC-SP**. São Paulo; 1981.

NUCLEO CLINAMEN. Chile. Disponível em:<<http://www.clinamen.cl/Nortegrande/Aymaras.htm>>. Acesso em: 9 abr 2013.

OLIVEIRA, D. **O método da filosofia da libertação, segundo Enrique Dussel**. Disponível em:  
<<http://pt.scribd.com/doc/180328018/Filosofia-Da-Libertacao-Enrique-Dussel>>. Acesso em: 30 jun 2014.

OLIVEIRA, F. M. de; BRESLER, R.; SOARES, A. P. de M. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** – três experiências de inclusão social e desenvolvimento local. n 44. Vol.9. São Paulo: FGV, 2004.

ONUBR – Nações Unidas no Brasil. Disponível em:  
<[www.onu.org.br/ONU-3-bilhoes-de-pessoas-viverao-em-favelas-em-2050-se-mundo-nao-enfrentar-rapida-urbanizacao/](http://www.onu.org.br/ONU-3-bilhoes-de-pessoas-viverao-em-favelas-em-2050-se-mundo-nao-enfrentar-rapida-urbanizacao/)>.



Acesso em: 25 nov 2013.

PAIXÃO, S. Identidade, In: **E-dicionário de termos literários de Carlos Ceia**. 2010. Disponível em:

<[http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=405&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=405&Itemid=2)>. Acesso em: 02 jul 2014.

PARENTE, T. G. Territorialização e papéis de gênero: o caso do Reassentamento Córrego Prata (TO), In: **Imaginário e representações: entre fios, meadas e alinhavos**. SANTOS, R. M. dos; BORGES, V. R. (Orgs.). Uberlândia, Minas Gerais: Aspectus, 2011.

PINTO, R. B. **Palafitas**. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/fotos/rbpdesigner/4270171424/>>.

Acesso em: 06 set 2014.

PORTELLI, A. **O que faz a História Oral diferente**. Projeto História. São Paulo, 1997.

PREFEITURA DA CIDADE, s/d. Disponível em: <[www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/urb/](http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/urb/)>. Acesso em: 06 set 2014.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE/EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE/DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA- DIUR. **Relatório social Casarão do Cordeiro** – Brasília Teimosa, Vila Vintém II e Bueirão. 2005.

PREFEITURA DO RECIFE. **Política municipal de habitação de interesse social**. Programa habitar Brasil – BID. 2002.

\_\_\_\_\_. s/d. Disponível em:

[www.recife.pe.gov.br/especiais/recifesempalafitas/](http://www.recife.pe.gov.br/especiais/recifesempalafitas/). Acesso em: 06 set 2014.

PRIORI, M. D. História do cotidiano e da vida privada, In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é o IDH?** 2012. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=i\\_IDH](http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=i_IDH)>. Acesso em: 23 set. 2013.

REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL – PUCPR, 2013. Disponível em: <[www.passeiweb.com/na\\_ponta\\_lingua/livros/resumos\\_comentarios/e/ética\\_a\\_nicomaco](http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/livros/resumos_comentarios/e/ética_a_nicomaco)>. Acesso em: 01 ago 2014.

ROCHA, N. de A. **Representações e consumo: o que é ser "classe média"?** VIII POSCOM-PUC. Rio de Janeiro, 2011.

ROLNIK, R. **O que é cidade.** 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos; 203).

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento:** seis ensaios da história das idéias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SABOYA, R. **Ebenezer Howard e a Cidade-Jardim.** Urbanidades- urbanismo, planejamento urbano e planos diretores. Disponível em: <[urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/](http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/)>. Acesso em: 06 nov 2014.

SANTANA, R. **O Bem Viver e as formas de felicidade.** Goiás: 2012. Disponível em: <[HTTP://www.brasildefato.com.br/node/8584](http://www.brasildefato.com.br/node/8584)>. Acesso em: 27 set 2013.

SANTOS, L.L. **Os movimentos desejantes da cidade:** uma investigação sobre os processos inconscientes na arquitetura da cidade. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Hucitec, 1994. Disponível em: <[http://www.cepetin.com.br/index.php?page=artigos\\_texto&artigo\\_texto=34](http://www.cepetin.com.br/index.php?page=artigos_texto&artigo_texto=34)>. Acesso em: 12 out 2013.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

NORBERG-SCHULZ, C. O fenômeno do lugar, In: **Uma nova agenda para a arquitetura:** antologia teórica (1965-1995). NESBIT, K. (org.). 2ª ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

SCHWEIZER, P.J.; JUNIOR, W.P. **Casa, moradia e habitação.** RAP (Revista de Administração Pública) 5. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em:  
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/7839>>. Acesso em: 02 jul 2014.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais, In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (org.). **Memória e (res)sentimento.** Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

SOARES, A. M. de C.; ESPINHEIRA, C. G. D. (org.). **Das palafitas aos novos conjuntos habitacionais.** Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (NUTAU), 2004.

\_\_\_\_\_. **Conjuntos habitacionais em Salvador-BA e a transitória inserção social.** Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo eesc-usp. 2006. Disponível em:  
<<http://www.revistas.usp.br/risco/article/viewFile/44657/48277>>. Acesso em: 08 out 2014.

SOUZA, C. R. de. **50 anos de Brasília Teimosa.** Em área nobre, uma comunidade que nasceu na luta pela terra. Almanaque de História, 2010. Disponível em:  
<<http://almanaquedehistoria.blogspot.com.br/2010/04/50-anos-de-brasil-ia-teimosa.htm>>. Acesso em: 27 mai 2013.

SOUZA, M. A. **Aristóteles: a felicidade como sabedoria prática.** Introdução à filosofia. Filosofonet. 2011.

Disponível em:

<<http://filosofonet.wordpress.com/2011/07/02/Aristóteles-a-felicidade-como-sabedoria-pratica>>. Acesso em: 30 jun 2014.

SOUZA, M. A. de. **Assentamentos populares do Recife:** Cadastro e mapeamento. Recife: Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, 1990.

SOUZA, S. G. de. **As repercussões sociais das políticas públicas de saneamento para o desenvolvimento comunitário.** 2013. 285 p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

TUAN, Y. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel-Difusão editorial, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

UN-HABITAT, em Citymayors environment 14.

Disponível em:<[www.citymayors.com/report/slums.html](http://www.citymayors.com/report/slums.html)>.

Acesso em: 25 nov 2013.

URA, K.; ALKIRE, S.; ZANGMO, T.; WANGDI, K. **A short guide to gross national happiness index.** The Centre for Bhutan Studies, Thimphu, Bhutan, 2012.

VALLADARES, L. do P. **Passa-se uma casa:** análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

\_\_\_\_\_. **A invenção da favela:** do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VAZ, L. F. **Modernidade e moradia** – habitação coletiva no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

VELHO, G. **A Utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1989.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZAPATEL, J. A. **Visões urbanas e habitação no século XX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

WORLD URBANIZATION PROSPECTS. **The 2007 revision** – highlights. United Nations, New York, 2008. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/populations/wup2007/2007WUP\\_Highlights\\_web.pdf](http://www.un.org/esa/populations/wup2007/2007WUP_Highlights_web.pdf)>. Acesso em: 08 nov 2014.

## **ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Como é a vida aqui no conjunto?
2. O que acha de conviver com vizinhos novos?
3. E qual a importância dos vizinhos antigos?
4. Como você se sente morando nessa casa?
5. E quais são as atividades que você costuma realizar aqui?
6. Tem alguma coisa que mais gosta de fazer no conjunto habitacional?
7. Em sua opinião, o que faz uma pessoa gostar de um lugar e se identificar com ele?
8. Como você descarta o lixo? Como você faz com o lixo para jogar fora?

## **ANEXO II – MODELO DA AUTORIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**


### **AUTORIZAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, morador (a) do apto \_\_\_\_, bloco \_\_\_\_, do Conjunto Habitacional Casarão do Cordeiro, autorizo a doutoranda Célia Cavalcanti Braga, devidamente matriculada no programa de doutoramento da Universidade Federal de Santa Catarina – DINTER (Doutorado Interdisciplinar), com número de matrícula 201100467, a publicar a entrevista concedida por mim para sua tese, e também para outras produções por ela desenvolvidas, que tenham a mesma finalidade, tais como livros, revistas, seminários, congressos e similares. Da mesma forma autorizo a publicação das fotos necessárias a sua pesquisa.

Recife, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome do morador

## ANEXO III – CÓPIA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO



**PREFEITURA DO  
RECIFE**  
GOVERNANDO E MEIO AMBIENTE

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO**

Por este instrumento, regido pelas Normas de Direito Administrativo, de um lado o **MUNICÍPIO DO RECIFE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Martin Luther King, nº. 925, Cais do Apolo, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o nº. 10.565.000/0001-92, neste ato representado por seu Prefeito **JOÃO PAULO LIMA E SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 079.931.374-20 e no RG nº. 1.020.874 SSP/PE, devidamente assistido pelos Secretários de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, **Dr. DJALMA SOUTO MAIOR PAES JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 073.324.674-53, e no RG nº. 197.103. SSP/AL, e de Assuntos Jurídicos **Dr. BRUNO ARIOSTO LUNA DE HOLANDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 698.950.314-91, e no RG nº. 3.0393743 SSP/PE, doravante designado **PERMITENTE**, e, do outro lado **ANTÔNIA**, brasileira, casada, do lar, portadora da cédula de identidade nº. 0.000.000 SSP/PE, inscrita no CPF sob o nº. 111.111.111-11, residente e domiciliada na Rua José de Holanda, s/n, Recife-PE, doravante designada **PERMISSIONÁRIA**, celebram a presente Permissão de Uso a Título Precário e Gratuito, com fundamento no Decreto-Lei nº. 271, de 28 de fevereiro de 1967, na Lei Orgânica Municipal, na Lei nº. 16.176/96, que estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife e no Decreto nº. 17.794/97, conforme as cláusulas e condições enunciadas em sucessivo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto deste Termo, o imóvel sito à Rua José de Holanda, s/n, Aptº 001, Bloco I, do Conjunto Habitacional da Torre, no Bairro da Torre, nesta Capital, descrito como possuindo os seguintes cômodos (1 sala, 2 quartos, cozinha, 1 banheiro e área de serviço). Perfazendo um total de 33,00m² (trinta e três metros quadrados) de área construída.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O PERMITENTE, através deste ato negocial, outorga a PERMISSIONÁRIA acima qualificada, a Permissão de Uso do imóvel acima descrito, a título precário e gratuito e por tempo indeterminado, para o fim exclusivo de moradia familiar.

**Parágrafo Único:** Fica terminantemente proibido ceder ou transferir o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização do Município PERMITENTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Após a assinatura do presente instrumento, a PERMISSIONÁRIA fruirá plenamente do lote de terreno descrito e caracterizado na Cláusula Primeira, para o fim estabelecido na Cláusula Segunda, bem como responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o mesmo.

**CLÁUSULA QUARTA:** A PERMISSIONÁRIA se obriga, nos termos do presente instrumento a:

- I- Manter o imóvel com o fim ao qual o mesmo se propõe, que é de abrigo seu e de sua família, sob pena de perda da presente Permissão;
- II- Conservar o imóvel, mantendo-o em condições de habitabilidade, não permitindo sua depreciação



- III- Zelar pelo seu entorno, cooperando com as ações de preservação e conservação do meio ambiente, arcando com as despesas provenientes de serviços realizados em áreas comuns, como também nos equipamentos pertencentes ao conjunto habitacional ao qual faz parte o imóvel objeto desta Permissão;
- IV- Não transferir, nem ceder, no todo ou em parte, o imóvel a terceiros;
- V- Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel em apreço, a partir do recebimento do mesmo;
- VI- Não realizar nenhuma obra ou benfeitoria, por menor que seja, mesmo as que se classifiquem como necessárias, sem autorização previa e por escrito, do PERMITENTE, sob pena de perdê-la em prol do patrimônio do Município;
- VII- Informar de imediato ao PERMITENTE qualquer turbacão de posse que venha ocorrer;
- VIII- Cumprir com as normas internas do conjunto habitacional, possibilitando uma convivência pacífica com os demais habitantes e com o seu entorno;
- IX- Não se opor à vistoria interna em sua unidade habitacional, por parte do PERMITENTE;
- X- Manter-se no imóvel, não praticando o abandono ao mesmo;

**Parágrafo Primeiro:** A PERMISSIONÁRIA obriga-se a exercer os direitos que lhe são conferidos neste instrumento jurídico em consonância com a normatização do uso e ocupação do solo prevista na Lei Municipal nº. 16.176/96.

**Parágrafo Segundo:** Caso sejam descumpridas algumas das obrigações acima descritas, a PERMISSIONÁRIA deverá devolver o imóvel ao PERMITENTE, sem direito a retenção ou indenização pelas obras ou benfeitorias, nele realizadas, mesmo as necessárias, passando as mesmas a integrar o domínio público do Município, sem qualquer pagamento, seja a que título for.

**CLÁUSULA QUINTA:** Resolver-se-á de pleno direito esta Permissão, quando a PERMISSIONÁRIA:

- I- Der ao imóvel permitido destinação diversa da estabelecida na Cláusula Segunda do presente instrumento;
- II- Der em locação total ou parcial o imóvel destinado ao uso exclusivamente residencial;
- III- Transferir a terceiros, a qualquer título, o imóvel que lhe foi permitido, sem prévia e expressa autorização do Município PERMITENTE;
- IV- Descumprir qualquer Cláusula do presente instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA:** Não importará em tácita alteração dos termos desta Permissão o eventual atraso ou omissão do PERMITENTE no exercício das faculdades que lhe são conferidas neste instrumento nomeadamente à rescisão contratual prevista na Cláusula Quinta.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A presente Permissão transfere-se por sucessão legítima ou testamentária, cabendo ao Município PERMITENTE, em ocorrendo tal hipótese, transferir a titularidade do documento para o beneficiado.

## ANEXO IV – CÓPIA DO DIÁRIO OFICIAL – LEI 17.226/2006

